

Plano de Manejo da APA de Cairuçu



Encarte IV Planejamento

Dezembro de 2004

Apoio



Realização



Cooperação Técnica



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Ministro do Meio Ambiente
Marina Silva
Secretário Nacional de Biodiversidade
João Paulo Capobianco

IBAMA
Presidente
Marcus Barros
Diretora de Ecossistemas
Cecília Foloni Ferraz
Coordenação Geral de Unidades de Conservação
Ivan Baptiston
Gerencia Executiva do Rio de Janeiro
Edson Bedim
Chefe da APA de Cairuçu
Ney Pinto França

Secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro
Luiz Paulo Conde
Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro
Presidente
Mauricio Lobo
Administrador da Reserva Ecológica da Juatinga - REJ
João Fernandes de Oliveira

Prefeito de Paraty
José Cláudio Araújo

Fundação SOS Mata Atlântica
Presidente
Roberto Klabin
Diretora de Projetos e Gestão do Conhecimento
Márcia Hirota
Diretor de Mobilização
Mário Mantovani
Diretor de Captação de Recursos
Adauto Basílio

Coordenação Técnica e fotografia
Adriana de Queirós Mattoso, arquiteta

Caracterização Sócio-Econômica
Maria de Lourdes Zuquim e Adriana Mattoso, arquitetas

Caracterização Ambiental

Meio Físico
Fernando Fahl, geólogo

Ambientes Marinhos
Paulo Nogara, biólogo

Cobertura Vegetal e Uso do Solo
Cleide Azevedo, engenheira agrônoma

Fauna
Renato Pineschi, biólogo
Vânia Garcia, bióloga

Gestão, Legislação, Licenciamento e Fiscalização
Maria de Lourdes Zuquim, arquiteta
Erika Bechara, advogada
Elci Camargo, advogada

Cartografia Digital
Arcplan
Alfredo Pereira de Queiroz, geógrafo
Walter Kudo Maeijima, geógrafo

Mobilização social
Valdemir Ferreira, (Pipoca), educador

Moderação Oficina de Planejamento
Elcy Camargo, advogada
Silvia Mac Dowel, administradora de empresas

Zoneamento
Adriana Mattoso
Ney Pinto França, Eng^o. Florestal

Supervisão Geral SOS Mata Atlântica
Márcia Hirota, antropóloga
Mário Mantovani, geógrafo
Aauto Basílio, administrador

Supervisão IBAMA/DIREC
Célia Lontra, geógrafa

Equipe

Amaury Barbosa, sociólogo

Beloyanis Monteiro, mobilizador social

Carolina Ribeiro de Almeida, eng.agrônoma

Ciro Duarte, sociólogo rural

Débora Menezes, jornalista

Douglas Hyde, analista de sistemas

Equipe técnica, administrativa e voluntariado da Fundação SOS Mata Atlântica

Eliane Penna Firme Rodrigues, arquiteta

Lya Llerena, técnica em informática

Magali Franco Bueno, geógrafa

Maria Guadalupe Lopes, guarda parque

Maria Ignez Maricondi, arquiteta

Professores da Rede Municipal de Ensino das Escolas Costeiras da APA

Rosali Costa Souza, guia de turismo

Samuel Barreto, biólogo

Valdemir Ferreira - Pipoca , educador

Zeli Canellas, marinheiro e motorista

Fotografia – Adriana Mattoso

Fotografias Fauna – Renato Pineschi

Agradecemos e dedicamos
êste trabalho a todos aqueles que acreditaram, participaram e contribuíram para
sua realização

Antecedentes

Em dezembro de 1998 a Fundação SOS Mata Atlântica e o IBAMA, assinaram um Termo de Cooperação Técnica com o objetivo da elaboração e implementação do Plano de Manejo da APA de CAIRUÇU. Em abril de 1999 foram formalizadas parcerias com o Instituto Estadual de Florestas - IEF, e Prefeitura Municipal de Paraty com o objetivo de integrar neste Plano a Reserva Ecológica da Juatinga - REJ e o poder público local.

Os recursos para elaboração deste trabalho foram obtidos principalmente em função de convênio entre a Fundação SOS Mata Atlântica e o Condomínio Laranjeiras, localizado no interior da APA, com o apoio da ONG Harmonia Global.

Diretrizes

Tendo em vista a participação das comunidades da APA no processo de planejamento, e gestão da unidade, a elaboração do Plano de Manejo foi acompanhada de uma série de atividades de educação ambiental e mobilização social, que vieram a constituir o “Projeto Cairuçu”, coordenado pela Fundação SOS Mata Atlântica, dentro dos objetivos estabelecidos pelos termos de cooperação com IBAMA, IEF-RJ e Prefeitura de Paraty.

A principal diretriz do Projeto Cairuçu foi trabalhar a elaboração do Plano de manejo de forma participativa, informativa e pedagógica, ouvindo a comunidade e divulgando os principais conceitos do desenvolvimento sustentável.

As reuniões de autodiagnóstico e planejamento com as 13 principais comunidades da APA tiveram o intuito de informar a população sobre os objetivos da APA de Cairuçu e Reserva Ecológica da Juatinga, bem como levantar os principais pontos positivos e problemas dos seus bairros, ações em curso e o que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida nestes locais.

Ações Práticas: Educação Ambiental e Ecoturismo

Por entender a dificuldade da população e lideranças locais em compreender a importância ou aplicabilidade do Planejamento Ambiental, de exigência legal para as unidades de conservação, vimos realizando, desde abril de 2000, uma série de atividades de resultado mais práticos e imediatos.

Estas atividades foram a capacitação de professores, por meio do curso “Acorda Cairuçu”, que gerou o Manual de Brincadeiras e Dinâmicas, a implantação do Viveiro Jequitibá no Horto Municipal, curso de lideranças comunitárias em Paraty (etapas I e II), curso de processamento de ervas medicinais e monitores de ecoturismo no Sono, monitoramento da qualidade da água e caracterização ambiental das comunidades realizado pelos professores e alunos das escolas da APA.

Duas exposições fotográficas foram montadas, a primeira sobre a APA e a segunda sobre o Projeto Cairuçu. Esta última foi exibida em quase todas as reuniões e eventos do Projeto, para ilustrar e facilitar a compreensão do nosso trabalho.

A ação de maior visibilidade e com resultados mais práticos foi o Projeto Jogue Limpo Cairuçu, de incentivo à coleta seletiva de lixo em Trindade, Praia do Sono, Pouso da Cajaíba, Praia Grande da Cajaíba, Calhaus, Martim de Sá, Paraty Mirim, Ilha do Araújo, Campinho e cais de Paraty. Esta iniciativa ocorreu nas temporadas de verão de 2000 a 2003.

Para documentar e incentivar todas as comunidades da APA a adotar a coleta seletiva, foi lançado em março de 2001 o Manual de Coleta Seletiva, com 40 exemplares distribuídos em cada escola da APA, com uma segunda edição em 2003, com 15 mil exemplares.

Objetivando por fim materializar e apresentar ao público os resultados do Projeto Cairuçu, que compõe todo o conjunto de atividades acima mencionadas, bem como informar as comunidades e os visitantes de Paraty sobre sua importância na

conservação ambiental e cultural da Mata Atlântica, além de monitorar e controlar o fluxo de veículos quando necessário, o Condomínio Laranjeiras implantou, em coordenação conjunta com a Fundação SOS Mata Atlântica, um Centro de Informações Ambientais e Turísticas junto à entrada do acesso a Laranjeiras e Trindade, que é hoje a sede da Associação Cairuçu, formada por condôminos após o término do convênio com a Fundação SOS Mata Atlântica;

Resultados

Neste momento, em dezembro de 2004, é muito gratificante para a Fundação SOS Mata Atlântica observar que muitas das propostas deste Plano já vem sendo implementadas por iniciativa de várias instituições.

A repercussão do Projeto Cairuçu na região foi muito positiva, e cada vez mais sentimos a receptividade das comunidades às atividades de capacitação e difusão de informações, que, esperamos, deverão levar à maior mobilização para a gestão ambiental e turística, bem como para a implementação deste Plano de Manejo.

Após 3 anos de trabalho em campo, consideramos que a mobilização sócio ambiental e o apoio técnico operacional às iniciativas locais, privadas ou institucionais, principalmente na área de capacitação das comunidades, são os caminhos corretos a trilhar, com paciência e regularidade, objetivando a evolução, na região da APA e junto às instituições locais, de uma mentalidade em sintonia com os objetivos de um desenvolvimento sustentado.

O público alvo é formado pelos professores, líderes comunitários, crianças e jovens, e todos os produtores rurais, pescadores e operadores de negócios voltados para o turismo que consideram a conservação ambiental e mobilização social como fundamentais para viabilizar o desenvolvimento sustentável da região.

São várias as instituições que vem procurando Paraty e a área da APA/REJ para desenvolver projetos de apoio ao desenvolvimento das comunidades, e, neste

contexto o Plano de Manejo Ambiental será com certeza importante ponto de partida.

Este Plano, em sua versão inicial, foi aprovado, com algumas ressalvas, pela Câmara Municipal de Paraty em dezembro de 2002, fato que mostra a importância do processo de integração com os poderes públicos municipais. O Plano Diretor de Paraty, aprovado na mesma data, indica este Plano de Manejo como parte integrante do primeiro.

Roberto Klabin

Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica

Sumário

I - Zoneamento	12
Medidas de regulamentação geral	17
1. Zona de Preservação da Vida Silvestre	21
2. Zona de Conservação da Costeira	26
3. Zona de Conservação dos Recursos Pesqueiros do Saco do Mamanguá	31
4. Zona de Conservação da Zona Rural	36
5. Zona Agropecuária	41
6. Zona de Expansão das Vilas Caiçaras	46
7. Zona de Expansão Residencial e Turística	54
8. Zona de Marinas	59
9. Zona de Uso Conflitante	62
10. Zona de Uso Comunitário, Cultural, Educacional, Esportivo e de Lazer	66
11. Zona de Sítio Histórico	69
II – Áreas Estratégicas	71
1. Ilhas e Ambientes Marinhos	74
2. Boa Vista, Olaria e Costeira	81
3. Corisco	90
4. Paraty Mirim	96
5. Cabral e Rio dos Meros	105
6. Pedras Azuis, Campinho e Patrimônio	110
7. Saco do Mamanguá	117
8. Cajaíba – Enseada do Pouso	123
9. Cairuçu das Pedras e Martim de Sá	129
10. Trindade, Laranjeiras, Vila Oratório, Sono e Ponta Negra	133

III – Ações Gerenciais Gerais	142
1. Programa de Conhecimento	145
2. Programa de Gestão Ambiental	149
3. Programa de Gestão Interinstitucional	159
IV – Planejamento Participativo – Oficina de Planejamento	166
V – Descrição da Zona de Preservação da Vida Silvestre	172

Cartas Temáticas

Zoneamento Geral

Zoneamento Detalhado

Zoneamento Detalhado da Reserva Ecológica da Juatinga e Saco do Mamangá

Zoneamento das Áreas Estratégicas

I - Zoneamento

Introdução

Tomando como fundamento as determinações da legislação existente, mencionada no capítulo “Gestão e Legislação da APA de Cairuçu e Reserva Ecológica da Juatinga” deste Plano, o zoneamento da APA e da REJ considerou ainda a caracterização sócio – ambiental da região, conforme os volumes “Caracterização Sócio Econômica”, “Comunidades”, “Autodiagnóstico e Recomendações das Comunidades”, “Caracterização Regional e Ambiental I e II” deste Plano, nos quais foram realizados estudos das informações existentes, mapeamentos, levantamentos em campo e dezenas de reuniões com comunidades, lideranças, empresários, proprietários, organizações não governamentais, pesquisadores e professores universitários, bem como com os técnicos e dirigentes das instituições responsáveis pela administração e gestão do território da APA de Cairuçu e Reserva Ecológica da Juatinga, no período de 1999 a 2004 – IBAMA, IPHAN, SEMADUR/IEF/RJ e Prefeitura Municipal.

Para estabelecer as diretrizes e a delimitação das zonas desta APA também foram levadas em consideração os vários diplomas legais mencionados no capítulo “Gestão e Legislação”, sob orientação direta das definições legais do **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**, que no seu Capítulo III, Art.7º, § 2º, define: *O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável¹ é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais .*

E no seu Art.15Ç Area de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

¹ No qual estão incluídas as Áreas de Proteção Ambiental

§ 1o A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2o Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3o As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4o Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5o A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.”

A APA de Cairuçu foi instituída pelo Decreto Presidencial nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983, com o objetivo de...assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, paisagens de grande beleza cênica, sistemas hidrológicos da região e valorizar as culturas tradicionais, neste caso representadas pelas comunidades caiçaras ali estabelecidas e integradas neste ambientes.

Diretrizes

As principais diretrizes do zoneamento foram:

- A proteção e conservação do corredor ecológico formado pelo contínuo florestal que se inicia na APA Municipal da Bocaina e na Estação Ecológica de Bananal em São Paulo e APA Estadual de Mangaratiba (RJ), estendendo-se pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina (SP/RJ), APA de Cairuçu e Reserva Ecológica da Juatinga, conectados ao Parque Estadual da Serra do Mar, somando mais de 500 mil ha de contínuo florestal que, unido pelo Parque Estadual da Serra do Mar aos remanescentes de Mata Atlântica do Vale do Ribeira em São Paulo e Paraná, formam o maior território contínuo de Mata Atlântica do Brasil.

- A conservação da paisagem natural e cultural;
- A proteção da Mata Atlântica nos seus estágios médio e avançado de regeneração, bem como a mata primária, os manguezais, os costões rochosos, as cabeceiras dos rios;
- A proteção das vilas caiçaras contra a especulação imobiliária e a descaracterização da organização do espaço residencial típico destas comunidades;
- A proteção, conservação e perpetuidade da biodiversidade;
- A conservação da paisagem costeira em harmonia com a ocupação residencial e turística;
- Garantir a integridade da beleza da paisagem nos seus costões rochosos e faixas litorâneas, chamadas de “costeiras” nesta região, representada pela variação de bromélias, cactáceas, orquídeas e outras espécies ornamentais que se desenvolvem naturalmente nestes locais;
- A conservação dos sítios históricos;
- A regulamentação da ocupação urbana nas vilas rurais.

O zoneamento aqui apresentado, elaborado sobre a base cartográfica² IBGE na escala de 1:50000, é fruto de reuniões nas comunidades de Trindade, Sono, Ponta Negra, Pouso, Saco do Mamanguá, Paraty Mirim, Ilha do Araújo, Boa Vista, Cabral, Corisco, Campinho e Patrimônio, além da participação direta, durante a confecção dos mapas, do Sr. Prefeito Municipal, Vice e Chefe de Gabinete, Secretários Municipais de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente; Planejamento; Secretaria de Obras; Gerente da APA, Administrador da REJ, representantes do IPHAN-RJ, do NUPAUB³, da equipe do LASTROP/ESALQ⁴, Presidentes das Associações de Moradores do Saco do Mamanguá, Paraty Mirim, Pedras Azuis, Praia do Sono, Ponta Negra, Juatinga, Corisco, de uma comissão do Pouso da Cajaíba, do IPHAC (Instituto de Preservação Histórica e Ambiental do Caiuru), e de proprietários de terras na APA como um todo.

² Digitalizada pela equipe do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina – MMA/IBAMA/Pró Bocaina/UNICAMP, como base para as cartas temáticas produzidas pela equipe da Fundação SOS Mata Atlântica.

³ Núcleo de Pesquisas em Áreas Úmidas do Brasil /reitoria/USP

Esta proposta de zoneamento foi acordada com todos os parceiros, apresentada à comunidade interessada e discutida em reunião no dia 18 de dezembro de 2001 na Igreja Santa Rita. Após este período ocorreram vários encontros entre os técnicos responsáveis pela elaboração do Plano, bem como com titulares de áreas no interior da APA ou seus representantes.

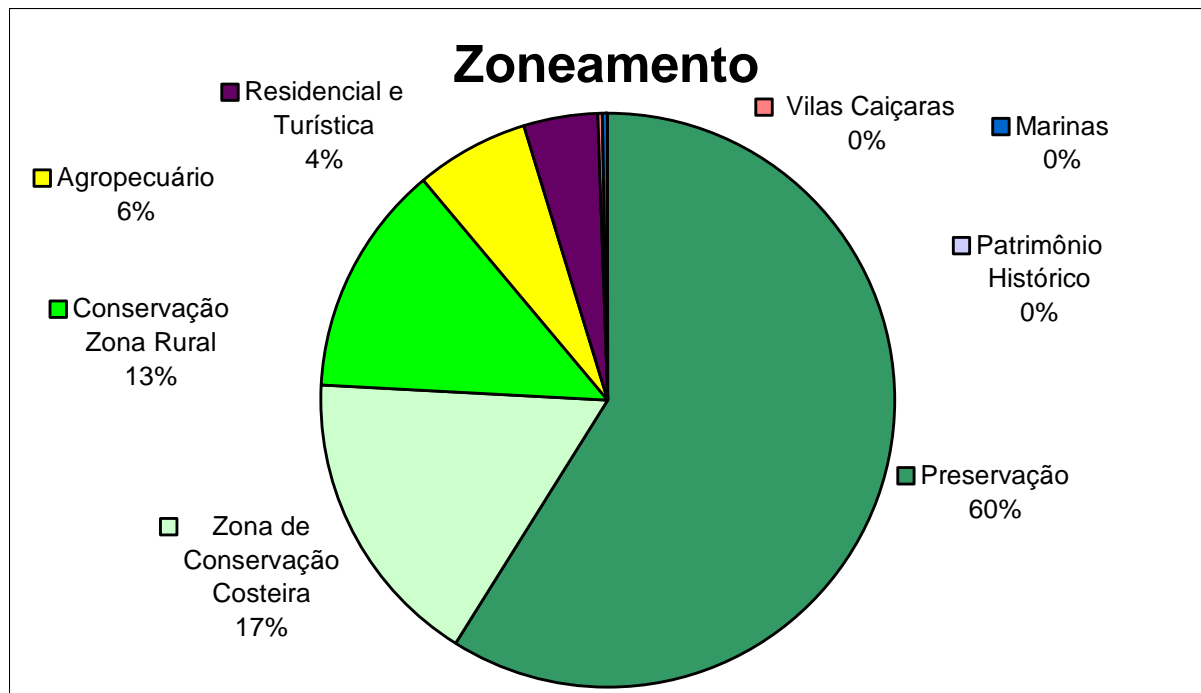
Zonas Propostas

As zonas propostas são:

1. Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS)
2. Zona de Conservação da Costeira (ZCC)
3. Zonas de Conservação dos Recursos Pesqueiros do Saco do Mamanguá (ZCSM)
4. Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR)
5. Zona Agropecuária (ZA)
6. Zona de expansão das vilas caiçaras (ZEVC)
7. Zona de expansão residencial e turística (ZERT)
8. Zona de Marinas (ZM)
9. Zona de Uso Conflitante (ZUC)
10. Zona de Uso Comunitário, Cultural, Educacional, Esportivo e de Lazer (ZUCEL)
11. Zona de Sítio Histórico (ZSH).

Os limites das zonas foram em sua grande maioria desenhados sobre as curvas de nível ou rios existentes na base IBGE escala 1: 50.000. As edificações plotadas representam o número existente no ano 2000/2001, mas sua localização é geralmente apenas ilustrativa.

⁴ Laboratório de Silvicultura Tropical/ESALQ/USP



Regulamentação das Zonas e do seu manejo

Esta regulamentação reforça e complementa o decreto de criação da APA, de nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983, reforçada pelo Art 146 do Plano Diretor de Paraty, além dos outros acima mencionados.

“Art. 146 - Esta Lei dispõe, no Capítulo I do Título IV, sobre normas de ocupação e uso dessas Unidades de Conservação Ambiental, sem prejuízo da legislação estadual e federal pertinente e do que vier a ser definido no Plano de Manejo do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais.

§ 2º - No caso de conflito entre normas, prevalecerá sempre aquela que for mais restritiva do ponto de vista da preservação ambiental e cultural, ouvidos os órgãos responsáveis.”

Medidas de regulamentação geral para todo o território da APA de Cairuçu

1. Toda a regulamentação de uso e ocupação definida neste Plano será complementada pelas normas do Plano Diretor de Paraty quando não estiverem aqui definidas e detalhadas, de acordo com o Art. 176 desta Lei Municipal. Em casos omissos, vale a legislação ambiental municipal, estadual e municipal, em vigor, prevalecendo sempre a norma mais restritiva;
2. O licenciamento de qualquer tipo de obras abrangendo mais de 150m² de área construída deve ser realizado pelo IBAMA, PMP e IPHAN, e Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Estado do Rio de Janeiro – SEMADUR /IEF quando na Reserva Ecológica da Juatinga - REJ.
3. As obras abaixo deste limite deverão ser licenciadas apenas pela PMP, e pela SEMADUR/IEF quando na Reserva Ecológica da Juatinga - REJ. O IBAMA e o IPHAN poderão, no entanto, solicitar sua paralisação caso as mesmas infringirem a legislação ambiental ou colidirem com as diretrizes do Tombamento do Município pelo IPHAN.
4. Quaisquer obras envolvendo movimentação mecânica de areia, terra ou rocha no território da APA, nas águas adjacentes e junto aos seus limites só poderão ser realizadas na Zona Residencial, Turística e Urbana, deverão ser licenciadas pelos órgãos gestores, ouvido o Conselho da APA.
5. O Conselho da APA de Cairuçu aprovará, desde que com a presença de 50% mais um dos seus membros, todas as novas regulamentações e detalhamentos do seu Plano de Manejo, e qualquer membro poderá solicitar vistas a processos de licenciamento de quaisquer tipo de obras e empreendimentos, bem como a denúncias e procedimentos de punição a quaisquer irregularidades no território da APA. As referidas solicitações deverão ser atendidas no máximo em 30 dias úteis sob pena de solicitação de abertura de procedimentos verificatórios por parte do Ministério Público;
6. Em todo o território da APA de Cairuçu é vedada a interdição do acesso de pedestres aos monumentos históricos, às cachoeiras de uso público consagrado, às praias⁵, e à faixa de marinha, exceto quando esta última tiver sido cedida ou aforada a pessoa física ou jurídica pelo DPU (Departamento do

⁵ Constituição de 1988, art. 10 da Lei de Gerenciamento Costeiro

Patrimônio da União). Não havendo acesso específico para terceiros, os pedestres poderão utilizar os existentes para chegar nestes locais;

7. Uma vez estabelecida a capacidade de suporte das áreas de maior interesse turístico ou de conservação ambiental da APA, sejam terrestres, insulares e/ou marinhas adjacentes, o limite de visitantes, veículos ou embarcações poderá ser estabelecido mediante decreto federal, estadual e municipal, em acordo com as Associações de Moradores das áreas afetadas;

8. Não será permitido o camping selvagem em todo o território da APA, somente em quintais ou áreas previamente especificadas para esta finalidade, desde que equipados com instalações sanitárias adequadas.

9. Fica vedada a interdição, estreitamento ou desvio das trilhas de acesso às comunidades costeiras ou das existentes no interior das vilas caiçaras. Estas trilhas são servidão oficial da população local;

10. Todas as ilhas e ilhotes da APA estão inseridas na ZPVS, com exceção da Ilha do Araújo, do Algodão e Bexiga, que tem zoneamento próprio dentro das zonas da APA.

11. Fica proibida a cobertura de quaisquer edificações exclusivamente com lajes planas, devendo o telhado definitivo possuir no mínimo duas águas. Os proprietários das construções terão um prazo de 2 anos, a partir da construção inicial da edificação e/ou notificação do órgão gestor, para instalar cobertura com duas ou mais águas sobre as lajes existentes.

12. Nenhuma edificação na APA de Caiçu poderá ter mais do que 2 pavimentos sendo o gabarito máximo de 8,5 m.

13. Fica proibido o lançamento ou depósito de lixo, ferro velho e qualquer outro tipo de resíduos sólidos resultantes de obras, eventos ou processamento de matéria prima em locais que não sejam adequados ao seu processamento para reciclagem ou transporte regular para local adequado e autorizado pelos órgãos gestores da APA, REJ e municipalidade;

14. Fica proibido o despejo de efluentes domésticos ou quaisquer resíduos potencialmente poluentes diretamente sobre o solo, cursos ou espelhos d'água, bem como sobre manguezais, sem tratamento adequado, sob pena de interdição de uso da edificação. Uma vez constatado e notificado este dano, o titular terá um prazo máximo de 30 dias para sanar o problema.

15. As áreas de Marinha só poderão ser ocupadas por bases mínimas de suporte estrutural a trapiches de atracação flutuantes ou apoiados em pilotis medindo no máximo 50m de comprimento, que não afetem os processos ecológicos dos costões e costeiras, ou por, ranchos⁶ de apoio a atividades ligadas à pesca e/ou apoio náutico de embarcações de no máximo 21 pés, mas nunca poderão impedir a passagem de pedestres por toda esta faixa, sendo obrigatória a liberação e desimpedimento de uma faixa com no mínimo 2,5 m de largura para cumprir esta função. Nenhuma estrutura a ser instalada nesta faixa, quando assim permitir o zoneamento desta APA, poderá interferir na integridade ambiental e paisagística dos costões, costeiras ou praias nem colidir com a normatização da Marinha do Brasil. As áreas já ocupadas e construídas nos terrenos de Marinha deverão se adequar a esta norma, em acordo com a comunidade local.

16. O único tipo de indústria permitida é a exploração de água mineral, devidamente licenciada pelos órgãos competentes, o processamento de produtos agrícolas e agro - silvo pastoris e pesqueiros de forma não poluente e de modo semi artesanal como o fabrico de aguardente, a confecção de farinha de mandioca, doces de frutas, ou o estabelecimento de pequenas estruturas para construção e manutenção de embarcações pesqueiras de pequeno e médio porte (até no máximo 15 metros), bem como outras de apoio à atividade pesqueira e artesanal.

17. É vedada a utilização de agrotóxicos ou herbicidas no interior da APA de Cairuçu, com exceção dos produtos de combate a cupins e formigas, caso não haja similares orgânicos, sempre sob supervisão direta de biólogos, engenheiros agrônomos ou florestais.

18. Fica vedado o despejo de quaisquer resíduos poluentes, químicos ou orgânicos, líquidos ou sólidos, nas águas marinhas adjacentes à APA de Cairuçu, dentro de uma faixa de 1500m entre a costeira e a embarcação;

19. Fica vedado o armazenamento ou despejo de quaisquer resíduos, químicos ou orgânicos, líquidos ou sólidos sem processamento prévio, separação ou acondicionamento que permita sua reciclagem em todo o território da APA;

⁶ Entenda-se por “ranchos” construções de pequeno porte, com no máximo 40m², erigidas em madeira, bambu ou pau-a-pique, sem nunca utilizar alvenaria nem telhas de amianto.

20. A abertura de quaisquer novos acessos para veículos automotores deverá ser licenciada pelo IBAMA e só poderá ocorrer quando o parcelamento do solo ou a instalação de obras nas áreas adjacentes estiverem devidamente legalizados.
21. Objetivando a conservação da paisagem, a instalação de placas de sinalização com mais de 4 m² fica sujeita à aprovação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes do município, do IBAMA e do IPHAN.
22. É proibida a caça, a guarda ou a venda de animais silvestres nos termos da Lei nº 9.605/1998, dos Crimes Ambientais, Capítulo V, Seção I, artigos 29 a 37, e Decreto nº 3.179/1999;
23. É proibida a condução de armadilhas, de armas ou de qualquer instrumento para caça ou captura de animais silvestres no interior da APA, sob pena de apreensão imediata.
24. É proibido o exercício de quaisquer atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota regional;
25. O lançamento de qualquer tipo de material ou artefato que ocupe mais de 3m² ao fundo do mar, com quaisquer objetivos, deverá ser objeto de licenciamento por parte do IBAMA, após estudo de impacto ambiental por parte de biólogos marinhos e oceanógrafos, caso esteja localizado no interior da Área Estratégica 1, Ilhas e Ambientes Marinhos.

Regulamentação do Zoneamento

Os limites das zonas da APA de Cairuçu estão plotados nas cartas: Zoneamento Geral e Zoneamento Detalhado, que acompanham este Plano e também podem ser obtidas em meio digital.

1. Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS)

Descrição

Esta zona é constituída por uma área contínua que abrange todo o território do Parque Nacional da Serra da Bocaina sobreposto pela APA, pela maior parte do maciço do Cairuçu até a linha de costa, por todas as áreas recobertas por mata primária, pelas cabeceiras e espigões divisores, pelas escarpas e áreas de maior declividade, por uma série de topos de morro isolados bem como por todos os manguesais, a maior parte dos caixetais e todas as ilhas, ilhotas e lajes da APA, à exceção da ilha da Bexiga, do Araújo e do Algodão (do sul). Sua descrição pormenorizada encontra-se no anexo 1 deste encarte.

Objetivos

- Preservação e conservação dos ecossistemas que a compõe - Florestas, manguezais, caxetais, restingas, praias e costões rochosos, para garantir a perpetuidade dos processos ecológicos fundamentais e a viabilidade da reprodução e manutenção da fauna e flora nativas;
- proteção integral das cabeceiras dos mananciais que abastecem as comunidades de Paraty;
- proteção integral de todas as ilhas e ilhotas da APA;
- proteção da paisagem de excepcional beleza;
- viabilização da conservação da cultura tradicional das comunidades caiçaras nativas, representada por seus moradores permanentes e efetivos, principalmente na região da Reserva Ecológica da Juatinga e Saco do Mamanguá
- modificação do Decreto Federal nº 89.242/83, de criação da APA de Cairuçu, que determina que todas as ilhas da APA são Zona de Proteção da Vida Silvestre, retirando desta Zona as Ilhas do Araújo e do Algodão (do sul).

Normas Gerais

Uso proibido

- Qualquer tipo de supressão da vegetação nativa ou extração de madeira, plantas ornamentais, cipós e palmeiras;
- Aterros ou canais de drenagens;
- Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado, para todo e qualquer tipo de ocupante, visitante ou morador;
- Qualquer tipo de movimentação de terra, quebra ou retirada de rochas, principalmente no costão rochoso;
- Qualquer tipo de obras e construção de edificações;
- Exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- Quaisquer atividades que venham contribuir para a redução ou alteração do equilíbrio ambiental dos manguezais bem como a qualidade de suas águas;
- A implantação de atividades potencialmente poluidoras que possam afetar a qualidade da água no interior da ZPVS ou em seus ambientes marinhos adjacentes;
- Lançamento de resíduos sólidos e efluentes sem tratamento com filtros anaeróbicos ou outros sistemas que não impliquem na utilização de nenhum componente químico que altere a pureza das águas;
- Penetrar nesta Zona conduzindo substâncias ou instrumentos para caça ou exploração de produtos ou subprodutos florestais, principalmente moto-serra sem licença do IBAMA e IEF quando na REJ.

- A condução e porte de equipamentos para pesca submarina sem licença do IBAMA;
- A pesca e coleta de caranguejos, outros crustáceos, e moluscos, fora dos padrões e períodos estabelecidos em legislação própria;
- O exercício de quaisquer atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota regional;
- A criação de gado bovino;
- A realização de atividades degradadoras ou potencialmente causadoras de degradação ambiental, inclusive o porte de armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição da biota;
- Apesar da possibilidade do desenvolvimento de atividades de subsistência pelas comunidades caiçaras nativas e moradoras efetivas, fica vedada em qualquer hipótese a derrubada de mata em estágio médio ou avançado de regeneração, bem como a construção de residência por motivo de cessão ou venda da moradia original a terceiros;
- A entrada e permanência de tratores de esteira ou quaisquer outras máquinas de terraplenagem;

Uso permitido

- Recuperação e recomposição de áreas degradadas com espécies nativas e mediante licenciamento dos órgãos competentes;
- Recuperação das matas ciliares;
- Banco genético: coleta de sementes/germoplasma para recuperação de áreas alteradas;
- Pesquisa científica (biológica, ecológica e arqueológica) mediante autorização dos órgãos gestores;
- Educação ambiental;
- Implementação de infra-estrutura para pesquisa, monitoramento e controle ambiental ou para apoio ao ecoturismo desde que em parceria com IBAMA e IEF/RJ e ouvido o Conselho da APA e/ou REJ;

- Instalação de antenas repetidoras desde que não implique na abertura de acesso rodoviário, mediante pagamento de taxa mensal ao IBAMA, destinada à gestão da própria APA;
- Implantação de infra-estrutura destinada a comunidades tradicionais tais como reservatórios para água coletiva, postos de saúde, escolas, trapiches, câmaras frias para pescado, exclusivamente nas comunidades da Ponta da Juatinga, Costão das Araras, Cairuçu das Pedras e Saco das Enxovas;
- Captura/coleta racional (não predatória) de espécies marinhas junto aos manguezais, tais como peixes, moluscos e crustáceos, somente pela população caiçara residente na APA, para subsistência;
- Caminhadas de visitantes e circulação dos seus moradores entre uma comunidade e outra a pé, sobre montaria ou utilizando-se de veículos não motorizados;
- Recuperação, após aprovação de projeto completo de intervenções e operacionalização pelos órgãos gestores – IBAMA, IEF, PMP, da porção da estrada de acesso à Praia do Sono aberta entre a Vila do Oratório e os limites da Reserva Ecológica da Juatinga, desde que equacionada a questão de estacionamento de veículos de passeio e serviço, sempre de porte leve;
- captação de água para uso doméstico desde que não implique em nenhuma interferência física no curso d'água.
- Desenvolvimento de atividades estritamente relacionadas à subsistência e desenvolvimento das comunidades tradicionais caiçaras, indígenas, quilombolas ou de agricultores⁸, como a retirada de matéria prima em bases sustentáveis, sendo a utilização de madeira para confecção de canoas condicionada a autorização e reposição de mudas. Estas atividades só poderão ser realizadas por moradores efetivos e nativos, reconhecidos pela Associação de Moradores, sempre com autorização específica dos

⁸ Retirada de madeira ou pedra utilizada para tecnologias patrimoniais como construção de canoas, casas de pau-a-pique, ranchos, artefatos de uso doméstico, artesanato, roças de subsistência em áreas com mata em estado inicial de regeneração.

administradores da APA e da REJ (caso a atividade for realizada no seu interior)

Recomendações para o manejo sustentável dos caixetais do Saco do Mamangá⁷

Caixetal	Observações	Recomendações
BAIXIO		
Rio Grande	exploração intensa	Reduzir a intensidade de colheita e aplicar práticas de manejo para recuperar a produção
Cairuçu	exploração intensa	Reduzir a intensidade de colheita e aplicar práticas de manejo para recuperar a produção
Cambucazeiro	regeneração intensa por sementes	Planejamento da colheita e manejo da regeneração
FAZ. SANTA MARIA		
Sono	exploração intensa	Planejamento da colheita
Caixetal 1	acesso difícil, com pouca exploração	Planejamento da colheita
Caixetal	Observações	Recomendações
Casqueiro	árvores de grande porte isoladas (130 cm DAP)	Área de preservação, sem manejo
Ponta da foice	exploração sendo retomada	Planejamento da colheita
REGATE		
Regate	exploração intensa	Reduzir a intensidade de colheita e aplicar práticas de manejo para recuperar a produção
Cunha do Mamangá	pouca exploração, caixetal atípico por ocorrer em altitude elevada (70 m)	Área de preservação, sem manejo

⁷ Elaborado pela equipe do LASTROP/ESALQ/USP, op. cit.

2. Zona de Conservação da Costeira (ZCC)

Descrição

Esta zona compreende a porção da APA localizada em sua região costeira, situada entre as Zonas de Expansão Residencial e Turística, Zonas de Expansão das Vilas Caiçaras e a Zona de Proteção da Vida Silvestre. É constituída por áreas de mata em estágio inicial e médio de regeneração, todo o caixetal da várzea da Caetana e mesmo por aquelas ocupadas por campos antrópicos localizados fora dos núcleos habitacionais tradicionais.

Objetivos

- Garantir a integridade da paisagem natural, sem interferências construtivas;
- Reduzir os impactos sobre os manguezais e caixetais, bem como sobre a biodiversidade da APA de Cairuçu;
- Viabilizar a recuperação natural da cobertura vegetal e a conservação ambiental;
- Assegurar o uso racional dos recursos florestais;
- Promover condições para a implementação de projetos de agrossilvicultura e apoio à visitação de baixo impacto ;
- Apoiar a conservação e desenvolvimento das comunidades caiçaras;

Normas Gerais

Uso proibido

- Qualquer tipo de supressão ou corte raso da vegetação nativa ou exploração de madeira de plantas ornamentais, cipós e palmeiras sem elaboração e autorização de plano de manejo de uso sustentável.
- A exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença;
- Aterros ou canais de drenagens;
- Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado sem autorização dos órgãos gestores;

- Qualquer tipo de movimentação de terra, quebra ou retirada de rochas nas costeiras e principalmente no costão rochoso;
- Expansão da ocupação residencial;
- Abertura de novas vias de acesso e logradouros sem autorização dos órgãos gestores para a abertura do acesso e para a atividade prevista na sua área adjacente;
- Abertura de canais e retificação de rios;
- Qualquer tipo de obras e construção de edificações, exceto as destinadas à realização de pesquisas, ao monitoramento e controle ambiental e à implantação de infra-estrutura para a comunidade tradicional ou para apoio ao ecoturismo desde que em parceria com IBAMA e/ou IEF/RJ, ouvido o Conselho da APA e também o da REJ quando a intervenção ocorrer nos limites desta unidade ou sua sucessora;
- Exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- Quaisquer atividades que venham contribuir para a redução ou alteração do equilíbrio ambiental dos manguezais bem como a qualidade de suas águas;
- A implantação de atividades potencialmente poluidoras que possam afetar a qualidade da água no interior da ZCC ou em seus ambientes marinhos adjacentes;
- Lançamento de resíduos sólidos e efluentes sem tratamento com filtros anaeróbicos ou outros sistemas que não impliquem na utilização de nenhum componente químico que altere a pureza das águas;
- Penetrar nesta Zona conduzindo substâncias ou instrumentos para caça ou exploração de produtos ou subprodutos florestais, principalmente motosserra sem licença do IBAMA e IEF quando na REJ.
- A pesca e coleta de caranguejos, outros crustáceos, e moluscos, fora dos padrões e períodos estabelecidos em legislação própria;

- A realização de atividades degradadoras ou potencialmente causadoras de degradação ambiental, inclusive o porte de armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição da biota;
- A entrada de tratores de esteira ou quaisquer outras máquinas de terraplenagem, com exceção daquelas a serviço da prefeitura para manutenção das estradas existentes e mapeadas neste Plano de Manejo, ou para atividades e obras devidamente autorizadas;
- A criação de gado bovino.
- O fechamento ou alteração dos caminhos tradicionais de acesso às residências da comunidade, a não ser em pleno acordo com seus representantes;

Uso permitido

- Recuperação e recomposição de áreas degradadas com espécies nativas;
- Recuperação das matas ciliares;
- Banco genético: coleta de sementes/germoplasma para recuperação de áreas alteradas;
- Pesquisa científica (biológica, ecológica e arqueológica) mediante autorização dos órgãos gestores;
- Educação ambiental;
- Implementação de infra-estrutura para pesquisa, manejo florestal, monitoramento e controle ambiental;
- Reforma de instalações já existentes anteriormente à aprovação deste zoneamento pelo IBAMA, sem, no entanto, descaracterizar seus padrões originais nem aumentar a área construída em mais que 50% do total.
- Captura/coleta racional (não predatória) de espécies: peixes, moluscos e crustáceos, somente pela população caiçara residente na APA;
- Captação de água para uso doméstico desde que não implique em nenhuma interferência física no curso d'água.
- É permitida a limpeza rotineira de trilhas, áreas cultivadas e manutenção de jardins ou quintais, desde que estas áreas estejam localizadas fora dos

- limites das Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal, bem como fora das restingas, costões rochosos e topos de morro;
- Atividades de ecoturismo que não impliquem na construção de bares, restaurantes, residências ou pousadas;
 - Criação de animais domésticos nos quintais de residências existentes, cujas instalações devem estar sempre fora das áreas protegidas pelo código florestal;
 - Extrativismo de espécies medicinais, desde que não implique na degeneração de espécies arbóreas, como o jatobá, por exemplo.
 - A supressão de vegetação exclusivamente para a prática da agricultura sem utilização de nenhum insumo químico nas áreas com vegetação herbácea, arbustiva ou mata secundária em estado inicial de regeneração, com declividade menor do que 25º;
 - Atividades de manejo sustentável dos recursos vegetais incluindo agrossilvicultura com espécies nativas ou frutíferas tradicionais na região.
 - O cultivo de culturas tradicionais caiçaras nos campos antrópicos ou em áreas com vegetação em estado inicial de recuperação, com declividade menor do que 25º, só será possível nesta zona, na área da REJ, condicionado a autorização do órgão responsável, e assistência técnica ou orientação básica de monitores ambientais, a fim de promover o enriquecimento do solo e práticas sustentáveis.
 - Criação de animais domésticos de pequeno porte, cujas instalações devem estar sempre fora das áreas protegidas pelo código florestal, e cujos efluentes sofram tratamento físico de filtragem antes de alcançar os corpos d'água;
 - A limpeza rotineira de trilhas, áreas cultivadas e manutenção de jardins ou quintais, desde que estas áreas estejam localizadas fora dos limites das Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal, como margens de rios, entorno de nascentes e topos de morro;

Classificação das áreas na ZCC conforme o tipo de vegetação, uso recomendado e não permitido⁸:

Áreas de uso	Tipo de vegetação	Recomendação de uso	Uso não permitido
Manejo florestal	vegetação em estágio avançado de desenvolvimento	manejo florestal para a produção de madeira e não madeira	roças, pastagens, sistemas agroflorestais e edificações
Uso agroflorestal e manejo	vegetação em estágio inicial de regeneração	roças de subsistência	Pastagens e edificações
	vegetação em estágio médio de regeneração	sistemas agroflorestais e manejo florestal	Pastagens, roças e edificações
Recuperação	campos degradados	plantios e condução da regeneração. Depois de recuperada, manejo agroflorestal.	Roças e pastagens e edificações.
caixetais	mal utilizados	recuperação e manejo	manejo permitido mediante autorização
	bem utilizados	Manejo	manejo permitido mediante autorização
	pouco utilizados	Preservação	não é permitido manejo

⁸ Extraído de “Subsídios para o zoneamento e reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga”, LASTROP – Laboratório de Silvicultura Tropical da ESALQ/USP (op.cit)

3 . Zona de Conservação dos Recursos Pesqueiros do Saco do Mamanguá (ZCSM)



Descrição

Esta Zona localiza-se no Saco do Mamanguá, e abrange a totalidade dos seus ambientes marinhos. Seu limite é definido por uma linha imaginária situada entre a ponta do Descalvado e a ponta do Buraco, acompanhando a linha de costa até os manguesais do fundo do Saco.

Objetivos

- Implementar medidas de proteção ambiental aos ambientes marinhos e recursos pesqueiros em acordo com a Lei Municipal no 744/87, que modifica a Lei Municipal no 685/84 e cria a Área de Proteção Ambiental do Saco do Mamanguá, Paraty Mirim e Baía de Paraty;
- Definir sub zonas para estabelecer níveis diferenciados de conservação e proteção nos ambientes marinhos do Saco do Mamanguá.
- Monitorar a ocorrência de espécies marinhas, bem como os ciclos reprodutivos do camarão e de outras espécies que buscam a região para se reproduzir;
- Implantar estruturas de apoio à reprodução destas espécies, bem como projetos piloto de maricultura;

3.1 - Sub Zona de Santuário Marinho.

Descrição

Área do fundo do Saco do Mamanguá, delimitada por uma linha seca entre a ponta do cais comunitário de Currupira e a ponta do Bananal. Nesta área predominam os manguezais, o fundo lodoso e profundidades mínimas. Ali desembocam os principais cursos d'água do Saco do Mamanguá, os córregos Cairucu e Pão de Açúcar, formadores do chamado rio Grande, o córrego Mamanguá e o rio Iriró, que praticamente não recebem nenhum tipo de efluentes domésticos, formando um ambiente de altíssima qualidade ambiental.

Normas Gerais

Uso proibido

- Tráfego de embarcações equipadas com motor acima de 15 hp e motores turbinados (jet ski e ski boat). A velocidade máxima será de 5 nós.
- Circulação de embarcações a motor de qualquer tipo (botes de alumínio, borracha, jet ski e outros) nos rios que desembocam no manguezal, a não ser para atividades com finalidade de fiscalização, pesquisa, manejo ou subsistência das comunidades tradicionais que vivem no Saco do Mamanguá.
- Prática de esqui aquático;
- Pesca predatória com rede atravessando a totalidade ou a boca dos rios, cerco de cardumes para caça submarina, utilização de qualquer artefato ilegal para a pesca.
- Pesca de arrasto.

Uso permitido

- Navegação com embarcações de no máximo 30 pés de comprimento, motorizada com potência máxima de 15 HP;
- Pesca artesanal dentro das especificações legais quanto ao tamanho da malha das redes e períodos de defeso legal ou respeito à época de reprodução da espécie capturada;
- Projetos piloto de maricultura sempre com espécies locais;
- Pesquisa;

- Projetos para recuperação dos ambientes marinhos e costeiros;
- Visitação pública de baixo impacto;

3.2 – Sub Zona de Proteção do Santuário

Descrição

Começa ao sul da Ilha Pequena, a partir de uma linha imaginária no sentido exato leste/oeste, terminando nos limites da sub zona de Santuário Marinho

Normas Gerais

Uso Proibido

- Construção ou instalação de infra-estrutura de apoio náutico (qualquer tipo de cais, atracadouro e pontos de poitas), em função da baixa profundidade do canal e baixa circulação de água que potencializam a bioacumulação de poluentes derivados do petróleo.
- Fica vedado o tráfego de quaisquer embarcações com velocidade acima de 8 nós, bem como aquelas equipadas com motor turbinado (incluindo lanchas do tipo Ski Boat e Jet Ski), pois destroem o plâncton.
- Pesca de arrasto de fundo

Uso Permitido

- Pesca artesanal dentro das especificações legais quanto ao tamanho da malha das redes e períodos de defeso legal ou respeito à época de reprodução da espécie capturada;
- Projetos piloto de maricultura sempre com espécies locais;
- Pesquisa;
- Projetos para recuperação dos ambientes marinhos e costeiros;
- Circulação de barcos de pesca e lazer, desembarque normal de passageiros, produtos e materiais no cais do Currupira.

3.3 - Sub Zona de Reserva de Pesca Artesanal

Descrição

Área delimitada por uma linha leste/oeste situada ao sul do rio no canto norte da Praia do Cruzeiro. Principal área de uso de atividades de pesca artesanal, baixas profundidades, fundo de lodo e largura reduzida pela presença de parcel e ilhas. Franjas de mangue nas costeiras.

Normas Gerais

Uso Proibido

- Trafego de quaisquer embarcações com velocidade acima de 8 nós, bem como aquelas equipadas com motor turbinado (incluindo lanchas do tipo Ski Boat e Jet Ski), pois destroem o plâncton.
- Pesca de arrasto de fundo

Uso Permitido

- Construção de estruturas flutuantes de apoio náutico com no máximo 5 m de comprimento por 2,5 m largura por propriedade e instalação de poitas desde que não abriguem mais de 3 embarcações de lazer com mais de 30 pés para pernoite simultâneo;
- Pesca artesanal dentro das especificações legais quanto ao tamanho da malha das redes e períodos de defeso legal ou respeito à época de reprodução da espécie capturada;
- Projetos piloto de maricultura sempre com espécies locais;
- Pesquisa;
- Projetos para recuperação dos ambientes marinhos e costeiros;
- Circulação de barcos de pesca e lazer, desembarque normal de passageiros, produtos e materiais no cais do Currupira.

3.4 - Sub Zona de Proteção ambiental

Descrição

Localiza-se ao sul da Ponta do Escalvado e Ponta do Buraco. Área com fisiografia e características ambientais peculiares, tida como importante área de

criadouro de organismos marinhos e intensa presença de atividades de pesca artesanal.

Uso Proibido

- o tráfego marítimo de embarcações com velocidade acima de 8 nós no interior do Saco de Mamanguá;
- a pesca de arrasto de fundo.

4. Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR)

Descrição

Esta área compreende a maior parte da zona rural da APA, situada entre a ZCVS e as ZERT, e é composta basicamente por mata secundária em estágio inicial de regeneração, bem como pelos campos antrópicos e áreas cultivadas.

Objetivos

- Reduzir os impactos sobre as florestas, bem como sobre a biodiversidade da APA de Cairuçu;
- Viabilizar a recuperação natural da cobertura vegetal e a conservação ambiental;
- Assegurar o uso racional dos recursos florestais;
- Promover condições para a implementação de projetos de agrossilvicultura e apoio à visitação de mínimo impacto ;
- Apoiar a conservação e desenvolvimento das comunidades quilombolas, indígenas e os pequenos agricultores;

Normas Gerais

Uso proibido

- Qualquer tipo de supressão ou corte raso da vegetação nativa ou exploração de madeira ou de plantas ornamentais, cipós e palmeiras sem elaboração e autorização de plano de manejo sustentável.
- A exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença;
- Aterros ou canais de drenagens;
- Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado sem autorização dos órgãos gestores;
- Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado que encontre os limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina, a não ser com anuência do chefe do Parque;
- Abertura de canais e retificação de rios;

- Parcelamento do solo em áreas menores do que o módulo rural mínimo do INCRA;
- Exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- Quaisquer atividades que venham contribuir para a redução ou alteração do equilíbrio ambiental das nascentes e cursos d'água;
- Lançamento de resíduos sólidos e efluentes sem tratamento com filtros anaeróbicos ou outros sistemas que não impliquem na utilização de nenhum componente químico que altere a pureza das águas;
- Penetrar nesta Zona conduzindo substâncias ou instrumentos para caça ou exploração de produtos ou subprodutos florestais, principalmente motosserra sem licença do IBAMA;
- A realização de atividades degradadoras ou potencialmente causadoras de degradação ambiental, inclusive o porte de explosivos, armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição da biota;
- A entrada de tratores de esteira ou quaisquer outras máquinas de terraplenagem, com exceção daquelas a serviço da prefeitura para manutenção das estradas existentes e mapeadas neste Plano de Manejo, ou para atividades e obras devidamente autorizadas;
- A criação extensiva de gado bovino

Uso permitido

- Recuperação e recomposição de áreas degradadas com espécies nativas;
- Recuperação das matas ciliares;
- Banco genético: coleta de sementes/germoplasma para recuperação de áreas alteradas;
- Pesquisa científica (biológica, ecológica e arqueológica) mediante autorização dos órgãos gestores;
- Educação ambiental;

- Implementação de infra-estrutura para pesquisa, manejo florestal, monitoramento e controle ambiental;
- Captação de água para uso doméstico desde que não implique em nenhuma interferência física no curso d'água.
- É permitida a limpeza rotineira de trilhas, áreas cultivadas e manutenção de jardins ou quintais, desde que estas áreas estejam localizadas fora dos limites das Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal, como margens de rios, entorno de nascentes e topos de morro;
- Extrativismo de espécies medicinais, desde que não implique na degeneração de espécies arbóreas, como o jatobá, por exemplo.
- A supressão de vegetação exclusivamente para a prática da agricultura sem utilização de nenhum insumo químico nas áreas com vegetação herbácea, arbustiva ou mata secundária em estado inicial de regeneração, com declividade menor do que 45°;
- Atividades de manejo sustentável dos recursos vegetais incluindo agrossilvicultura com espécies nativas ou frutíferas tradicionais na região.
- O desenvolvimento da agricultura nos campos antrópicos ou em áreas com vegetação em estado inicial de recuperação, com declividade menor do que 45°;
- A limpeza rotineira de trilhas, áreas cultivadas e manutenção de jardins ou quintais, desde que estas áreas estejam localizadas fora dos limites das Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal, como margens de rios, entorno de nascentes e topos de morro;

Classificação das áreas na ZCZR conforme o tipo de vegetação, uso recomendado e não permitido⁹:

Áreas de uso	Tipo de vegetação	Recomendação de uso	Uso não permitido
Manejo florestal	vegetação em estágio avançado de desenvolvimento	manejo florestal para a produção de madeira e não madeira	roças, pastagens, sistemas agroflorestais e edificações
Uso agroflorestal e manejo	vegetação em estágio inicial de regeneração	roças de subsistência	
	vegetação em estágio médio de regeneração	sistemas agroflorestais e manejo florestal	Pastagens, roças e edificações
Recuperação	campos degradados	plantios e condução da regeneração. Depois de recuperada, manejo agroflorestal.	Roças e pastagens e edificações.

- O manejo de bananais e outras culturas já existentes em que predominem as espécies arbóreas, respeitado o código florestal quando da limpeza das mesmas;
- Criação de animais domésticos de pequeno porte, cujas instalações devem estar sempre fora das áreas protegidas pelo código florestal, e cujos efluentes sofram tratamento físico de filtragem antes de alcançar os corpos d'água;
- Nesta Zona, cujas propriedades ou posses devem ter uma área mínima de 3 ha, conforme o módulo mínimo rural do INCRA para a região, é possível a edificação de instalações de apoio às atividade produtivas, residências, lanchonetes, restaurantes e pequenas pousadas¹⁰ mediante aprovação dos órgãos gestores da APA, sempre respeitando o Código Florestal e as respectivas reservas legais.
- Estas áreas não poderão ser desmembradas em lotes menores do que o módulo rural mínimo, podendo, no entanto, constituir condomínios com

⁹ Extraído de “Subsídios para o zoneamento e reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga”, LASTROP – Laboratório de Silvicultura Tropical da ESALQ/USP (op.cit)

parcelas ideais mínimas de 5 mil m² e 10% de área ocupada com edificações de no máximo 300 m², formada por módulos de no máximo 100 m².

- A instalação de quaisquer edificações na ZCZR só poderá ocorrer em locais onde a vegetação existente seja herbácea, arbustiva ou em estágio inicial de regeneração, conforme regulamentação do Decreto Federal n^o 750/2000.

¹⁰ Com no máximo 2 pavimentos e área total construída de 500 m²

5. Zona Agropecuária (ZA)

Descrição

As áreas destinadas à criação de gado são 6, cada uma delas localizada em um bairro rural, onde estas atividades já vem sendo desenvolvidas: Corisco, Corisquinho, Coriscão, Pedras Azuis, Córrego dos Micos, Campinho e Patrimônio.

Objetivos

- Reduzir os impactos sobre as florestas, bem como sobre a biodiversidade da APA de Cairuçu;
- Permitir a recuperação natural da cobertura vegetal e a conservação ambiental nas matas ciliares e APPs – Área de Preservação Permanente definidas pelo Código Florestal;
- Assegurar o uso racional dos recursos florestais;
- Promover condições para a implementação de projetos de agrossilvicultura e apoio à visitação de mínimo impacto ;
- Apoiar a conservação e desenvolvimento das comunidades quilombolas, indígenas e os pequenos agricultores;
- A criação de gado e outros animais domésticos, buscando sempre o manejo sustentável das pastagens;

Normas Gerais

Uso Proibido

- Qualquer tipo de supressão ou corte raso da vegetação nativa ou exploração de madeira ou de plantas ornamentais, cipós e palmeiras sem elaboração e autorização de plano de manejo.
- A exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença;
- Aterros ou canais de drenagens;

- Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado sem autorização dos órgãos gestores;
- Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado que encontre os limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina, a não ser com anuência do chefe do Parque;
- Abertura de canais e retificação de rios;
- Parcelamento do solo em áreas menores do que o módulo rural mínimo do INCRA;
- Exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- Quaisquer atividades que venham contribuir para a redução ou alteração do equilíbrio ambiental das nascentes e cursos d'água;
- Lançamento de resíduos sólidos e efluentes sem tratamento com filtros anaeróbicos ou outros sistemas que não impliquem na utilização de nenhum componente químico que altere a pureza das águas;
- Penetrar nesta Zona conduzindo substâncias ou instrumentos para caça ou exploração de produtos ou subprodutos florestais, principalmente moto-serra sem licença do IBAMA;
- A realização de atividades degradadoras ou potencialmente causadoras de degradação ambiental, inclusive o porte de explosivos, armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição da biota;
- A entrada de tratores de esteira ou quaisquer outras máquinas de terraplenagem, com exceção daquelas a serviço da prefeitura para manutenção das estradas existentes e mapeadas neste Plano de Manejo, ou para atividades e obras devidamente autorizadas;
- Fica proibida a ampliação das pastagens em áreas cobertas com vegetação arbórea em estágio médio e avançado de regeneração ou com mais de 30º de declividade;

- Fica proibida a limpeza de pastagens nas Áreas de Preservação Permanente definidas pelo Código Florestal;

Uso Permitido

- Recuperação e recomposição de áreas degradadas com espécies nativas;
- Recuperação das matas ciliares;
- Banco genético: coleta de sementes/germoplasma para recuperação de áreas alteradas;
- Pesquisa científica (biológica, ecológica e arqueológica) mediante autorização dos órgãos gestores;
- Educação ambiental;
- Implementação de infra-estrutura para pesquisa, manejo florestal, monitoramento e controle ambiental;
- Captação de água para uso doméstico desde que não implique em nenhuma interferência física no curso d'água.
- É permitida a limpeza rotineira de trilhas, pastagens, áreas cultivadas e manutenção de jardins ou quintais, desde que estas áreas estejam localizadas fora dos limites das Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal, como margens de rios, entorno de nascentes e topos de morro;
- Extrativismo de espécies medicinais, desde que não implique na degeneração de espécies arbóreas, como o jatobá, por exemplo.
- A supressão de vegetação, exclusivamente para a prática da agricultura sem utilização de nenhum insumo químico nas áreas com vegetação herbácea, arbustiva ou mata secundária em estado inicial de regeneração, com declividade menor do que 45o;
- Atividades de manejo sustentável dos recursos vegetais incluindo agrossilvicultura com espécies nativas ou frutíferas tradicionais na região.

- O desenvolvimento da agricultura nos campos antrópicos ou em áreas com vegetação em estado inicial de recuperação, com declividade menor do que 45°;

Classificação das áreas na ZA conforme o tipo de vegetação, uso recomendado e não permitido¹¹:

Áreas de uso	Tipo de vegetação	Recomendação de uso	Uso não permitido
Manejo florestal	vegetação em estágio avançado de desenvolvimento	manejo florestal para a produção madeireira e não madeireira	roças, pastagens, sistemas agroflorestais e edificações
Uso agroflorestal e manejo	vegetação em estágio inicial de regeneração	roças de subsistência	
	vegetação em estágio médio de regeneração	sistemas agroflorestais e manejo florestal	Pastagens, roças e edificações
Recuperação	campos degradados	plantios e condução da regeneração. Depois de recuperada, manejo agroflorestal.	Roças e pastagens e edificações.

¹¹ Extraído de “Subsídios para o zoneamento e reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga”, LASTROP – Laboratório de Silvicultura Tropical da ESALQ/USP (op.cit)

- O manejo de bananais e outras culturas já existentes em que predominem as espécies arbóreas, respeitado o código florestal quando da limpeza das mesmas;
- Criação de animais domésticos cujas instalações devem estar sempre fora das áreas protegidas pelo código florestal, e cujos efluentes sofram tratamento físico de filtragem antes de alcançar os corpos d'água;
- Nesta Zona, cujas propriedades ou posses devem ter uma área mínima de 3 ha, conforme o módulo mínimo rural do INCRA para a região, é possível a edificação de instalações de apoio às atividades produtivas, residências, lanchonetes, restaurantes e pequenas pousadas¹² mediante aprovação dos órgãos gestores da APA, sempre respeitando o Código Florestal e as respectivas reservas legais.
- Estas áreas não poderão ser desmembradas em lotes menores do que o módulo rural mínimo, podendo, no entanto, constituir condomínios com parcelas ideais mínimas de 5 mil m² e 10% de área ocupada com edificações de no máximo 300 m², com módulos de no máximo 100 m².
- A instalação de quaisquer edificações na ZA só poderá ocorrer em locais onde a vegetação existente seja herbácea, arbustiva ou em estágio inicial de regeneração, conforme regulamentação do Decreto Federal nº 750/2000.
- Fica permitida a continuidade das atividades de criação de gado;
- É permitida a instalação de estruturas de apoio à agropecuária desde que respeitado o código florestal;

¹² Com no máximo 2 pavimentos e área total construída de 500 m²

6. Zona de expansão das vilas caiçaras (ZEVC)

Descrição

Estas áreas estão todas localizadas no interior da Reserva Ecológica da Juatinga, constituídas pelos núcleos residenciais das comunidades caiçaras tradicionais: praias do Sono, Ponta Negra, Cairuçu das Pedras, Saco das Enchovas, Ponta da Juatinga, praias do Pouso, Calhaus, Grande, e, no Saco do Mamanguá : Baixio, Cruzeiro, Ponta da Romana e três outras pequenas praias nesta região.

Objetivos

- Fazer cumprir as determinações da Lei Estadual que criou a Reserva Ecológica da Juatinga - Lei Estadual nº 1.859/91, e da Lei Estadual nº 2.393/95, que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro.
- Viabilizar a conservação e valorização do assentamento e do estilo tipicamente caiçara, que ainda predomina nas comunidades do Pouso, Praia Grande, Sono, Calhaus, Ponta Negra, Saco das Enchovas, Cairuçu das Pedras, Ponta da Juatinga e Cruzeiro.
- Estimular a operação do turismo sustentável pelos próprios caiçaras;

Normas Gerais

Uso proibido

- Qualquer tipo de supressão ou corte raso da vegetação nativa ou exploração de madeira de plantas ornamentais, cipós e palmeiras sem elaboração e autorização de plano de manejo.
- A exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença;
- Aterros ou canais de drenagens;
- Abertura ou alargamento de trilhas ou acessos existentes para tráfego de qualquer tipo de veículo motorizado sem autorização dos órgãos gestores;

- Qualquer tipo de movimentação de terra, quebra ou retirada de rochas nas costeiras e principalmente no costão rochoso;
- Expansão da ocupação residencial por pessoas que não sejam nascidas e moradoras¹³ das comunidades caiçaras;
- A construção de novas residências e quaisquer edificações que não se destinem exclusivamente ao atendimento das necessidades de moradia, trabalho, lazer, religião e sobrevivência das comunidades caiçaras nativas e residentes locais, com exceção para aquelas destinadas à realização de pesquisas, ao monitoramento e controle ambiental e à implantação de infraestrutura para a comunidade tradicional ou para apoio à visitação turística e ao ecoturismo pela comunidade nativa e moradora no local, desde que autorizada pelo IBAMA e IEF/RJ, ouvido o Conselho da APA e da REJ quando a intervenção ocorrer nos limites desta unidade ou sua sucessora;
- Abertura de novas vias de acesso e logradouros sem autorização dos órgãos gestores para a abertura do acesso e para a atividade prevista na sua área adjacente;
- Abertura de canais e retificação de rios;
- Exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão das terras ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- Quaisquer atividades que venham contribuir para a redução ou alteração do equilíbrio ambiental dos manguezais bem como a qualidade de suas águas;
- A implantação de atividades potencialmente poluidoras que possam afetar a qualidade da água no interior desta Zona ou em seus ambientes marinhos adjacentes;
- Lançamento de resíduos sólidos e efluentes sem tratamento com filtros anaeróbicos ou outros sistemas que não impliquem na utilização de nenhum componente químico que altere a pureza das águas;

¹³ ainda que de forma não permanente

- Penetrar nesta Zona conduzindo substâncias ou instrumentos para caça ou exploração de produtos ou subprodutos florestais, principalmente motosserra sem licença do IBAMA e IEF quando na REJ.
- A pesca e coleta de caranguejos, outros crustáceos, e moluscos, fora dos padrões e períodos estabelecidos em legislação própria;
- A realização de atividades degradadoras ou potencialmente causadoras de degradação ambiental, inclusive o porte de armas de fogo e de artefatos ou instrumentos de destruição da biota;
- A entrada de tratores de esteira ou quaisquer outras máquinas de terraplenagem, com exceção daquelas a serviço da prefeitura para manutenção das estradas existentes e mapeadas neste Plano de Manejo, a não ser para atividades autorizadas pelo IBAMA;
- A criação de gado bovino.
- A supressão da vegetação arbórea existente nesta Zona, em estado médio e avançado de regeneração, bem como de fruteiras e outras árvores isoladas e nativas de grande porte, a não ser em caso de risco para residências pré existentes e sempre mediante autorização do órgão gestor;
- A implantação de muros de alvenaria ou alambrados metálicos na divisa dos terrenos;
- O fechamento ou alteração dos caminhos tradicionais de acesso às residências da comunidade, a não ser em pleno acordo com seus representantes;

Uso Permitido

- Recuperação e recomposição de áreas degradadas com espécies nativas;
- Recuperação das matas ciliares;

- Banco genético: coleta de sementes/germoplasma para recuperação de áreas alteradas;
- Pesquisa científica (biológica, ecológica e arqueológica) mediante autorização dos órgãos gestores;
- Educação ambiental;
- Implementação de infra-estrutura para pesquisa, manejo florestal , monitoramento e controle ambiental;
- Reforma de instalações da população caiçara desde que em conformidade com a legislação e recomendações específicas para a respectiva comunidade, ou daquelas já existentes anteriormente à aprovação deste Plano sem, no entanto, descaracterizar seus padrões originais nem aumentar a área construída em mais que 50% do total.
- Captura/coleta racional (não predatória) de espécies: peixes, moluscos e crustáceos, somente pela população caiçara residente na APA;
- Captação de água para uso doméstico desde que não implique em nenhuma interferência física no curso d'água.
- É permitida a limpeza rotineira de trilhas, áreas cultivadas e manutenção de jardins ou quintais, desde que estas áreas estejam localizadas fora dos limites das Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal, bem como fora das restingas, costões rochosos e topos de morro;
- Extrativismo de espécies medicinais, desde que não implique na degeneração de espécies arbóreas, como o jatobá, por exemplo.
- A supressão de vegetação exclusivamente para a prática da agricultura sem utilização de nenhum insumo químico nas áreas com vegetação herbácea, arbustiva ou mata secundária em estado inicial de regeneração, com declividade menor do que 25°;
- Atividades de manejo sustentável dos recursos vegetais incluindo agrossilvicultura com espécies nativas ou frutíferas tradicionais na região.

- O cultivo de culturas tradicionais caiçaras nos campos antrópicos ou em áreas com vegetação em estado inicial de recuperação, com declividade menor do que 45°, só será possível nesta zona, na área da REJ, condicionado a autorização do órgão responsável, e assistência técnica ou orientação básica de monitores ambientais, a fim de promover o enriquecimento do solo e práticas sustentáveis.
- Criação de animais domésticos de pequeno porte, cujas instalações devem estar sempre fora das áreas protegidas pelo código florestal, e cujos efluentes sofram tratamento físico de filtragem antes de alcançar os corpos d'água;

Classificação das áreas na ZEVC conforme o tipo de vegetação, uso recomendado e não permitido¹⁴:

Tipo de vegetação	Recomendação de uso	Uso não permitido
vegetação em estágio avançado de desenvolvimento	manejo florestal para a produção madeireira e não madeireira	roças, pastagens, sistemas agroflorestais e edificações
vegetação em estágio inicial de regeneração	roças de subsistência e edificações	
vegetação em estágio médio de regeneração	sistemas agroflorestais e manejo florestal	Pastagens, roças e edificações
campos degradados	Roças e edificações plantios e condução da regeneração. Depois de recuperada, manejo agroflorestal.	.

¹⁴ Extraído de “Subsídios para o zoneamento e reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga”, LASTROP – Laboratório de Silvicultura Tropical da ESALQ/USP (op.cit)

- Construção de edificações para residências, comércio de alimentos e artesanato nativo, apoio comunitário e religioso, postos de informações, estruturas de apoio à pesca artesanal, maricultura, manutenção de embarcações, ranchos de pesca (somente de madeira), bem como pequenos estabelecimentos de comércio de alimentos, somente mediante autorização dos órgãos gestores, ouvida a comunidade sempre que houver controvérsia sobre a legitimidade da obra dentro dos objetivos da ZEVC;
- Nesta zona as residências deverão atender basicamente às necessidades de moradia e desenvolvimento da população caiçara nativa, podendo ainda receber hóspedes e visitantes ocasionalmente;
- As divisas dos terrenos só poderão ser demarcadas com cercas vivas ou outros materiais locais, nunca com picadas abertas sem nenhum tipo de cobertura vegetal, fato que vem acarretando erosão e carregamento de sedimentos para os rios e para as águas do mar, principalmente no Saco do Mamanguá;
- Novas construções nas áreas não detalhadas por comunidade seguirão os mesmos parâmetros que a zona costeira da ZRT;
- Estruturas mínimas de atracação somente poderão ser instaladas na forma de estivas, cais flutuantes ou apoiados em pilotis, jamais por obra de aterro e/ou muros de arrimo que interfiram no costão rochoso ou no ambiente entre marés.

Normas específicas de ocupação nesta Zona, definidas em reuniões de planejamento nas comunidades

O recuo entre as edificações e outros parâmetros específicos foi definido nas reuniões de zoneamento nas comunidades do Sono, Ponta Negra, Pouso da Cajaíba, Cruzeiro e Baixio.

- As edificações terão no máximo 100 m², e, para todas, a construção deve ficar a 30 m de distância dos cursos d' água; quando próximas à praia, as áreas de marinha devem ser respeitadas, respeitando-se o recuo que será de 33m acima da maré média.

- Nas comunidades de Juatinga e Calhaus, fica estabelecida a distância mínima de 5m entre as edificações. Na Praia Grande 10m.

Praia do Sono

- Respeitar como área comum de passagem uma faixa de 6 metros para trás da linha de amendoeiras existentes na beira da praia;
- Construir casas com o máximo de 120 m² com 20 metros de distância entre as casas e 30 metros de distância do rio, podendo ser construído sobrado;
- Distância para construir casas a partir das amendoeiras é de 33 metros da maré mais alta;
- Não permitir chegada de carros de turistas diretamente na comunidade, somente carro da Associação e ou emergência;

Ponta Negra

- Casas com distância de pelo menos 5 metros uma da outra, onde há mais concentração, e 10 metros onde houver mais espaço.
- Tamanho máximo de construção de 60 m² com 2 águas. Não pode ser sobrado no máximo mezanino.
- Na praia só pode haver rancho para canoa ou bar sem quarto, não pode ficar no meio da praia ou muito próximo do rio e tem que ter banheiro com fossa.

Pouso da Cajaíba

- O pé de tamarindo ao lado da escola é intocável;
- Ranchos da praia não podem ser residência fixa nem sobrado, nem ser de alvenaria;
- Manter livre o espaço público existente em volta da escola;
- Distância mínima entre as casas de 5 m;
- Manter a largura dos caminhos em 3m;
- Área máxima construída de 150 m² – pode sobrado;

Saco do Mamanguá

Baixio

- Distância mínima entre as casas não poderá ser menor que 5 m;
- Área de roças caiçaras para moradores efetivos do Cruzeiro e Baixio é atrás do morro;

Cruzeiro

- Distância entre as casas na região de baixo – 5m
- Na região de cima – 10m

7. Zona de Expansão Residencial e Turística (ZERT)

Descrição

Esta zona é constituída pelas áreas onde já existe ocupação residencial e turística, com tendências e possibilidades de expansão, localizadas sempre ao longo da rodovia Rio Santos e das estradas que dão acesso a algumas praias, vilas e bairros rurais, bem como junto a todas as praias da APA que não foram sobrepostas pela REJ, núcleos residenciais da região costeira, e alguns trechos das ilhas do Araújo e Algodão (do sul). A exceção é a região das fazendas Itatinga, Fundão e Barreiro, praticamente desocupadas, que por sua proximidade e facilidade de acesso a partir de Paraty, bem como por solicitação dos seus atuais proprietários, também foram contempladas nesta Zona.

Objetivos

- Disciplinar a ocupação e parcelamento do território da APA passível de ocupação residencial e turística;
- Definir os tamanhos mínimos de lotes para cada região da APA;
- Definir parâmetros construtivos para manter a integridade e harmonia da paisagem natural e cultural;
- Respeitar a tendência de desenvolvimento urbano de cada localidade;

Normas Gerais

Uso Proibido

- A vegetação arbórea existente nesta Zona, em estágio médio e avançado de regeneração, não poderá ser derrubada, bem como fruteiras e outras nativas isoladas de grande porte, a não ser em caso de risco para residências pré existentes e sempre mediante autorização do órgão gestor;
- As edificações não poderão ser implantadas em áreas com declividade superior a 45 °;
- É vedada a instalação de marinas ou quaisquer atividades potencialmente poluidoras do solo, do ar ou da água.

Uso Permitido

- Na região costeira da APA (onde as águas vertem diretamente para o mar), nas áreas onde não houver detalhamento específico por bairro ou comunidade, as edificações terão no máximo 200 m² de área contínua construída e recuo mínimo de 8 m entre si, podendo ser interligadas por passarelas térreas cobertas, com no máximo 3 m de largura, respeitando o gabarito geral adotado em Paraty de 8,5 m de altura, dando preferência a projetos de mezaninos ao invés de um novo pavimento.
- O parcelamento do solo nesta região costeira fora das vilas (Praia do Guerra, face oeste da Ilha do Araújo, Vila de Trindade, Laranjeiras, Oratório), em áreas menores do que o módulo mínimo estabelecido pelo INCRA, de 3 ha, com no mínimo 5000 m² deverá ocorrer sob regime condominial, justamente para evitar a necessidade de muros e interrupção dos caminhos tradicionais.
- No restante desta Zona, ao longo das vias de acesso, foram estabelecidos tamanhos de lotes mínimos, definidos na carta Zoneamento Detalhado da APA.
- Estruturas mínimas de atracação poderão ser instaladas desde que sejam apenas apoiadas na costeira, na forma de cais flutuantes ou sobre pilotis, cujo trapiche não poderá ter mais do que 5m de comprimento por 2,5 de largura, jamais por obra de aterro e/ou muros de arrimo, sempre mediante autorização da Marinha e do órgão gestor da APA . Estas estruturas não poderão permitir atracação simultânea de mais do que 3 barcos de porte médio (no máximo 32 pés), sendo permitida a instalação de no máximo 1 trapiche por propriedade ou por praia.

Normas específicas para as comunidades¹⁵

Trindade

- Não ter camelôs na avenida - definir local para camelôs fixos;
- Liberar as calçadas para circulação de pedestres;

¹⁵ Definidas em reuniões nas respectivas comunidades

- Disciplinar circulação de ônibus, vans e kombis durante os feriados;
- Fazer um terminal rodoviário antes da vila;
- Na avenida principal o recuo lateral das construções será de 1,50 m de cada lado;
- Lote mínimo de 360 m² na área da vila, nos terrenos do Acordo e áreas originais da Dolores, Ditinho e Hebe, parcelamento somente até a cota 20;
- Recomendação: muros de alvenaria com altura máxima de 1,50 m, depois tela e cerca viva;
- Na área conhecida como “morrão”, na Trindade, vigoram as mesmas recomendações de ocupação desta ZERT, sendo esta considerada como área não incluída na Vila de Trindade. Foi recomendada a divisão dos lotes de forma a garantir cerca de 1000 m² de área ocupável para cada proprietário, com lotes mínimos de 1000 m² até a cota 60, e de 2500m² acima desta altitude.

Ilha do Araújo

- Na vila (face oeste) - não construir acima da cota de 100 metros a partir da praia;
- No condomínio Tapera não pode construir acima do caminho a partir de 50 metros;
- Distância mínima entre as casas: na vila, ou seja, toda a face oeste, 3 m na faixa mais próxima à praia (até cota 20), para edificações com no máximo 150m²;
- Para aquelas com até 200 m², distância mínima de 10 metros até a outra edificação;
- Nas encostas norte e leste a distância mínima entre as edificações deverá ser de 50 metros nas áreas menos ocupadas e 25 metros nas áreas mais adensadas quando da aprovação deste zoneamento.

Paraty Mirim

Embora toda a área compreendida pela micro - bacia do rio Paraty Mirim seja de propriedade do Estado do Rio de Janeiro, sua destinação parcial como Área

Estadual de Lazer não definiu restrições à sua ocupação. Sendo assim, optou-se por acatar as propostas da comunidade que ocupa a região, até que o Estado defina sua destinação .

Após a reunião de planejamento realizada no bairro, um grupo de veranistas se reuniu e enviou uma série de propostas que foram incorporadas nas medidas de ordem geral para a APA e na regulamentação das várias zonas. Para a ZERT, nesta localidade, as propostas são as seguintes:

Uso Proibido

- I. parcelamento do solo com lotes inferiores a 1.000m²;
- II. impermeabilização do solo superior a 30% da área do lote ;
- III. circulação de veículos na faixa de praia
- IV. alterações a este zoneamento sem ampla participação da comunidade local e da sociedade civil.

Uso Permitido

As novas edificações em áreas residenciais serão regidas pelas seguintes normas:

Taxa de ocupação máxima:

- Terrenos até 1.500 m² : 35% em projeção horizontal;
- 1500 m² até 3.000 m² : 25% em projeção horizontal;
- 3.001 até 5.000 m²: 10% em projeção horizontal:
- acima de 5.001 m²: projeção horizontal da somatória das construções = 500 m²
- Recuo frontal (frente para a estrada municipal) – 8,00 m
- Recuo frontal (ruas secundárias) – 5,00 m
- Recuo lateral – 2 metros para 1 pavimento / 3 metros para 2 pavimentos
- Lote mínimo – 1000 m²
- Testada mínima – 30 m para terrenos fronteiros à estrada municipal / 20 m para os demais.
- As edificações existentes ficam congeladas e a aprovação para novas edificações serão estudadas rigorosamente.

Condomínio Laranjeiras

O Condomínio Laranjeiras possui detalhado regulamento quanto ao uso e ocupação do seu território, com lote mínimo de 1000m² e o estabelecimento de áreas de uso comum aos condôminos, em acordo com o Código de Obras do município. Possui inclusive uma Comissão de Arquitetura que analisa os projetos e acompanha sua execução conforme aprovação dos órgãos responsáveis (IBAMA, PMP e IPHAN), zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas. Fica valendo por tanto a regulamentação já existente, ficando desde já congeladas com o uso atual as áreas de uso comum e a área do campo de golfe.

Nas demais localidades, fora da zona costeira, nas áreas não detalhadas por este Plano, os lotes mínimos estão definidos na carta de zoneamento detalhado, e demais parâmetros não definidos neste Plano, como recuos e porcentagem de ocupação dos terrenos, seguirão o Plano Diretor e o Código de Obras de Paraty, predominando sempre a opção mais restritiva.

Campinho

- A distância de uma casa para outra, no núcleo familiar, é de 10m para cada lado;
- Na beira da estrada um recuo menor de 5m de uma casa para outra nas laterais e também não podendo fazer muro de alvenaria, somente cerca viva ou tela.
- A área entre a BR 101 e o rio Carapitanga é a área de moradia. O restante é de conservação;

8. Zona de Marinas (ZM)

Descrição

Esta zona localiza-se entre o manguezal do rio Mateus Nunes, a rodovia Rio Santos e o casarão do engenho da Boa Vista, e já se encontra ocupada em quase sua totalidade por marinas, à exceção do que restou da praia da Boa Vista.

Objetivos

- Concentrar as estruturas de apoio náutico em área de fácil acesso e localização próxima ao centro urbano com vocação natural para este tipo de atividade;
- Vetar o estabelecimento de outras marinas na região da APA de Cairuçu, em razão da existência de manguezais, praias e costões rochosos que devem manter suas condições ambientais e paisagísticas nas enseadas e baías mais protegidas da região.
- Regular o uso da zona costeira e águas adjacentes no bairro da Boa Vista, ocupada em quase sua totalidade por estruturas de apoio náutico, manutenção de embarcações, fábrica e depósito de gelo e pescado;
- Criar um grupo de trabalho integrando IBAMA, IPHAN, SEMADUR/FEEMA e PMP para regularizar e estabelecer Termos de Ajuste de Conduta, quando for o caso, objetivando adequar as estruturas de atracação à Deliberação CECA nº 2084 de 9 de dezembro de 1992, Instrução Técnica - IT. 1816: R, que dispõe sobre a construção de Pequenas Estruturas de Apoio - PEAS a Embarcações de Pequeno e Médio Porte.

Normas Gerais

Uso Proibido

- Qualquer tipo de aterro ou alteração antrópica sobre praias, costões rochosos e manguezais remanescentes;.

- A lavagem, quando na água, de embarcações com detergentes ou outros produtos químicos, bem como o esvaziamento de porões nesta região, dentro de uma faixa de 1000m entre a embarcação e a costeira. Na faixa ocupada pelas poitas, cais e trapiches, a co-responsabilidade por tais atos será compartilhada entre o proprietário da marina e o proprietário da embarcação.
- Utilizar instalações sanitárias das embarcações que não possuem tratamento para os seus efluentes quando as mesmas estiverem atracadas ou estacionadas na região das poitas.
- A taxa de ocupação dos terrenos nesta zona, com edificações, não poderá exceder 70% da área total do terreno para áreas de até 5.000 m². Para áreas maiores, 50%;
- Realização de dragagem do fundo do mar sem autorização por parte dos órgãos competentes;
- A instalação de poitas de atracação de cada marina não poderá se estender além do ângulo reto em relação à linha de costa quando alcançar as divisas de propriedade existentes;
- A área limite para poitas e trapiches ou cais flutuantes deverá ser definida pela Capitania dos Portos em função da manutenção da navegabilidade do fundo da baía de Paraty, bem como o distanciamento mínimo entre as poitas.
- A velocidade máxima de circulação na área de poitas não deverá exceder 5 nós.
- Vazamento de resíduos de combustíveis ou lubrificantes junto aos ambientes marinhos adjacentes a esta Zona. A penalização pela existência de resíduos de combustível na lâmina d'água em uma faixa de 1000 m da linha de costa será aplicada aos responsáveis por todos os estabelecimentos náuticos desta zona, proporcionalmente ao número de embarcações atendido por cada uma, caso não seja possível identificar a embarcação ou estabelecimento causador do vazamento;
- Instalação de fossas e demais recipientes para todos os efluentes líquidos sem o devido sistema de tratamento, incluindo resíduos da lavagem, lixamento e pintura de embarcações;

Uso Permitido

- Nesta área poderão ser instaladas nos terrenos de marinha que não se constituírem por manguezais, praias nem costão rochoso: rampas para lançamento e puxada de embarcações, cais de atracação, postos de abastecimento de combustível, trapiches e demais instalações necessárias para o apoio e manutenção da atividade náutica e pesqueira, bem como estabelecimentos comerciais de apoio náutico e turístico, desde que observada a legislação federal, estadual e municipal, com a devida aprovação dos órgãos competentes;
- As marinas deverão possuir instalações sanitárias completas para atender a todos os seus usuários;
- Todas as marinas e estaleiros devem ter recipientes específicos para a deposição de resíduos derivados de petróleo, bem como para deposição do lixo produzido pelas embarcações, os quais jamais poderão ser lançados nos corpos d' água;

9. Zona de Uso Conflitante – ZUC

Descrição

Esta zona identifica algumas áreas no interior da APA de Cairuçu cuja ocupação é majoritariamente conflitante com a legislação já existente e compromete os padrões de ocupação desejáveis para esta Área de Proteção Ambiental:

- a Praia dos Ranchos e a caixa de empréstimo de terra no início da Vila, as construções posteriores à criação do Parque Nacional da praia do Meio, na Trindade;
- a zona central da vila do Patrimônio;
- a faixa entre a rodovia e o rio Carapitanga nos bairros da Independência, Córrego dos Micos e Pedras Azuis
- a mineração de areia às margens do rio Mateus Nunes
- o aglomerado de edificações às margens do mesmo rio na região próxima ao matadouro já no perímetro urbano de Paraty
- o lixão da Boa Vista
- os bares da praia em Paraty Mirim
- as ilhas com grande interferência construtiva sobre a paisagem, a praia e o costão rochoso, como: Ilha do Breu, Duas Irmãs do Sul, Ganchos, ilha da Laje Preta, Ventura, Cedro, Pico, Rasa, Comprida da Sapeca (estas últimas com casas em construção ou construídas recentemente).

Estas áreas foram ocupadas de forma irregular e/ou ilegal porque invadem Terrenos de Marinha, na praia dos Ranchos, originalmente ocupada por ranchos de pesca, o Parque Nacional da Serra da Bocaina, na praia do Meio; e faixas de domínio da Rodovia Rio-Santos e/ou Áreas de Preservação Permanente (código florestal) às margens do rio Carapitanga/Paraty Mirim e Mateus Nunes , bem como áreas pertencentes à União no caso das ilhas.

Objetivos

- Realização de estudos mais detalhados e discussão com os seus ocupantes para definição de um projeto de revitalização e regularização destes espaços, quando for o caso, para posterior inclusão em uma das demais zonas definidas para a APA de Cairuçu.
- Projeto para revitalização da Praia dos Ranchos deverá propor tratamento paisagístico, galpão de apoio náutico para os barqueiros e pescadores, bem como a liberação de pelo menos dois acessos à praia que permitam a passagem de uma carreta para embarcação leve, de até 16 pés;
- Enquadramento legal e punição dos responsáveis principalmente quando a ilegalidade construtiva ou exploratória tiver como função a exploração comercial ou atividades de lazer de forma isolada, sem caráter social de carência habitacional (Mateus Nunes) ou atendimento ao turismo de massa (como na Trindade);
- No caso do Patrimônio e arredores, levantamento completo da ocupação das faixas de recuo da rodovia e da margem do rio deverá ser elaborado para que nada mais se construa nesta área, cujos parâmetros de ocupação serão ou foram definidos pelo Plano Diretor de Paraty.
- No caso dos bares da praia de Paraty Mirim, esta área poderá ser objeto de projetos específicos para instalação de quiosques cuja concessão será outorgada em comum acordo pelo Estado ou Prefeitura, ouvida a comunidade local e o Conselho Gestor da APA.

Normas Gerais

Uso proibido

Dar continuidade ou iniciar novas atividades e obras conflitantes com a legislação atual nas áreas citadas;

Praia dos Ranchos

- Nenhuma nova edificação de alvenaria, ampliação de área coberta ou construção de mezanino será tolerada na Praia dos Ranchos além do alinhamento definido pelo estabelecimento denominado “Vagalume”;
- Nenhuma nova construção poderá ocupar a única área livre que permite a passagem de embarcações leves no canto da praia;
- Instalar qualquer estrutura temporária nas areias da praia para apoiar eventos artísticos, esportivos ou culturais sem autorização da Prefeitura e IBAMA, ouvida a Associação de Moradores e outras instituições legalizadas que representem interesses da comunidade local caso necessário;
- Construir muros de alvenaria em qualquer hipótese;
- Construir segundo andar sobre a totalidade do pavimento térreo;
- Cobertura exclusiva de laje ou de uma única água por razões estéticas;
- Instalar caixas d’água em local visível, sem proteção estética;
- Construção de novas estruturas nos espaços vagos, que não se enquadrem nos Uso Permitido, incluindo quaisquer avanços sobre a areia da praia.

Patrimônio, Independência, Córrego dos Micos e Pedras Azuis

- Qualquer edificação na faixa considerada Área de Preservação Permanente pelo Código Florestal, de 30 m de largura ao longo das margens do rio Carapitanga, e na faixa de domínio do DNIT ao longo da rodovia Rio Santos;
- Ampliação e reformas estruturais nas áreas citadas acima;
- Parcelamento do solo em desacordo com a legislação municipal, estadual e federal;

Uso permitido

- Promover a recuperação dos danos causados à paisagem e aos ecossistemas no caso das extrações ilegais de terra e areia;
- Legalização de obras, uma vez sanado o dano em conformidade com recomendações do Ministério Público ou órgão gestor da APA;

- Elaboração de projetos coletivos, tendo como objetivo a minimização de danos ambientais e paisagísticos para viabilizar legalização das edificações já existentes, condicionadas a acordos entre o Ministério Público e órgãos envolvidos na gestão do território inserido nos limites da APA de Cairuçu.

Praia dos Ranchos

- Construção de galpão comunitário para o abrigo de canoas, embarcações leves, motores e demais equipamentos ligados à pesca artesanal ou atividade náutica;
- Construção de fossas sépticas e outras melhorias sanitárias;
- Melhoria das construções existentes desde que não se localizem fora do alinhamento definido no item anterior;

Patrimônio e arredores

- Construção de fossas sépticas e outras melhorias sanitárias;
- Construção de novas edificações desde que atendam o Código de Obras de Paraty e não estejam localizadas nas Áreas de Preservação Permanente conforme definido pelo Código Florestal ou na faixa de domínio do DNIT.
- Melhoria das construções existentes somente se as mesmas não estiverem ocupando as áreas mencionadas no item anterior;
- Utilização das áreas acima descritas para recomposição da vegetação natural ou com espécies produtivas.

10. Zona de Uso Comunitário, Cultural, Educacional, Esportivo e de Lazer (ZUCEL)

Descrição

Nesta zona estão incluídas áreas de altíssimo interesse paisagístico, cultural e comunitário, tanto para os seus moradores quanto para os seus visitantes. Esta Zona abrange:

- toda a área plana situada entre o córrego da Trindade, a praia do Meio, a praia dos Ranchos e a área dos chamado camping da “Companhia”, bem como aquela delimitada entre o morro do Bananal e o início da vila na Trindade;
- a área no entorno da igreja, do casarão e das ruínas de Paraty Mirim
- área de apoio a visitação pública nas praias de Martim de Sá e Grande da Cajaíba, e
- todos os campos de futebol existentes na APA, cujo uso não poderá ser modificado sem que outro local seja definido para esta atividade, em acordo com os representantes dos interesses da comunidade local.

Trindade

Abrange toda a faixa compreendida entre o Morro do Sapê, a Praia do Meio e o rio, e as vias de acesso que se dirigem para as praias de Fora e dos Ranchos a partir do Posto de Saúde e do final da Av. Sobral Pinto e leva à Praia dos Ranchos, incluindo a faixa compreendida entre a Praia de Fora, a rua do Posto de Saúde e as vielas que marcam a divisa entre esta área e o polígono urbano, excetuando-se a faixa ocupada pelos ranchos.

Paraty Mirim

Faixa situada entre o campo de futebol (inclusive), a praia antes do rio e a Zona de Sítio Histórico, inclusive.

Alto da Trindade e Laranjeiras

Área inserida em um círculo de 100 m de diâmetro cujo centro está localizado no entroncamento das vias de acesso a Trindade e Laranjeiras. Esta área fica

destinada à instalação de estruturas de apoio, controle, proteção e segurança à visitação pública e ao meio ambiente, respeitado o estabelecimento comercial já existente, que poderá sofrer melhorias para melhor atendimento.

Praia de Martim de Sá e Grande da Cajaíba

Áreas localizadas nas proximidades da praia, destinadas a prestar apoio à visitação pública, proteção ambiental, pesquisa, valorização cultural e capacitação das comunidades caiçaras locais.

Objetivos

Atender a necessidades de apoio ao convívio social, cultural, educacional e esportivo da comunidade e dos seus visitantes, e só poderão ser ocupadas por instalações de caráter social, educacional, esportivo, artístico e cultural com pouca interferência na harmonia da paisagem e nenhum impacto ambiental.

Estas áreas podem ser públicas ou privadas, mas os projetos só poderão ser implantados após apresentação para aprovação, além dos órgãos gestores, das instituições legalizadas que sejam representantes dos interesses da comunidade local e da conservação da área em questão.

Uso Proibido

- Construção de residências, pousadas, e qualquer uso que não tenha objetivos educacionais, esportivos, culturais, ambientais e sociais;
- Qualquer tipo de impacto paisagístico e sobre os ecossistemas presentes no local;
- Introdução de espécies exóticas à mata atlântica, animais ou vegetais;
- Instalação de estruturas que venham a quebrar a harmonia paisagística destas zonas ou sejam conflitantes com a legislação ambiental;
- Ocupação de mais de 25% do terreno com área construída;
- Alteração dos limites e do uso dos campos de futebol existentes.

Uso Permitido

- Todas as atividades ou edificações instaladas nestas áreas, que podem ser públicas ou privadas, somente poderão ser realizadas após elaboração de projeto aprovado pelas instituições representativas da comunidade legalmente formalizadas, por meio de parceria formalizada com o órgão gestor da unidade de conservação, seja parque nacional, APA ou Reserva Ecológica, e deverão estar de acordo com o seu respectivo objetivo principal;
- Instalações destinadas à prática de esportes, apoio às atividades náuticas locais; centros comunitários, de informação turística, histórica ou ambiental, centro de pesquisa, espaços para shows, exposições, teatro ou cinema, oficinas culturais, quiosques de alimentação e venda de produtos identificados com a cultura caiçara, indígena ou quilombola, estrutura de apoio a transporte coletivo, instalações sanitárias;
- Camping, desde dotado de instalações sanitárias em acordo com a capacidade de suporte da área;
- Base de apoio à gestão da unidade, com alojamento para no máximo 12 pessoas;
- Atividades de recuperação paisagística e ambiental;

11. Zona de Sítio Histórico (ZSH)

Descrição

Esta zona, que se superpõe às outras, compreende uma série de áreas circulares, com 150 m de diâmetro ao redor de sítios históricos e arqueológicos no interior da APA de Cairuçu, até agora identificados:

1. Casarão sede da fazenda Boa Vista, em bom estado de conservação, no bairro da Olaria, sertão do bairro da Boa Vista;
2. Na praia da Boa Vista, entre a Marina 188 e a propriedade de José Pedro de Oliveira Costa – uma fundação de pedra seca com cerca de 2 m de altura por 15 de comprimento, pouco acima do nível do mar;
3. O casarão do engenho a vapor da Boa Vista, antiga sede do alambique “Quero Essa”, da família Mann, em razoável estado de conservação;
4. Muro de pedra que compunha fortificação de defesa da baía de Paraty, base para 2 canhões de bronze, situados no alto da ponta da Tapera, saco do Bom Jardim;
5. Ruínas do engenho D’Água, na praia do engenho, compostas por uma roda d’água de ferro, a moenda, muro de arrimo, coluna de pedra, em local praticamente abandonado;
6. Roda d’água de ferro do Engenho do Peróca, no saco do Fundão, onde ainda restam fundações e o piso da sede;
7. Sede do engenho do rio dos Meros, no sertão do rio dos Meros, do qual ainda resta o galpão e a roda d’água, em estado de semi abandono;
8. Sede do engenho da fazenda Itatinga, cujo casarão é um dos únicos que ainda estão em estado razoável de conservação, recém adquirida pelo empresário Carlos Alberto Filgueiras;
9. Igreja da Nossa Senhora da Conceição em Paraty Mirim, a mais antiga de Paraty, sede da fazenda Paraty Mirim, em precário estado de conservação, conjunto de pilastras de pedra em terreno de propriedade do Estado do Rio de Janeiro, recentemente desocupado nos arredores deste sítio histórico. O IEF tem projeto para restaurar o casarão, que seria transformado em Centro Comunitário e de Visitantes.
10. Ruínas das fundações e pilastras de pedra da sede da fazenda de Martim de Sá, na praia de Martim de Sá, em estado de abandono.

Objetivos

- Localizar e demarcar na Carta de Zoneamento outros sítios e bens históricos e arqueológicos no interior da APA de Cairuçu, além daqueles já identificados;
- Garantir proteção e valorização especial para estruturas parciais, edificações, instalações, ruínas históricas e sítios arqueológicos existentes na APA, principalmente a Igreja, casarão e ruínas de Paraty Mirim, o casarão da fazenda Itatinga, a sede do engenho do Rio dos Meros, da Boa Vista, da Ponta da Tapera, instalações da praia do Engenho e do Fundão, ruínas da sede da fazenda de Martim de Sá;
- Regular o uso da área de entorno imediato a estas manifestações materiais do passado;

Normas Gerais

Uso proibido

- Destruir, retirar partes ou descaracterizar os atributos histórico/culturais do bem protegido;
- Interferir na estética da edificação ou ruína, bem como quebrar, com a instalação de edificações de estilo e funções conflitantes, a harmonia da paisagem existente em um círculo de 150 m de diâmetro ao redor dos bens históricos ou arqueológicos (igrejas, casarões, fortificações, equipamentos, ruínas ou fundações de antigos engenhos, sambaquis).

Uso permitido

- Restaurar e recuperar o bem protegido e seu entorno, desde que autorizado pelos órgãos gestores incluindo o IPHAN.
- Instalar sinalização informativa;
- Remover a vegetação rasteira ou arbustiva existente na área, bem como arbórea caso coloque em risco o bem protegido;
- Promover tratamento paisagístico na área de entorno.

II - Áreas Estratégicas da APA de Cairuçu

São 10 as Áreas Estratégicas para a gestão da APA de Cairuçu:

1. Ilhas e ambientes marinhos;
2. Boa Vista, Olaria e Costeira;
3. Corisco;
4. Paraty–Mirim;
5. Cabral e Rio dos Meros;
6. Pedras Azuis, Campinho e Patrimônio;
7. Saco do Mamanguá;
8. Cajaíba;
9. Cairuçu das Pedras e Martim de Sá;
10. Trindade, Laranjeiras, Sono e Ponta Negra;

Estas Áreas Estratégicas foram definidas tendo como base as micro bacias hidrográficas e o tipo de atividade antropica desenvolvida, bem como a vocação ecológica e econômica de cada região.

As medidas de caráter geral para proteção e conservação da APA de Cairuçu, o zoneamento ambiental e sua regulamentação, bem como as atividades propostas na Matriz de Planejamento Participativo e para as Ações Gerenciais Gerais da APA já definem parâmetros para o uso do solo e a gestão ambiental da APA, sua conservação e proteção ambiental, a realização de estudos e levantamentos necessários para aprofundar o conhecimento da área, bem como medidas para o desenvolvimento sustentável da região.

As recomendações propostas neste capítulo são por tanto complementares e específicas para cada uma delas, e tem origem nas reuniões de auto diagnóstico e planejamento com as comunidades, bem como propostas da equipe técnica e outras instituições envolvidas.

Todas as atividades antrópicas e características gerais destas áreas foram descritas no volume: “Diagnóstico Sócio Econômico da APA de Cairuçu”, com fichas resumo sobre cada uma das comunidades da APA e Reserva Ecológica da Juatinga.

Passaremos então a fazer uma breve descrição das principais características sócioambientais destas áreas, dos objetivos de gestão em conformidade com os objetivos de uma Área de Proteção Ambiental, bem como das recomendações para os programas de gestão da APA em cada uma destas áreas.

As propostas apontadas pelas comunidades envolvidas e mesmo pela equipe técnica que não são diretamente relacionados à missão institucional e competência do IBAMA, nem com os objetivos de manejo das Áreas de Proteção Ambiental pelo IBAMA, estão inseridos no capítulo “Autodiagnóstico e Recomendações das Comunidades”.

Grande parte destas Áreas Estratégicas compreende comunidades inseridas na **Reserva Ecológica da Juatinga - REJ**¹, que foi criada em 1991, superposta à APA de Cairuçu.

Após uma série de reuniões públicas com o objetivo de discutir diretrizes para sua reclassificação em acordo com o SNUC, e de acordo com o zoneamento proposto neste Plano de Manejo, tomamos a liberdade de propor ao Instituto Estadual de Florestas a reclassificação da REJ para uma *Reserva de Desenvolvimento Sustentável*, onde:

- A área de uso sustentável deve ser gerida pelas comunidades locais e deve ser suficiente para que seus moradores continuem exercendo suas práticas tradicionais de manejo dos recursos e as aprimorem, conciliando conservação e desenvolvimento, segundo os princípios de sustentabilidade.
- As práticas de manejo na área de uso sustentável devem ser regulamentadas juridicamente e obedecer a planos de utilização que

¹ Abrange as comunidades do Sono, Ponta Negra, Cairuçu das Pedras, Saco das Enchovas, Ponta da Juatinga, Costão das Araras, Cajaíba, Ponta da Romana, Cruzeiro e Baixio.

deverão ser elaborados de forma participativa, envolvendo os diferentes instituições e grupos, especialmente as populações locais.

Os programas e sub-programas de manejo adotados para as Áreas Estratégicas da APA de Cairuçu, com base no “Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de APAs”, são:

1. Conhecimento: Estudos Ambientais e Pesquisas; Monitoramento Socioambiental.
2. Gestão Ambiental: Utilização Sustentável de Recursos; Saneamento e Recuperação Ambiental; Gerência da APA; Controle e Fiscalização Ambiental.
3. Gestão Interinstitucional: Integração Regional; Relações Públicas; Educação Ambiental.

Nem todas as Áreas Estratégicas contam com atividades propostas para todos estes programas.

1. Ilhas e Ambientes Marinhos

Caracterização

Esta AE compreende todas as 63 ilhas, ilhotas e lajes da APA², bem como os ambientes marinhos adjacentes a elas e a toda a linha de costa de Paraty. Estes são os ambientes mais frágeis de toda a APA, e podem também ser considerados como os mais ameaçados.

As ilhas de maior porte são a Ilha do Algodão (sul), que conta com cerca de 40 famílias caiçaras, e a ilha do Araújo, onde existe uma vila de pescadores, com quase 100 famílias.

Os ambientes marinhos adjacentes à APA de Cairuçu estão descritos no capítulo Caracterização Ambiental II

Objetivos

- Integrar a gestão das várias unidades de conservação federais, estaduais e municipais, conforme previsto no art.26 do SNUC, que dispõe sobre os “mosaicos” de várias unidades de conservação;
- Garantir a integridade ambiental e paisagística das ilhas, ilhotas e lajes, propondo ações específicas para a proteção, recuperação e enriquecimento dos ambientes marinhos;
- Melhorar o conhecimento sobre os ambientes insulares e marinhos;
- Viabilizar a aplicação da legislação de proteção, com prioridade para os períodos de defeso e para a pesca de arrasto nesta região;
- Estimular e articular atividades de maricultura;

² A legislação básica da APA lista 63 ilhas, entretanto após revisão, verificou-se o número de 62 ilhas. Muitos dos nomes das ilhas contidos nesta legislação não correspondem aos apresentados na carta náutica de nº 1 633, elaborada pela Marinha do Brasil em 1979. Assim sendo, apresentamos entre parênteses as respectivas correções: Ilha do Algodão, Rochedo de São Pedro, Ilha Araraquarina, Ilha Araraquara e Jurubaíba, Laje Branca, Laje do Cesto, Ilha Araçatiba, Ilhote do Boqueirão (Pequeno), Ilhota do Breu, Ilha Comprida, Ilhota do Cabrito (Grande), Ilhas Pelada Grande, do Sururu e Pelada Pequena, Ilhas da Laje Preta, Ilha do Carço e Ilha do Cedro, Ilha Tanhanga, Ilha Maçarico, Laje Preta Comprida, Laje Preta do Cedro e Ilha Comprida, Ilhas Redonda, Ilha do Pico e Ilha Itacá, Laje Branca, Ilhas das Cabras, Ilha do Ventura e Ilha das Palmas, Ilha do Araújo, Ilha Comprida, Ilha Sapeca, Ilha do Malvão e Ilha dos Micos, Ilha da Papada (Rapada), Ilha dos Ganchos, Ilha dos Mantimentos, Ilha do Tu, Ilha dos Pássaros (Pombos), Ilha Rasa, Ilha Duas Irmãs, Ilha do Bexiga, Ilha da Pescaria, Ilhas Comprida e Ilha do Catimbau, Ilha dos Meros, Ilha dos Ratos, Ilhota dos Meros, Ilhas dos Cocos, Ilha do Algodão e Ilha Sernambi, Ilha Deserta, Ilha da Cutia, Ilha das Almas, (Castelinho), Ilha Itaoca, Ilha Grande e Ilha Pequena, Ilha Cairuçu das Pedras, Laje do Sono, Ilha das Laranjeiras, Ilha da Trindade.

- Melhorar a consciência e o preparo dos profissionais que atuam nesta área para a sua conservação ambiental;
- Elaborar o zoneamento dos ambientes marinhos, para viabilizar a sobrevivência e sustentabilidade da cultura caiçara e da atividade pesqueira;
- Ordenar e compatibilizar as várias atividades em desenvolvimento em conjunto com as comunidades caiçaras e operadores do turismo náutico.
- Apoiar e capacitar lideranças a implementar ações e projetos para conservar e melhorar a qualidade ambiental da região;

Programa de Conhecimento

Pesquisa

- Incentivar pesquisas para aprofundar o conhecimento dos ambientes marinhos do município;
- Estudar o impacto do chorume originado pelo “lixão” da Boa Vista nas águas do Saco do Fundão, principalmente em relação à ocorrência residual de metais pesados nos organismos marinhos, peixes e crustáceos;
- Estudos sobre as espécies de camarões que ocorrem na região para adequar a temporada de “defeso”, pois os pescadores locais alegam que o período adotado não coincide com os objetivos de proteção desta medida legal;
- Estudar a dinâmica de sedimentos na foz dos rios Mateus Nunes e Perequê Açu para a promoção de medidas que evitem o comprometimento da navegabilidade junto às marinas na Boa Vista e ao cais de Paraty;
- Aprofundar estudos nas ilhas, ilhotas e lajes sobre a flora com ênfase nas bromeliáceas e cactáceas;
- Aprofundar estudos sobre a fauna com ênfase nas aves e mamíferos marinhos;
- Aprofundar estudos sobre os manguezais;

- Realização de estudos sobre a conservação de espécies de valor econômico como mexilhões, ostras, enchovas, robalos, tainhas, garoupas, badejos, vermelhos, camarões, lulas, lagostas e outras que vivem, se reproduzem ou freqüentam os ambientes marinhos de Paraty;

Monitoramento

- Aperfeiçoar o sistema de monitoramento da produção pesqueira em parceria com a comunidade pesqueira, objetivando um melhor controle das atividades pesqueiras e o fornecimento de dados mais completos.
- Articular a implantação de um sistema de monitoramento da balneabilidade das águas³ junto às áreas de maior visitação e uso público como as praias do Meio em Trindade, Paraty Mirim, Pouso da Cajaíba, praias do Pontal e Terra Nova, Jabaquara, Corumbê, Grande e Tarituba.
- Promover com as escolas da Ilha do Araújo e Algodão o monitoramento anual e divulgação da qualidade dos cursos d'água para sensibilizar a população quanto à importância da construção de banheiros e fossas sépticas;

Programa de Gestão Ambiental

Utilização Sustentável dos Recursos

- Apoiar e incentivar a elaboração de projetos e busca de apoio financeiro para a criação de mexilhão, que inclua o acompanhamento de todo um ciclo produtivo junto às comunidades envolvidas, priorizando as equipes que já trabalham nos cercos flutuantes;
- Promover com as escolas da Ilha do Araújo e Algodão o monitoramento anual e divulgação da qualidade dos cursos d'água para sensibilizar a população quanto à importância da construção de banheiros e fossas sépticas;

Saneamento e Recuperação Ambiental

- Articular ações para viabilizar a implantação de banheiros e fossas sépticas nas residências da Ilha do Algodão;

³ A exemplo do trabalho desenvolvido pela CETESB nas praias do litoral paulista

- Estimular a captação alternativa das águas pluviais e Instalação de energia solar nas ilhas ocupadas desta AE, principalmente na Ilha do Algodão;
- Fazer gestão junto a PMP para promover o tratamento da água consumida na Ilha do Araújo e Algodão;
- Articular ações para estimular a coleta seletiva de lixo nas ilhas, priorizando o apoio à comunidade da Ilha do Algodão, a exemplo do trabalho que vem sendo realizado pela Associação de Moradores na Ilha do Araújo;
- Ampliar os locais de instalação dos DEAs - Dispositivos de Exclusão de Arrasto, a exemplo do projeto realizado no Saco de Mamanguá, que tem se mostrado eficaz no combate à pesca de arrasto, a fim de contribuir na recuperação dos ecossistemas da APA Municipal da baía de Paraty, Paraty Mirim e Saco do Mamanguá;
- Estabelecer, em conjunto com operadores de mergulho, zonas de preservação da vida marinha, onde seja vetada a pesca de mergulho e sejam incentivadas ações para atrair a vida marinha, como por exemplo o naufrágio induzido de velhas embarcações.
- Incentivo à recuperação da cobertura florestal nas encostas degradadas das Ilhas do Algodão e Araújo para aumentar a produção de água e conservar o solo;
- Articular ações conjuntas com Horto Municipal e Secretaria Municipal de Educação nas ilhas do Araújo e Algodão para viabilizar a recomposição das populações de palmito Jussara e outras espécies vegetais de uso dos caiçaras utilizadas para a confecção de canoas, remos, samburás, cestos, balaios e outros utensílios;

Gerencia da APA

- Iniciar um programa de gestão dos ambientes marinhos, integrando ações de pesquisa, monitoramento, fiscalização, sustentabilidade e educação ambiental.
- Realizar reuniões públicas com os diferentes setores, definindo como objetivo comum, o uso sustentável dos ambientes marinhos e o zoneamento desta Área Estratégica.

Controle e Fiscalização Ambiental

- Estruturar uma equipe de agentes exclusiva para fiscalizar esta Área Estratégica, fazendo cumprir as leis vigentes. Esta estruturação deve incluir uma ação interinstitucional, a capacitação dos fiscais, a aquisição de lancha/motor em plenas condições de uso, equipada inclusive para o trabalho noturno, e um planejamento racional de fiscalização.
- Realização de mutirão técnico interinstitucional para a elaboração de laudos de dano ambiental causado nas ilhas pelas obras e outras intervenções ilegais, para encaminhamento ao Ministério Público, com prioridade para as ilhas do Breu, Duas Irmãs, Rasa, Itaoca, Ganchos, Comprida (as duas), Catimbau, Pescaria, Malvão, Picos e Cedro.
- Tomar medidas urgentes articuladas entre IBAMA e Ministério Público para a demolição, celebração de termos de ajuste de conduta ou compensação ambiental para todas as obras erigidas nas ilhas da APA após a sua criação. As penas para os infratores que realizaram obras ilegais nas ilhas deverão ser definidas pela justiça com base nos laudos ambientais, mas recomendamos instalar Câmara Técnica especialmente para este fim, objetivando total transparência e uniformidade de critérios.
- Estabelecer parcerias com ocupantes de ilhas, como parte integrante de Termos de Ajuste de Conduta, para apoiar a proteção contra a coleta de organismos marinhos de valor comercial (como estrelas e conchas), bem como o controle da pesca submarina nas águas do entorno das ilhas da EEc dos Tamoios.
- Fiscalizar e controlar em conjunto a PMP e IEF o adensamento urbano da vila na ilha do Araújo, bem como o respeito ao zoneamento elaborado em conjunto com a comunidade;
- Integrar as ações para a proteção dos ambientes marinhos da APA de Cairucu, APA Municipal de Paraty, Saco de Mamanguá e Tarituba contra pesca predatória de camarão, realizada através do arrasto de fundo.

Programa de Gestão Interinstitucional

Considerando que a APA de Cairuçu é adjacente ou sobreposta por outras unidades de conservação⁴, e que vários órgãos que possuem a competência legal para licenciar e fiscalizar as atividades locais, a maior parte das atividades proposta para esta Área Estratégica deverá, para o seu pleno sucesso, ser desenvolvida em parceria com as instâncias estaduais e municipais de controle e licenciamento, bem como com as comunidades locais, IPHAN, IEF-RJ, FEEMA, Prefeitura Municipal, ONGs, Instituições de pesquisa e operadores de turismo em Paraty.

- Estabelecer Convênios ou Termos de Cooperação Técnica com outras instituições locais, estaduais e regionais de natureza pública ou privada para viabilizar a realização das atividades propostas;
- Criar Câmara Técnica específica para integrar ações de licenciamento e controle nesta Área Estratégica;
- Incentivar os estaleiros locais a criarem vagas de estágio para a formação de jovens nas artes de construir e manter embarcações de pesca e lazer;
- Incentivar as marinas a criarem vagas de estágio para a formação de jovens nas atividades básicas de lançamento, puxada e manutenção básica de embarcações de lazer, bem como no atendimento aos usuários;

Relações Públicas

- Promover reunião na ilha do Araújo e na cidade de Paraty para divulgar o Plano de Manejo junto à comunidade pesqueira e ligada ao turismo náutico, bem como definir prioridades, parcerias e um Plano Operativo Anual para a realização das atividades propostas;

Educação Ambiental

- Desenvolver campanhas junto às escolas da Ilha do Araújo e Algodão para sensibilizar a comunidade em relação à proteção dos cursos d'água

⁴ Parque Nacional da Serra da Bocaina; Reserva Ecológica da Juatinga, ESEC Tamoios, APA Municipal da Baía de Paraty, Paraty Mirim, Saco do Mamanguá e Tarituba, APA Tamoios.

tanto do despejo de efluentes domésticos sem tratamento quanto à deposição de lixo e rejeitos em geral.

- Desenvolver atividades de educação ambiental dirigidas para os ambientes marinhos e à pesca, junto às escolas das comunidades pesqueiras, pescadores e operadores de turismo;
- Desenvolver campanhas junto às escolas da Ilha do Araújo e Algodão para sensibilizar a comunidade em relação à proteção e manejo de espécies de animais mais consumidas ou ameaçadas, com prioridade para o camarão, a lagosta, o robalo e aves com valor comercial;
- Produzir material informativo e sinalização específica para incentivar a conservação dos habitats e o respeito aos ninhais e abrigos de aves marinhas, residentes ou migratórias, bem como para a proteção dos mamíferos marinhos que freqüentam a região, com destaque para o boto cinza (*Sotalia fluviatilis*).
- Desenvolver campanhas de educação e sensibilização ambiental, dirigidas para a conservação dos ambientes marinhos, junto aos operadores e usuários do turismo náutico, durante a alta estação e feriados.
- Articular e apoiar cursos de capacitação para guias de turismo náutico.

2. Boa Vista, Olaria e Costeira

Esta AE se inicia no manguezal e caixetal junto ao rio Mateus Nunes, abrangendo a Olaria, a encosta as marinas da Boa Vista, bem como toda a faixa costeira norte da APA até a praia da Conceição. Compreende ainda o início da área urbana de Paraty, nas proximidades do CIEP, com lotes definidos, um loteamento legalizado sobre o caixetal e uma mancha de ocupação desordenada junto ao rio Mateus Nunes, limite norte da APA de Cairuçu.

Caracterização

Seu território é predominantemente recoberto por mata secundária em estágio inicial e médio de regeneração, mas sua paisagem é marcada pela degradação dos morros da Boa Vista e Ponta Grossa, que costumavam queimar nos meses secos, prejudicando os mananciais que abastecem o bairro da Boa Vista e a comunidade da Ponta Grossa. Nos últimos anos a área tem sido mais poupada, talvez graças ao desenvolvimento, pela população local, de uma mentalidade minimamente mais consciente dos problemas decorrentes destas queimadas.

Em 2001 foi realizada na Boa Vista uma campanha bem sucedida de arborização nas margens da rodovia Rio Santos⁵, como estratégia para sombrear a beira da estrada, objetivando tanto o conforto daqueles que transitam entre a cidade e as marinas, quanto a prevenção de queimadas que normalmente são provocados por alguns daqueles que circulam por ali.

Esta área tem como principais atributos o manguezal que forma um cinturão verde entre a cidade e as marinas, o casarão da fazenda Olaria, o antigo engenho “Quero Essa”, os canhões na ponta do Bom Jardim, a roda d’água e ruínas da praia do Engenho, e cerca de 15 praias, desde a porção que restou da antiga praia da Boa Vista, onde se encontra intacto um antigo muro de

⁵ Ação realizada por iniciativa da Flora Paraty em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria da Pesca, Agricultura e Meio Ambiente, com apoio dos proprietários locais.

arrimo, até a praia da Conceição, incluindo a praia Vermelha, principal destino de escunas e barcos de turismo.

No passado a orla marinha era quase toda ocupada pelo manguezal, mas após a construção da rodovia Rio – Santos a Boa Vista foi ocupada por marinas, um estaleiro, uma pousada e algumas casas de veraneio, destacando-se uma das poucas casas de pau-a-pique totalmente cobertas de sapê na região, de propriedade de José Pedro de Oliveira Costa.

A ocupação urbana já vem se consolidando ao redor do CIEP – na região situada entre o rio Mateus Nunes e a rodovia. Destaca-se a Flora Paraty, que vem se tornando ponto de visitação pública com sua exposição permanente de bromélias.

Nenhuma das marinas pode ser considerada em situação regular com a legislação. A única que está regularizada é justamente aquela que mais impacto trouxe à região, a marina Porto Imperial, construída sobre local onde no passado o manguezal já fora aterrado, com a realização de grande movimento de lodo e areia e dragagem constante do fundo do mar. As embarcações abrigadas nesta região chegam perto de 500 unidades, gerando quase 300 empregos diretos.

A partir da enseada do Canhanheiro, a maior parte das praias foi adquirida por veranistas, mas a comunidade caiçara ainda predomina (em número de moradores, não em área) nas praias do Baré, Guerra e Praia Vermelha, bem como na região da Ponta Grossa.

Objetivos

- Disciplinar o crescimento urbano desordenado às margens do Mateus Nunes, já no perímetro urbano de Paraty;
- Garantir a integridade ambiental do manguezal existente, que representa um cinturão verde na fachada de Paraty, entre a cidade e as marinas;

- Garantir a integridade da paisagem que emoldura a baía de Paraty e a cidade histórica, composta pelas praias, a floresta e os costões rochosos com sua vegetação peculiar;
- Garantir o cumprimento das normas ambientais relativas ao uso do fundo da baía como ancoradouro por embarcações de pesca e turismo;
- Garantir a balneabilidade das águas nesta região;
- Viabilizar a regularização da ocupação das marinas existentes, mediante termos de ajuste de conduta e outras medidas mitigadoras;
- Garantir a preservação das praias da Boa Vista;
- Garantir a conservação e revitalização dos bens culturais existentes;

Programa de Conhecimento

Pesquisa e monitoramento

- Incentivar e apoiar a realização de estudos históricos e arqueológicos junto aos bens históricos desta AE: fundação de pedra na Boa Vista, mureta e canhões na ponta do Bom Jardim e praia do Engenho, casarões da Boa Vista e Olaria.
- Articular, promover e apoiar estudos sobre o manguezal na foz do rio Mateus Nunes – produtividade, espécies de peixes, moluscos e crustáceos que ali se alimentam, vivem ou se reproduzem, bem como a qualidade da água, contaminação por metais pesados, resíduos tóxicos e outros organismos, pois é intensa a coleta de moluscos e caranguejos nesta área ;
- Levantar e analisar a qualidade ou contaminação dos bancos de ostras existentes nesta AE;
- Monitorar a produtividade pesqueira nesta AE;
- Analisar a efetividade e sustentabilidade dos tanques rêde, com projeto piloto no Canhanheiro;
- Aprofundar estudos sobre a fauna local, com prioridade para peixes, crustáceos, moluscos e aves;

- Aprofundar estudos sobre a flora, com especial atenção para a mata da praia do Engenho, as espécies pioneiras que vem iniciando a recuperação dos morros da Boa Vista e Ponta Grossa, e aquela associada ao costão rochoso, ao manguesal e caixetal desta AE;
- Realizar o levantamento da ocorrência e distribuição do palmito Jussara (*Eutherpe edulis*), e propor estratégias para sua recuperação, conservação e manejo;
- Promover com a escola da Mangueira o monitoramento semestral e a divulgação da qualidade do rio Mateus Nunes, bem como dos cursos d'água nas praias do Baré e do Guerra com a escola da praia do Baré, para sensibilizar a população local quanto à importância da construção de banheiros e fossas sépticas;
- Realizar estudos e consultas em conjunto com a Capitania dos Portos para estabelecer capacidade de suporte do ancoradouro da Boa Vista;
- Incentivar e apoiar estudo sobre a produção de artesanato junto aos moradores desta faixa costeira norte;

Programa de Gestão Ambiental

Utilização Sustentável dos Recursos

- Articular e apoiar projetos e ações para incentivar a prática do turismo sustentável nesta AE;
 - ✓ Promover palestras e discussões sobre turismo sustentável na Ponta Grossa (escola do Baré) e junto às marinas locais;
 - ✓ Articular e apoiar a promoção de cursos de capacitação básica para a recepção dos visitantes junto aos monumentos históricos, bem como para aqueles que fazem passeios de barco;
 - ✓ Promover oficinas para confecção de placas de sinalização turística e ambiental, e mutirões para instalação das mesmas em conjunto com as marinas, comunidade e proprietários interessados na gestão desta AR;

- ✓ Estabelecer, em conjunto com moradores, IPHAN e proprietários locais, um roteiro histórico/ecológico na praia do Engenho e casarão da Boa Vista;
- Apoiar atividades para implantar o manejo sustentável dos recursos marinhos e florestais nesta AE, tais como:
 - ✓ Incentivar, articular e apoiar a criação de ostras e mexilhões, por meio de instalação de projeto demonstrativo, palestras, reuniões e busca de apoio financeiro que inclua o acompanhamento de todo um ciclo produtivo junto às comunidades e proprietários locais;
 - ✓ Realizar Plano de Manejo da caixeta existente e cadastrar os interessados na sua utilização para a produção de artesanato e utensílios, mediante assinatura de termos de compromisso sustentável;
 - ✓ Valorizar e incentivar a produção de artesanato por meio de oficinas ministradas por artesãos locais (região da Ponta Grossa);
 - ✓ Incentivar a produção e troca de mudas para o cultivo de pomares de frutíferas nos quintais e nas áreas não ocupadas junto aos núcleos das comunidades locais;
 - ✓ Articular estágios de jovens junto à Flora Paraty para capacitação na produção e manejo de plantas ornamentais;
 - ✓ Articular estágios de jovens junto às marinas da Boa Vista para capacitação na área de serviços náuticos;

Saneamento e Recuperação Ambiental

- Articular ações conjuntas com Horto Municipal e Secretaria Municipal de Educação para viabilizar a recomposição das populações de palmito Jussara e outras espécies vegetais de uso dos caiçaras utilizadas para a confecção de canoas, remos, samburás, cestos, balaios, esteiras e outros utensílios;
- Intensificar a arborização da rodovia Rio Santos, bem como a recuperação dos morros da Boa Vista e Ponta Grossa em programação conjunta com as escolas, Horto Municipal e proprietários locais;

- Priorizar a articulação de ações integradas com Governo Estadual e Prefeitura Municipal objetivando a melhoria do saneamento básico e da qualidade do rio Mateus Nunes;
- Fazer gestão junto a PMP e veranistas para melhorar condições de armazenamento e tratamento da água consumida na Ponta Grossa;
- Articular e apoiar o estímulo à coleta seletiva e reciclagem de lixo em toda esta área;

Controle Ambiental

- Estabelecer um Plano Operacional de Controle em conjunto com o Ministério Público e PMP priorizando:
 - ✓ Impedir a pesca de arrastão nesta AE;
 - ✓ Impedir o aterro de praias e mangues remanescentes na Boa Vista;
 - ✓ Coibir e penalizar as construções e aterros sobre os costões rochosos;
 - ✓ o respeito ao zoneamento da APA de Cairuçu com relação a novas construções e parcelamento do solo;
 - ✓ coibir e penalizar dragagens ou construções não autorizadas de estruturas de apoio náutico;
 - ✓ coibir e penalizar a coleta comercial de caranguejos no manguezal;
- Realização de mutirão técnico interinstitucional em toda esta AE, objetivando a elaboração de laudos de dano ambiental causado por edificações em obras ou já construídas junto aos costões, praias ou demais Áreas de Preservação Permanente - APPs, para encaminhamento ao Ministério Público e acompanhamento das ações na justiça;

Gerencia da APA

- Articular ações conjuntas com família Mann, IPHAN e outras instituições interessadas para verificar interesse e possibilidade de recuperar as instalações do alambique (roda d'água, moenda, alambique), e instalar um Centro de Visitantes da APA e uma base de educação ambiental e

formação em operações náuticas no casarão do antigo engenho da Boa Vista;

- Promover discussão entre as instituições que licenciam marinas no sentido de estabelecer diretrizes para possibilitar a legalização das marinas existentes e padronizar os procedimentos de licenciamento;
- Promover encontro de planejamento específico entre IBAMA, FEEMA, PMP, Capitania dos Portos, proprietários e operadores das marinas para:
 - ✓ equacionar a regularização e definir parâmetros para a ocupação das águas adjacentes às marinas por embarcações abrigadas nesta área;
 - ✓ verificar condições para permitir um alinhamento único para os aterros, a fim de ampliar espaço operacional e de vagas secas, tomando como base o maior existente (Júlio Stanice), para criar uma única orla e evitar o assoreamento do fundo do mar junto às outras marinas
 - ✓ como definir parâmetros para Possibilidade de dragagem para manter calado caso necessário;
 - ✓ definição da área limite para poitas e trapiches ou cais flutuantes, em função da navegabilidade do fundo da baía;
 - ✓ definir gabarito do galpões, que pelo código de obras não pode ultrapassar 8,5 m;
 - ✓ definir taxa de ocupação para edificações e áreas cobertas;
- Solicitar ao DNER são os estudos e planos de gerenciamento de risco para acidentes envolvendo cargas tóxicas na rodovia BR-101, que atravessa este e outros setores da APA, onde devem ser definidos os pontos críticos do sistema rodoviário, as áreas mais suscetíveis a acidentes, dispositivos de controle e fiscalização da carga transportada, plano de contingência para atendimento dos acidentes, entre outros itens;

Programa de Gestão Interinstitucional

Integração Regional

- Para a implementação das propostas desta AE, articular ações conjuntas com Prefeitura Municipal, IPHAN, FEEMA, proprietários de marinas, veranistas, comunidades e outras instituições interessadas;
- Incentivar a organização dos moradores da Ponta Grossa em Associação, bem como proprietários locais a participar mais ativamente da gestão desta área, seja por meio da Associação de Moradores, ou mesmo pela criação ou fortalecimento de outras ONGs atuantes nesta região;

Relações Públicas

- Promover reunião na Boa Vista e Ponta Grossa para divulgar o Plano de Manejo, bem como definir prioridades, parcerias e um Plano Operativo Anual para a realização das atividades propostas;

Educação Ambiental

- Articular e promover curso básico de gestão ambiental para os operadores dos postos de combustível, marinas, mecânicos, pilotos e marinheiros das embarcações que tem como base a Boa Vista, de orientação sobre as recomendações, normas e sanções para proteger as águas desta região de efluentes domésticos e resíduos de combustíveis, lubrificantes, tintas, solventes e outros elementos poluidores que trarão prejuízos para todos caso se acumulem nestas águas ;
- Desenvolver campanhas junto à escola do Baré para sensibilizar a comunidade em relação à proteção dos cursos d'água e dos prejuízos causados pelo despejo de efluentes domésticos sem tratamento, deposição de lixo e rejeitos em geral.
- Desenvolver campanhas junto às escolas para sensibilizar a comunidade em relação à proteção e manejo de espécies de animais consumidas ou ameaçadas, com prioridade para o camarão;

- Incentivar e apoiar a realização de cursos de capacitação em artesanato e outras tecnologias patrimoniais⁶ para os jovens locais, ministrados pelos próprios mestres que habitam a região.
- Articular, promover e apoiar a capacitação dos barqueiros locais para prestar informações ambientais e turísticas básicas sobre a área, bem como melhorar a recepção e atendimento aos visitantes;
- Articular, promover e apoiar a capacitação de monitores ambientais para a implementação do turismo e do desenvolvimento sustentável nesta AE;

⁶ Confeção de canoas, remos, gamelas, cestaria, esteiras, construção em pau-a-pique, cobertura de sapê, fabrico de farinha etc

3. Corisco

Esta AE compreende os bairros do, Corisco, Corisquinho e Coriscão.

Caracterização

Esta área encontra-se com metade do seu território no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina, e conta com mais de 60% de floresta ombrófila densa primária e em vários estágios de regeneração. Seus espigões montanhosos atingem mais de 1300 m de altitude e compõe importante contínuo florestal com o Parque Estadual da Serra do Mar, já no Estado de São Paulo, com possibilidade da ocorrência de espécies ameaçadas de primatas e grandes felinos.

Os bairros do Corisco, Corisquinho, Coriscão fazem parte da zona rural do município, mas a ocupação está concentrada ao longo das estradas existentes, e o número estimado de famílias residentes foi em torno de 450, com cerca de 400 edificações visualizadas a partir de fotos tomadas de helicóptero em 2000.

O maior impacto sobre a floresta é a caça e a retirada contínua de palmito Jussara e madeira, uma vez que não há nenhuma fiscalização ambiental nesta área.

O crescimento urbano desordenado do bairro do Corisco é bastante preocupante, bem como a proliferação de residências nas margens dos rios, sem respeitar as áreas de preservação permanente definidas pelo Código Florestal, e sem saneamento adequado.

Objetivos

- Incentivar o manejo sustentado da floresta, com prioridade para os ocupantes das áreas adjacentes ao Parque Nacional;
- Apoiar e capacitar lideranças comunitárias a implementar ações e projetos para conservar e melhorar a qualidade ambiental da região;
- Proteger a qualidade das águas nesta AE;

- Disciplinar o crescimento urbano desordenado no bairro do Corisco;
- Garantir o respeito ao zoneamento da APA, que define as áreas de expansão residencial e turística, bem como o tamanho mínimo de lotes ao longo das estradas;
- Coibir a retirada ilegal de palmito e madeira;
- Coibir a caça em geral, bem como o tráfico de aves silvestres;
- Recuperar a população de palmito Jussara e incentivar seu manejo sustentado fora dos limites do Parque Nacional;
- Incentivar práticas agroflorestais junto aos produtores rurais;
- Apoiar a demarcação e implantação do Parque Nacional nesta AE;

Programa de Conhecimento

Pesquisa e monitoramento

- Pesquisar e monitorar a produção agrícola e agropecuária para proposição de medidas para conservação e recuperação do solo, bem como alternativas econômicas dentro de preceitos de sustentabilidade;
- Aprofundar estudos de fauna com prioridade para primatas e felinos;
- Realizar o levantamento da ocorrência e distribuição do palmito Jussara (*eutherpe edulis*), e propor estratégias para sua recuperação, conservação e manejo;
- Atualizar o mapeamento da cobertura vegetal nesta AE, tendo em vista sobrevôo da BASE aerofotogrametria em 2001 (vôo PPMA/SMA/SP);
- Levantar as espécies de uso medicinal pela população;
- Promover com as escolas locais o monitoramento semestral e divulgação da qualidade dos rios Corisquinho, Coriscão e Mateus Nunes para sensibilizar a população quanto à importância da construção de fossas sépticas;
- Incentivar e apoiar estudo sobre a produção de artesanato local;

Programa de Gestão Ambiental

Utilização Sustentável dos Recursos

- Articular e apoiar projetos e ações para iniciar a prática do turismo sustentável nesta AE;
- Desenvolver projeto conjunto com Horto Municipal, escola e Associação de Moradores para promover o repovoamento de palmito Jussara com vistas à recuperação da distribuição da espécie em toda a mata, e futuro manejo sustentado nas áreas localizadas fora dos limites do Parque Nacional;
 - ✓ Estabelecer e apoiar a estruturação inicial, em conjunto com a comunidade, operadores de turismo, Associação de guias de Paraty e a gerência do Parque Nacional, de roteiros turísticos com diferentes níveis de dificuldade, desde a visita às cachoeiras mais procuradas (Laje, Poço das Andorinhas), até os picos culminantes da APA (Cuscuzeiro, Pedra do Corisco, Pedra em Pé), bem como as trilhas Olaria/Corisco, Corisquinho/Picinguaba, Corisquinho/rio dos Meros;
- Apoiar atividades para implantar o manejo sustentável dos recursos florestais nesta AE, tais como:
 - ✓ Implantar projeto demonstrativo de agrofloresta;
 - ✓ Articular Implantação de projeto demonstrativo de consorciamento dos banais com palmito jussara e outros produtos florestais;
 - ✓ Valorizar e incentivar a produção de artesanato por meio de oficinas ministradas por mestres locais;
 - ✓ Incentivar a produção e troca de mudas para o cultivo de pomares de frutíferas nos quintais;
 - ✓ Apoiar projeto da Rede Nacional de Sementes na articulação para capacitação em coleta de sementes de espécies nativas para comercialização e recuperação ambiental;

Saneamento e Recuperação Ambiental

- Desenvolver projeto conjunto com Horto Municipal, escola e Associação de Moradores para promover o repovoamento de palmito Jussara com vistas à

recuperação da distribuição da espécie em toda a mata, e futuro manejo sustentado nas áreas localizadas fora dos limites do Parque Nacional;

- Articular ações conjuntas com Horto Municipal e Secretaria Municipal de Educação para viabilizar a arborização ao longo das estradas e recuperação das matas ciliares;
- Articular com a prefeitura e proprietários locais a recuperação das áreas degradadas por antigas caixas de empréstimo e saibreiras, prestando orientação básica para exploração racional da saibreira do Corisquinho;
- Priorizar a articulação de ações integradas com Governo Estadual e Prefeitura Municipal objetivando a melhoria do saneamento básico e da qualidade dos cursos d'água;
- Fazer gestão junto a PMP para melhorar a distribuição e tratamento da água consumida no núcleo urbano do Corisco;
- Articular e apoiar o estímulo à coleta seletiva e reciclagem de lixo em toda esta área;

Controle Ambiental

- Estabelecer um Plano Operacional de Controle Trimestral em conjunto com o Ministério Público, PMP e gerência do parque nacional, priorizando a retirada ilegal de madeira e palmito, a caça em geral e o tráfico de aves silvestres, bem como a retirada irregular de areia e pedras do rio Mateus Nunes;
- Cobrar, via Ministério Público, fiscalização mais efetiva da prefeitura para evitar a proliferação de loteamentos clandestinos e a comercialização de lotes com tamanho abaixo daquele definido pelo zoneamento da APA, bem como controle do adensamento urbano na vila do Corisco e edificações nas Áreas de Preservação Permanente junto aos cursos d'água;
- Articular com a Secretaria Municipal de Educação e Vigilância Sanitária mutirões com estudantes para localizar o despejo direto de efluentes domésticos nos corpos d'água, orientando sobre o tratamento adequado e posteriormente multando os reincidentes;

Gerencia da APA

- Articular com a PMP e gerência do parque nacional a utilização da escola (fechada) do Coriscão como base operacional para atividades ocasionais de fiscalização e capacitação da população mais próxima ao parque;
- Com base na atualização do mapa de cobertura vegetal, elaborar o microzoneamento desta AE, para definir áreas críticas para recuperação, bem como as mais indicadas para o manejo florestal e outras atividades produtivas;

Programa de Gestão Interinstitucional

Integração Regional

Para a implementação das propostas desta AE, articular ações conjuntas com Prefeitura Municipal, Associações de Moradores, Parque Nacional e proprietários locais;

Relações Públicas

Promover reunião na escola do Cabral e no rio dos Meros para divulgar o Plano de Manejo, bem como definir prioridades, parcerias e um Plano Operativo Anual para a realização das atividades propostas;

Educação Ambiental

- Desenvolver campanhas junto à escola e Associação de moradores para sensibilizar a comunidade em relação à proteção dos cursos d'água tanto do despejo de efluentes domésticos sem tratamento quanto à deposição de lixo e rejeitos em geral.
- Desenvolver campanhas junto à escola e Associação de moradores para sensibilizar a comunidade em relação à proteção e manejo de palmito, bem como de espécies animais consumidas ou ameaçadas, com prioridade para os primatas e aves com valor comercial;
- Articular estágios de jovens junto à Flora Paraty para capacitação na produção e manejo de plantas ornamentais;

- Articular estágios de jovens junto às marinas da Boa Vista para capacitação na área de serviços náuticos;
- Incentivar e apoiar a realização de cursos de capacitação em artesanato e outras tecnologias patrimoniais⁷ para os jovens locais, ministrados pelos próprios mestres que habitam a região.

⁷ Confeção de gamelas, cestaria, construção em pau-a-pique, cobertura de sapê, fabrico de farinha, de aguardente, etc.

4. Paraty Mirim

Abrange a micro bacia do rio Paraty Mirim desde o início da estrada de acesso ao bairro, enseada de Paraty Mirim, Saco do Fundão e suas águas vertentes, bem como a área limitada pela rodovia Rio Santos até a entrada da estrada do Barreiro e marina Porto Paraty.

Caracterização Ambiental

Área recoberta pela Floresta Ombrófila Densa em estado inicial, médio e avançado de recuperação, prevalecendo os primeiros. Ocorrência de manguezais, caixetais e mais de uma dezena de praias. Foz dos rios dos Meros e Paraty Mirim, este último sendo o principal rio da APA de Cairuçu.

Nesta área foi demarcada a Terra Indígena Guarani de Paraty Mirim, em 1992, com 89 ha. Parte deste território já foi parque estadual, e atualmente vem sendo monitorada pelo IEF – RJ, pois pertence ao Estado do Rio de Janeiro. A ocupação é constituída por sitiantes e moradores de várias origens e por veranistas, totalizando cerca de 150 edificações contadas em 2000.

A praia de Paraty Mirim, a foz do rio, a mais antiga igreja de Paraty e o antigo casarão são os maiores atrativos desta AE, cuja organização comunitária é mínima, com atuação conflituosa por parte do Governo Estadual, que despejou moradores do casarão e arredores mas ainda não assumiu efetivamente a gestão local.

No Saco do Fundão, encontra-se a antiga sede do engenho Itatinga, atualmente em fase de recuperação, e vestígios da sede do engenho do Peróca, do qual restou apenas a roda d'água de ferro.

O maior problema ambiental desta AE é a existência do lixão da Boa Vista, instalado em parte sobre o caixetal da várzea da Caetana, cujo chorume escorre em direção ao manguezal, contaminando este ecossistema e as águas do Saco do Fundão, com intensidade e conseqüências ambientais ainda desconhecidas.

No Saco do Barreiro houve no passado a tentativa de implantação de um empreendimento, que deixou como saldo uma encosta totalmente erodida e o mangue aterrado, que em parte já se recuperou.

Outro problema ambiental bastante grave é a caça indiscriminada do caranguejo no manguezal, com apoio de comerciantes ilegais do produto que vem do Rio de Janeiro comprar dos moradores locais.

Objetivos

Após reunião realizada no verão de 2000, moradores e veranistas criaram uma comissão e fizeram propostas, das quais transcrevemos aquelas não incluídas no zoneamento ou nas “Medidas de regulamentação geral”:

- Preservar e recuperar os remanescentes de Mata Atlântica, ecossistemas estuarinos, costões, área da praia, mananciais entre outros;
- Garantir a preservação ambiental e as características naturais da região através da baixa densidade de ocupação da área, do uso racional dos recursos naturais da terra e do mar, bem como o reflorestamento com espécies nativas onde for necessário;
- Promover o desenvolvimento sustentado baseado em atividades econômicas permitidas dentro da APA do Cairuçu, conforme o Plano Comunitário de Paraty-Mirim, incluindo pesca, turismo, agricultura e serviços. São exemplo destas atividades o beneficiamento artesanal de produtos da área, o ecoturismo planejado, a maricultura, apicultura e serviços;
- Garantir a participação ativa da comunidade nas decisões que afetam a região, levando sempre em conta a vocação e a vontade das comunidades locais, e que permitam o auto-monitoramento ambiental ;
- Criar áreas de interesse especial para valorização do patrimônio histórico e das manifestações da cultura local;
- Promover o manejo sustentável das atividades econômicas.
- Promover a profissionalização da comunidade.

- Recuperar e valorizar os pontos turísticos ;
- Criar infra-estrutura para o ecoturismo organizado;
- Dotar a área de esgoto sanitário, abastecimento de água e limpeza urbana, para garantir recursos hídricos conservados e monitorados;
- Criar um Conselho de Planejamento de Paraty-Mirim composto por moradores e membros da sociedade civil;
- Apoiar e capacitar lideranças comunitárias a implementar ações e projetos para conservar e melhorar a qualidade ambiental da região;

Programa de Conhecimento

Pesquisa e monitoramento

- Incentivar e apoiar a realização de estudos históricos e arqueológicos junto ao conjunto histórico de Paraty Mirim, engenho da Itatinga e ruínas do engenho do Peróca;
- Atualizar o mapeamento da cobertura vegetal nesta AE, tendo em vista sobrevôo da BASE aerofotogrametria em 2001 (vôo PPMA/SMA/SP);
- Estudar a movimentação da foz do rio Paraty Mirim e das marés, e encaminhar proposta de intervenção para evitar a água parada entre o conjunto histórico e a praia, que favorece a proliferação de organismos vetores de moléstias;
- Articular, promover e apoiar estudos comparativos entre o manguezal e foz dos rios Paraty Mirim e Meros – produtividade, espécies de peixes, moluscos e crustáceos que ali se alimentam, vivem ou se reproduzem, a qualidade da água, contaminação por metais pesados, resíduos tóxicos e outros organismos;
- Monitorar a produtividade pesqueira nesta AE;
- Aprofundar estudos sobre a fauna local, com prioridade para as aves;

- Aprofundar estudos sobre a flora, com especial atenção para aquela associada aos paredões rochosos, manguezais, caxetais e brejos de restinga;
- Pesquisar e monitorar a produção agrícola e agropecuária para proposição de medidas para conservação e recuperação do solo, bem como alternativas econômicas dentro de preceitos de sustentabilidade;
- Promover com a escola local o monitoramento anual e divulgação da qualidade dos principais cursos d'água e do rio Paraty Mirim para sensibilizar a população quanto à importância da construção de banheiros e fossas sépticas;
- Realizar o monitoramento e caracterização da visitação pública nesta AE para estabelecer capacidade de suporte e subsidiar atividades voltadas para o turismo sustentável na região;
- Incentivar e apoiar estudo sobre a produção de artesanato local;

Programa de Gestão Ambiental

Utilização Sustentável dos Recursos

- Articular e apoiar projetos e ações para iniciar a prática do turismo sustentável nesta AE;
 - ✓ Promover palestras e discussões sobre turismo sustentável;
 - ✓ Articular e apoiar a promoção de cursos de capacitação básica para a recepção dos visitantes da igreja e ruínas históricas, bem como para aqueles que fazem passeios de barco;
 - ✓ Promover oficinas para confecção de placas de sinalização turística e ambiental, e mutirões para instalação das mesmas em conjunto com outras instituições gestoras e comunidades interessadas na gestão desta AR;
 - ✓ Estabelecer, em conjunto com moradores, IEF e IPHAN, um roteiro histórico/ecológico para promover o turismo sustentável nesta AE, com ênfase para o manguesal e a história local;

- ✓ Articular, em conjunto com os índios Guarani, um roteiro ecológico/cultural entre a cachoeira do Paraty Mirim e a aldeia, visitando artesão e assistindo à dança das crianças.
- Apoiar atividades para implantar o manejo sustentável dos recursos marinhos e florestais nesta AE, tais como:
 - ✓ Implantar projeto demonstrativo de agrofloresta junto a morador interessado ou aldeia Guarani, conforme interesse demonstrado;
 - ✓ Mapear, analisar possível contaminação no Saco do Fundão e propor o manejo sustentável dos bancos de ostras já existentes;
 - ✓ Apoiar a criação de ostras por meio de instalação de projeto demonstrativo, palestras, reuniões e busca de apoio financeiro que inclua o acompanhamento de todo um ciclo produtivo junto às comunidades envolvidas;
 - ✓ Realizar Plano de Manejo da caixeta existente e cadastrar os interessados na sua utilização para a produção de artesanato e utensílios, mediante assinatura de termos de compromisso sustentável;
 - ✓ Valorizar e incentivar a produção de artesanato local por meio de oficinas ministradas por artesãos locais ou do Saco do Mamanguá;
 - ✓ Incentivar a produção e troca de mudas para o cultivo de pomares de frutíferas nos quintais e nas áreas não ocupadas junto aos núcleos das comunidades locais;

Saneamento e Recuperação Ambiental

- Condicionar a implantação de empreendimentos turístico hoteleiros previsto nesta AE (Saco do Fundão, do Barreiro e Itatinga) ao apoio das atividades de recuperação ambiental nas áreas adjacentes;
- Articular recursos para implantar projeto de instalação dos DEAs - Dispositivos de Exclusão de Arrasto a exemplo do projeto realizado no Saco de Mamanguá, que têm se mostrado eficaz no combate à pesca de arrasto, protegendo as áreas de reprodução de peixes e crustáceos;

- Articular e promover ações conjuntas com PMP e outras instituições para viabilizar a recuperação ambiental da área ocupada pelo depósito de lixo da Boa Vista, que poderá ser transformado exclusivamente em Centro de Triagem de Resíduos Recicláveis, eliminando a contaminação do caxetal, manguesal e das águas do Saco do Fundão;
- Articular ações conjuntas com Horto Municipal e Secretaria Municipal de Educação para viabilizar a recomposição das populações de palmito Jussara e outras espécies vegetais de uso dos caiçaras utilizadas para a confecção de canoas, remos, samburás, cestos, balaios, esteiras e outros utensílios;
- Promover a arborização e recuperação da cobertura florestal junto à trilha de acesso ao Currupira e à estrada de acesso ao bairro em programação conjunta com as escolas e Horto Municipal;
- Priorizar a articulação de ações integradas com Governo Estadual e Prefeitura Municipal objetivando a melhoria do saneamento básico e da qualidade dos cursos d'água, com prioridade para o rio Paraty Mirim;
- Recuperar a circulação de água no leito original do rio Paraty Mirim onde houve retificação preventiva a enchentes, para evitar a proliferação de insetos nocivos e outros vetores;
- Fazer gestão junto a PMP e veranistas para promover o tratamento da água consumida nestas comunidades;
- Articular e apoiar a retomada do estímulo à coleta seletiva e reciclagem de lixo em toda esta área;

Controle Ambiental

- Estabelecer um Plano Operacional de Controle em conjunto com o Ministério Público, PMP e IEF, priorizando:
 - ✓ Impedir a pesca de arrastão nesta AE;
 - ✓ Impedir o desembarque de material para construções ilegais no Saco do Mamanguá;
 - ✓ Coibir e penalizar as construções sobre os costões rochosos e franjas de mangue;

- ✓ Coibir e penalizar os aterros sobre a costeira;
 - ✓ o respeito ao zoneamento da APA de Caiuru com relação a novas construções;
 - ✓ coibir e penalizar dragagens ou construções não autorizadas de estruturas de apoio náutico;
 - ✓ coibir e penalizar a coleta comercial de caranguejos nos manguezais;
 - ✓ coibir e penalizar responsáveis pelos desmatamentos nas encostas da micro bacia do Paraty Mirim;
 - ✓ coibir retirada de plantas ornamentais dos manguezais e caxetais;
- Realização de mutirão técnico interinstitucional em toda esta AE, objetivando a elaboração de laudos de dano ambiental causado por edificações em obras ou já construídas junto aos manguezais e costões ou demais APPs, para encaminhamento ao Ministério Público e acompanhamento das ações na justiça, priorizando a recuperação ou mitigação dos danos causados pela retificação do Rio Paraty Mirim e recuperação das caixas de empréstimo junto à estrada de acesso;
 - Apoiar a estruturação de grupo técnico proposto pela comissão de apoio ao Plano de Manejo da APA, que se dispõe a analisar todo novo projeto arquitetônico, conforme diretrizes ora colocadas. Serão analisadas as soluções propostas para implantação das edificações, disposição de esgotos e ocupação física das construções em relação ao terreno. Tanto quanto possível, a comissão deverá sugerir partidos arquitetônicos que não destoem do usualmente adotado (resquícios de partidos artísticos coloniais ou tradições caiçaras), procurando orientar os novos projetos conforme uma linguagem sincrônica com a história e cultura local.
 - Condicionar a implantação de empreendimentos turístico hoteleiros previsto s nesta AE (Saco do Fundão, do Barreiro e Itatinga) ao apoio das atividades de controle ambiental nas áreas adjacentes;

Gerencia da APA

- Com base na atualização do mapa de cobertura vegetal, elaborar o microzoneamento desta AE, para definir áreas críticas para recuperação, bem como as mais indicadas para o manejo florestal e outras atividades produtivas;
- Definir ações conjuntas com a gerencia da Reserva Ecológica da Juatinga para elaborar projeto participativo para viabilizar e operacionalizar a instalação de uma base de apoio comunitário e turístico, um Centro de Visitantes e uma base de educação ambiental, estudos, pesquisas e fiscalização na área histórica de Paraty Mirim, incluindo a recuperação do casarão e o tratamento urbano/paisagístico da Zona de Patrimônio Histórico neste local, por meio de parceria com instituições envolvidas e ONGs interessadas;
- Solicitar ao IEF e ao ITERJ a realização de um seminário de planejamento específico para equacionar qual será o encaminhamento para a questão fundiária por parte do governo do Estado, de forma transparente e participativa, tendo em vista a desocupação e despejo de alguns ocupantes, e a ocupação consolidada de moradores e veranistas nesta área.
- Condicionar o licenciamento de empreendimentos nesta região ao apoio das atividades de controle e recuperação ambiental, ou outras a critério do Conselho, nesta AE;

Programa de Gestão Interinstitucional

- Para a implementação das propostas desta AE, articular ações conjuntas com Prefeitura Municipal, ITERJ, Instituto Estadual de Florestas, IPHAN, IPHAC, FUNAI, Aldeia Guarani, Associação de Moradores e outras instituições interessadas;
- Incentivar veranistas a participar mais ativamente da gestão desta área, seja por meio da Associação de Moradores, ou mesmo pela criação ou fortalecimento de outras ONGs atuantes nesta região;

- Fazer gestões junto ao IPHAN para trazer de volta a santa e o canhão que pertencem à comunidade;

Relações Públicas

- Promover reunião na Igreja para divulgar o Plano de Manejo, bem como definir prioridades, parcerias e um Plano Operativo Anual para a realização das atividades propostas;

Educação Ambiental

- Desenvolver campanhas junto às escolas para sensibilizar a comunidade em relação à proteção dos cursos d'água e do manguezal, tanto do despejo de efluentes domésticos sem tratamento quanto à deposição de lixo e rejeitos em geral.
- Desenvolver campanhas junto às escolas para sensibilizar a comunidade em relação à proteção e manejo de espécies de animais consumidas ou ameaçadas, com prioridade para os caranguejos e aves com valor comercial;
- Incentivar e apoiar a realização de cursos de capacitação em artesanato e outras tecnologias patrimoniais⁸ para os jovens locais, ministrados pelos próprios mestres que habitam a região.
- Articular, promover e apoiar a capacitação dos barqueiros locais para prestar informações ambientais e turísticas básicas sobre a área, bem como melhorar a recepção e atendimento aos visitantes;
- Articular, promover e apoiar a capacitação de monitores ambientais para a implementação do turismo e do desenvolvimento sustentável;

⁸ Confeção de canoas, remos, gamelas, cestaria, esteiras, construção em pau-a-pique, cobertura de sapê, fabrico de farinha etc

5. Cabral e Rio dos Meros

Esta AE compreende os bairros do Cabral e Rio dos Meros, com limite na rodovia Rio Santos.

Caracterização

Esta área, apesar de contar com floresta ombrófila densa primitiva no espigão divisor com a região do Patrimônio, pode ser considerada como aquela que apresenta o menor índice de cobertura florestal, com menos de 50% de mata, predominando os estágios iniciais e médios de regeneração no vale do rio dos Meros, principalmente no bairro do Cabral, onde fica o engenho da aguardente Coqueiro.

Já o sertão do rio dos Meros, além da sede do antigo engenho em más condições de conservação, conta com cachoeiras e rios de grande beleza, além da mata primitiva em todo o seu esplendor, com grandes possibilidades de ocorrência de primatas ameaçados, como o bugio e o mono carvoeiro.

No verão de 2000 contamos cerca de 100 edificações nesta AE, a maior parte no bairro do Cabral. As atividades produtivas nesta área estão ligadas ao cultivo de subsistência, da cana de açúcar e fabrico de aguardente, com alguma atividade agropecuária. Grande parte dos seus moradores trabalha com prestação de serviços para terceiros.

Objetivos

- Incentivar o manejo sustentado da floresta, com prioridade para os ocupantes das áreas adjacentes ao Parque Nacional, inseridas na Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR)
- Apoiar e capacitar lideranças comunitárias a implementar ações e projetos para conservar e melhorar a qualidade ambiental da região;
- Proteger a qualidade das águas nesta AE;
- Coibir a retirada ilegal de palmito e madeira;
- Coibir a caça em geral, bem como o tráfico de aves silvestres;

- Recuperar a população de palmito Jussara e incentivar seu manejo sustentado;
- Incentivar práticas agroflorestais junto aos produtores rurais;
- Apoiar a demarcação e implantação do Parque Nacional nesta AE;

Programa de Conhecimento

Pesquisa e monitoramento

- Pesquisar e monitorar a produção agrícola e agropecuária para proposição de medidas para conservação e recuperação do solo, bem como alternativas econômicas dentro de preceitos de sustentabilidade;
- Aprofundar estudos de fauna com prioridade para primatas e felinos;
- Realizar o levantamento da ocorrência e distribuição do palmito Jussara (*eutherpe edulis*), e propor estratégias para sua recuperação, conservação e manejo;
- Atualizar o mapeamento da cobertura vegetal nesta AE, tendo em vista sobrevôo da BASE aerofotogrametria em 2001 (vôo PPMA/SMA/SP);
- Levantar as espécies de uso medicinal pela população;
- Incentivar e apoiar estudo sobre a produção de artesanato local;

Programa de Gestão Ambiental

Utilização Sustentável dos Recursos

- Articular e apoiar projetos e ações para iniciar a prática do turismo sustentável no sertão do rio dos Meros;
 - ✓ Promover palestras e discussões com moradores e proprietários do Rio dos Meros sobre turismo sustentável ;
 - ✓ Articular e apoiar a inclusão de jovens desta AE em cursos de capacitação profissional ligados a práticas agroflorestais e ao turismo;

- ✓ Estabelecer e apoiar a estruturação inicial, em conjunto com a comunidade, operadores de turismo, Associação de guias de Paraty e a gerência do Parque Nacional, de roteiro turístico incluindo o antigo engenho do rio dos Meros, a cachoeira e a mata primitiva, com diferentes níveis de dificuldade;
 - ✓ Articular e estimular a recuperação do engenho do sertão dos Meros como base de operações turísticas e turismo cultural;
 - ✓ Incentivar a recuperação das caixas de empréstimo na rodovia Rio Santos, próximas à curva da Itatinga;
- Apoiar atividades para implantar o manejo sustentável dos recursos florestais nesta AE, tais como:
 - ✓ Implantar projeto demonstrativo de agrofloresta;
 - ✓ Articular Implantação de projeto demonstrativo de consorciamento dos bananais com palmito jussara e outros produtos florestais;
 - ✓ Valorizar e incentivar a produção de artesanato por meio de oficinas ministradas por mestres locais;
 - ✓ Incentivar a produção e troca de mudas para o cultivo de pomares de frutíferas nos quintais;
 - ✓ Apoiar projeto da Rede Nacional de Sementes na articulação para capacitação em coleta de sementes de espécies nativas para comercialização e recuperação ambiental;
 - ✓ Estabelecer áreas para o manejo e coleta de sapê;

Saneamento e Recuperação Ambiental

- Desenvolver projeto conjunto com Horto Municipal, escola e Associação de Moradores para promover o repovoamento de palmito Jussara com vistas à recuperação da distribuição da espécie em toda a mata, e futuro manejo sustentado nas áreas localizadas fora dos limites do Parque Nacional;
- Articular ações conjuntas com Horto Municipal e Secretaria Municipal de Educação para viabilizar a arborização ao longo das estradas e recuperação das matas ciliares, bem como de áreas sujeitas a erosão e queimadas constantes;

- Priorizar a articulação de ações integradas com Governo Estadual e Prefeitura Municipal objetivando a melhoria do saneamento básico e da qualidade dos cursos d'água;
- Fazer gestão junto a PMP para melhorar a proteção, distribuição e tratamento da água consumida no núcleo habitacional do Cabral;
- Articular e apoiar o estímulo à coleta seletiva e reciclagem de lixo em toda esta área;

Controle Ambiental

- Estabelecer um Plano Operacional de Controle Semestral em conjunto com o Ministério Público, PMP e gerência do parque nacional, priorizando a retirada ilegal de madeira e palmito, a caça em geral e o tráfico de aves silvestres;

Gerencia da APA

- Com base na atualização do mapa de cobertura vegetal, elaborar o microzoneamento desta AE, para definir áreas críticas para recuperação, bem como as mais indicadas para o manejo florestal e outras atividades produtivas;
- Articular com a PMP, Associação de Guias de Paraty e jovens interessados nesta AE, a utilização da escola (fechada) do sertão do rio dos Meros como base operacional para atividades comunitárias, culturais, e base de apoio para a capacitação da população e o turismo sustentável nesta área, bem como base para pesquisa e fiscalização ocasionais;
- Solicitar ao DNER são os estudos e planos de gerenciamento de risco para acidentes envolvendo cargas tóxicas na rodovia BR-101, que atravessa este e outros setores da APA, onde devem ser definidos os pontos críticos do sistema rodoviário, as áreas mais suscetíveis a acidentes, dispositivos de controle e fiscalização da carga transportada, plano de contingência para atendimento dos acidentes, entre outros itens;

Programa de Gestão Interinstitucional

Integração Regional

Para a implementação das propostas desta AE, articular ações conjuntas com Prefeitura Municipal, Associações de Moradores, Parque Nacional e proprietários locais;

Relações Públicas

- Promover reunião na escola do Cabral para divulgar o Plano de Manejo, bem como definir prioridades, parcerias e um Plano Operativo Anual para a realização das atividades propostas;

Educação Ambiental

- Desenvolver campanhas junto às escolas para sensibilizar a comunidade em relação à proteção dos cursos d'água tanto do despejo de efluentes domésticos sem tratamento quanto à deposição de lixo e rejeitos em geral.
- Desenvolver campanhas junto às escolas para sensibilizar a comunidade em relação à proteção e manejo de palmito, bem como de espécies animais consumidas ou ameaçadas, com prioridade para os primatas e aves com valor comercial;
- Articular estágios de jovens junto à Flora Paraty para capacitação na produção e manejo de plantas ornamentais;
- Incentivar e apoiar a realização de cursos de capacitação em artesanato e outras tecnologias patrimoniais⁹ para os jovens locais, ministrados pelos próprios mestres que habitam a região.

⁹ Confeção de gamelas, cestaria, construção em pau-a-pique, cobertura de sapê, fabrico de farinha, de aguardente, etc.

6. Pedras Azuis, Campinho e Patrimônio

Esta AE compreende a aldeia Guarani de Araponga¹⁰, os bairros do Patrimônio, Independência, Córrego dos Micos, Pedras Azuis e o Quilombo do Campinho.

Caracterização

Esta área, totalmente inserida na micro-bacia hidrográfica do rio Carapitanga/Paraty Mirim, possui cerca de um terço do seu território no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina, com alta probabilidade da ocorrência de primatas e felinos de grande porte.

A floresta ombrófila densa em estado primitivo, avançado e médio de regeneração ocupa mais de 60% do seu território, formando um contínuo florestal com o Parque Estadual da Serra do Mar, já no Estado de São Paulo.

Todas as terras desta área pertencem ao Estado do Rio de Janeiro, fato que daria oportunidade não só para a realização de assentamentos rurais e urbanos em acordo com a legislação ambiental, como também para a implantação do Parque Nacional nesta área e o efetivo controle ambiental de todo o setor.

A região era bastante isolada até a década de 70, quando foi construída a rodovia Rio Santos, fazendo a ligação, por estrada, entre Paraty e Ubatuba, no Estado de São Paulo. A abertura da estrada, que atravessa um trecho do Parque Nacional, causou considerável dano ambiental durante sua própria implantação, e tornou-se o principal vetor para a ocupação irregular e desordenada que vem se desenvolvendo ao longo do seu percurso.

¹⁰ Regularizada pela FUNAI em 1994, com 213 ha.

As atividades produtivas da zona rural são a agropecuária, inclusive dentro do Parque, as culturas de subsistência, a retirada ilegal de palmito Jussara, e a produção de cana de açúcar e de aguardente, com um alambique em funcionamento, que fabrica a cachaça “Itatinga”, e outro por ora desativado, no Córrego dos Micos.

Foram contadas cerca de 339 edificações nesta área, em 2000. Grande parte dos seus moradores se ocupa com a construção civil ou prestação de serviços para terceiros, principalmente para o condomínio Laranjeiras.

No ano de 2002 foi inaugurado no trevo do Patrimônio pelo Condomínio Laranjeiras e Fundação SOS Mata Atlântica, o Centro de Informações Turísticas e Ambientais do Cairuçu, que se consolidou como sede da Associação Cairuçu e está aberta à visitação e à prestação de informações sobre a região.

Objetivos

- Concretizar parceria com Associação Cairuçu para ações nesta AE, tendo em vista que seu Plano de Ação é fundamentado em diretrizes e propostas formuladas durante o processo de elaboração deste Plano de Manejo;
- Controlar o crescimento urbano desordenado no Patrimônio, Independência e ao longo da rodovia Rio-Santos;
- Garantir o respeito ao zoneamento da APA, que define as áreas de expansão residencial e turística, bem como o tamanho mínimo de lotes;
- Coibir a retirada ilegal de palmito e madeira;
- Recuperar a população de palmito Jussara e incentivar seu manejo sustentado;
- Incentivar o manejo sustentado da floresta, com prioridade para os ocupantes das áreas adjacentes ao Parque Nacional e à Zona de Preservação da Vida Silvestre da APA (ZPVS), inseridas na Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR);
- Coibir a caça em geral, bem como o tráfico de aves silvestres;

- Apoiar a demarcação e implantação do Parque Nacional nesta AE;
- Apoiar e capacitar lideranças comunitárias a implementar ações e projetos para conservar e melhorar a qualidade ambiental da região;
- Fortalecer as atividades culturais e produtivas relacionadas ao Quilombo do Campinho, principalmente o artesanato;
- Proteger a qualidade das águas nesta AE;

Programa de Conhecimento

Pesquisa e monitoramento

- Pesquisar e monitorar a produção agrícola e agropecuária para proposição de alternativas dentro de preceitos de sustentabilidade;
- Aprofundar estudos de fauna com prioridade para primatas e felinos;
- Realizar o levantamento da ocorrência e distribuição do palmito Jussara (*eutherpe edulis*), e propor estratégias para sua recuperação, conservação e manejo;
- Atualizar o mapeamento da cobertura vegetal nesta AE, tendo em vista sobrevôo da BASE aerofotogrametria em 2001 (vôo PPMA/SMA/SP);
- Incentivar o cadastramento, pela prefeitura, de todos os ocupantes da área tendo em vista sua regularização fundiária e o controle efetivo da expansão urbana e parcelamento ilegal na zona rural.
- Levantar as espécies de uso medicinal pela população;
- Promover com as escolas locais o monitoramento semestral e divulgação da qualidade do rio Carapitanga/Paraty Mirim para sensibilizar a população quanto à importância da construção de fossas sépticas;
- Incentivar e apoiar estudo sobre a produção de artesanato local;

Programa de Gestão Ambiental

Utilização Sustentável dos Recursos

- Articular e apoiar projetos e ações para iniciar a prática do turismo sustentável nesta AE;
 - ✓ Promover palestras e discussões com Associações de Moradores sobre turismo sustentável, visando mostrar as vantagens em melhorar a qualidade ambiental e a sustentabilidade dos seus atrativos e da sua paisagem, bem como as conseqüências ambientais e turísticas da urbanização descontrolada;
 - ✓ Apoiar e certificar iniciativa de formação de monitores ambientais pela Associação Cairuçu;
 - ✓ Promover oficinas para confecção de placas de sinalização turística e ambiental, e mutirões para instalação das mesmas em conjunto com as escolas;
 - ✓ Estabelecer e apoiar a estruturação inicial, em conjunto com a comunidade, operadores de turismo, Associação de guias de Paraty, gerência do Parque Nacional e Associação Cairuçu, de roteiros turísticos com diferentes níveis de dificuldade, desde a visita às principais cachoeiras, até o pico do Papagaio, Pedra Rolada, Saco do Mamangá e outros percursos;

- Apoiar atividades para implantar o manejo sustentável dos recursos florestais nesta AE, tais como:
 - ✓ Implantar projeto demonstrativo de agrofloresta;
 - ✓ Articular Implantação de projeto demonstrativo de consorciamento de bananais com palmito jussara e outros produtos florestais;
 - ✓ Valorizar e incentivar a produção de artesanato por meio de oficinas ministradas por mestres locais;
 - ✓ Definir áreas para o manejo de sapê;
 - ✓ Incentivar a produção e troca de mudas para o cultivo de pomares de frutíferas nos quintais;

- ✓ Apoiar projeto da Rede Nacional de Sementes na articulação para capacitação em coleta de sementes de espécies nativas para comercialização e recuperação ambiental;

Saneamento e Recuperação Ambiental

- Desenvolver projeto conjunto com Horto Municipal, escola, Associações de Moradores e outras instituições locais para promover o repovoamento de palmito Jussara com vistas à recuperação da distribuição da espécie em toda a mata, e futuro manejo sustentado nas áreas localizadas fora dos limites do Parque Nacional;
- Articular ações conjuntas com Horto Municipal e Secretaria Municipal de Educação para viabilizar a arborização ao longo das estradas e recuperação das matas ciliares, com prioridade para a rodovia, a fim de prevenir o início de queimadas causadas por transeuntes;
- Articular com a prefeitura e proprietários locais a recuperação das áreas degradadas por deslizamentos de terra e antigas caixas de empréstimo, principalmente no Campinho e na grande curva próxima à divisa;
- Priorizar a articulação de ações integradas com Governo Estadual e Prefeitura Municipal objetivando a melhoria do saneamento básico e da qualidade do rio Carapitanga/Paraty Mirim;
- Fazer gestão junto a PMP para melhorar a distribuição e tratamento da água consumida nestes bairros;
- Articular e apoiar o estímulo à coleta seletiva e reciclagem de lixo em toda esta área;

Controle Ambiental

- Articular entendimentos entre o governo estadual (ITERJ), Prefeitura Municipal, IBAMA e Associações de Moradores para viabilizar a regularização fundiária deste setor, tendo como objetivo a titulação dos ocupantes condicionada ao controle efetivo da urbanização e parcelamento do solo;

- Estabelecer um Plano Operacional de Controle Trimestral em conjunto com o Ministério Público, PMP e gerência do parque nacional, priorizando a retirada ilegal de madeira e palmito, a caça em geral e o tráfico de aves silvestres, bem como a retirada irregular de terra na área próxima ao CELAVI;
- Cobrar, via Ministério Público, fiscalização mais efetiva da prefeitura para evitar a proliferação de loteamentos clandestinos e a comercialização de lotes com tamanho abaixo daquele definido pelo zoneamento da APA, bem como o controle do adensamento urbano no Patrimônio, Independência e nas faixas ao longo da Rio Santos, priorizando as intervenções nas Áreas de Preservação Permanente junto aos cursos d'água;
- Articular com a Secretaria Municipal de Educação e Vigilância Sanitária mutirões com estudantes para localizar o despejo direto de efluentes domésticos nos corpos d'água, orientando sobre o tratamento adequado e posteriormente multando os reincidentes;

Gerencia da APA

- Celebrar parceria com Associação Cairuçu para o desenvolvimento de ações conjuntas visando a implementação do Plano de Manejo da APA neste setor;
- Articular com a PMP e gerência do parque nacional a utilização da escola (fechada) do Pico do Papagaio como base operacional para atividades ocasionais de fiscalização, educação ambiental e capacitação da população mais próxima ao parque;
- Com base na atualização do mapa de cobertura vegetal, elaborar o micro zoneamento desta AE, para definir áreas críticas para recuperação, bem como as mais indicadas para o manejo florestal e outras atividades produtivas;
- Selecionar, capacitar e credenciar alguns dos monitores ambientais em formação pela Associação Cairuçu para apoiar ações de controle e monitoramento da APA;

- Apoiar a gerência do Parque Nacional na demarcação dos limites do parque neste setor.
- Solicitar ao DNER são os estudos e planos de gerenciamento de risco para acidentes envolvendo cargas tóxicas na rodovia BR-101, que atravessa este e outros setores da APA, onde devem ser definidos os pontos críticos do sistema rodoviário, as áreas mais suscetíveis a acidentes, dispositivos de controle e fiscalização da carga transportada, plano de contingência para atendimento dos acidentes, entre outros itens;

Programa de Gestão Interinstitucional

Integração Regional

Para a implementação das propostas desta AE, articular ações conjuntas com Prefeitura Municipal, Associações de Moradores, Parque Nacional, FUNAI, Associação Cairuçu e outros interessados;

Relações Públicas

- Promover reuniões nas escolas do Patrimônio e Campinho para divulgar o Plano de Manejo, bem como definir prioridades, parcerias e um Plano Operativo Anual para a realização das atividades propostas;

Educação Ambiental

- Desenvolver campanhas junto às escolas e Associações de Moradores para sensibilizar a comunidade e promover atividades de proteção dos cursos d'água, tanto em relação ao despejo de efluentes domésticos sem tratamento quanto à deposição de lixo e rejeitos em geral.
- Desenvolver campanhas junto à escola e Associação de moradores para sensibilizar a comunidade em relação à proteção e manejo de palmito, bem como de espécies animais consumidas ou ameaçadas, com prioridade para os primatas e aves com valor comercial;
- Incentivar e apoiar a realização de cursos de capacitação em artesanato e outras tecnologias patrimoniais¹¹ para os jovens locais, ministrados pelos próprios mestres que habitam a região.

¹¹ Confeção de gamelas, cestaria, construção em pau-a-pique, cobertura de sapê, fabrico de farinha, de aguardente, etc.

7 - Saco do Mamanguá

Área que vai desde a Ponta da Cajaíba até a Ponta do Descalvado, incluindo as comunidades da Ponta da Romana, Cruzeiro, Baixio, Resgate, Currupira, Praia Grande e toda a respectiva microbacia.

Caracterização

Esta pode ser considerada como uma das áreas de maior biodiversidade da APA de Cairuçu, pois nela podemos encontrar desde extensos manguezais e caixetais até a floresta ombrófila densa em varias tipologias distintas, localizadas nas encostas íngremes que levam ao pico do Cairuçu, a 1080 m de altitude.

Nesta região foram registrados sinais sonoros do papa-formiga (*Myrmeciza squamosa*), ave considerada praticamente extinta, com avistagem do papagaio chauá (*Amazona rodhocorytha*), bem como do muriqui ou mono-carvoeiro (*Brachyteles aracnoides*).

Em suas águas circulam pelo menos 100 espécies diferentes de peixes, e em 2003 uma baleia jubarte passou uma semana na área, sem ser molestada por ninguém.

Cabe destacar o projeto de proteção dos berçários marinhos da AMAM – Associação dos Moradores e Amigos do Saco do Mamanguá, que por meio da instalação de dispositivos de exclusão de arrasto – DEAs, confeccionados em concreto com vergalhões, que rasgam as redes de arrasto de fundo, tem obtido sucesso na recuperação das populações das várias espécies de camarão que ali se reproduzem, e que constituem em uma das principais espécies de valor econômico do município.

Apesar de estar inserida na Reserva Ecológica da Juatinga, área não edificante, a não ser por caiçaras, a porção peninsular do Saco do Mamanguá vem sendo intensamente ocupada por veranistas de alto poder aquisitivo, que constroem verdadeiras mansões e privatizam os caminhos, as praias e a orla marinha.

A fiscalização é insuficiente. Algumas construções estão embargadas, e algumas até mesmo com sentença demolitória. O problema é: quem vai demolir? As residências de veranistas geram bons empregos, desde sua construção até a sua manutenção e operação.

A Reserva Ecológica da Juatinga terá que ser ajustada às categorias definidas pelo SNUC. O único fator de restrição à especulação imobiliária na região é a existência da Reserva. Caso a nova unidade estadual suba a cota dos seus limites, liberando a orla para a categoria “Área de Proteção Ambiental”, a cultura caiçara estará ainda mais ameaçada pelo poder econômico que deve intensificar a ocupação turística, por meio de empreendimentos em toda sua área...por outro lado, as comunidades querem e tem todo o direito de melhorar sua condição sócio econômica.

Objetivos

- Incentivar e apoiar iniciativas para o fortalecimento das atividades produtivas e culturais das comunidades caiçaras;
- Articular ações e projetos para tornar o fundo do Saco do Mamanguá uma área demonstrativa de utilização sustentável dos recursos florestais e marinhos pelas comunidades caiçaras locais;
- Garantir a integridade ambiental dos manguezais;
- Garantir a legalização do manejo sustentável dos caixetais pela comunidade local;
- Garantir a proteção dos seus ambientes marinhos contra a pesca de arrasto;
- Garantir a livre circulação dos moradores por suas trilhas tradicionais ao longo da área costeira;
- Proteger o Mono-carvoeiro, uma das espécies símbolo da APA de Cairuçu.
- Apoiar e capacitar lideranças comunitárias a implementar ações e projetos para conservar e melhorar a qualidade ambiental da região;

Programa de Conhecimento

Pesquisa

- Aprofundar estudos sobre os estágios sucessionais da Mata Atlântica nesta AE;
- Aprofundar estudos sobre o estado de conservação e áreas de ocorrência das populações de felinos, primatas e piscitacídeos;
- Incentivar estudos sobre a utilização de ervas medicinais pelas populações caiçaras;
- Incentivar e apoiar pesquisa para avaliar a importância da região como área de reprodução e criação de espécies marinhas – peixes, moluscos e crustáceos;
- Promover estudos de capacidade de suporte para definir o número e dimensões das embarcações que poderão permanecer ao mesmo tempo na região ao sul da Ilha Pequena sem causar impacto ambiental;
- Aprofundar estudos de fauna para localizar grupos remanescentes de mono-carvoeiros e papagaios-chauá, a fim de elaborar um programa de proteção e conservação para estas espécies;

Monitoramento

- Desenvolver programa de monitoramento da produção pesqueira para verificar e documentar a eficácia da implantação dos DEAs (Dispositivos de Exclusão de Arrasto) pela AMAM;
- Desenvolver programa de monitoramento da qualidade dos cursos d'água em conjunto com Secretaria Municipal de Educação e da Saúde para conscientização da comunidade em relação ao saneamento;
- Monitorar o acondicionamento, disposição e transporte dos resíduos sólidos para incentivar a coleta seletiva de lixo;

Programa de Gestão Ambiental

Utilização Sustentável dos Recursos

- Implantar Projeto de proteção e incentivo da pesca artesanal do Saco do Mamanguá;

- Incentivar e apoiar a continuidade do curso de manejo de caxeta em parceria com a ESALQ/USP;
- Incentivar a criação da Reserva Extrativista do Saco do Mamanguá;
- Promover com a comunidade local, regulamentação e capacitação para coleta de ostras e caranguejo, com exclusividade para a população local;
- Fomentar a capacitação da população local para atividades de maricultura e incentivar a formação de cooperativas de maricultores.
- Apoiar e estimular projetos de manejo da floresta, da caixeta, de roçados e quintais, conforme recomendações para a Zona de Conservação da Costeira;
- Incentivar e apoiar a realização de cursos de capacitação em artesanato e outras tecnologias patrimoniais¹² para os jovens locais, ministrados pelos próprios mestres que habitam a região.
- Incentivar e apoiar a realização de cursos de capacitação para monitores em turismo sustentável;
- Elaborar em parceria com a comunidade local, um roteiro de visita pública contemplando aspectos ambientais, paisagísticos e culturais para incentivar o turismo sustentável na região;

Saneamento e Recuperação Ambiental

- Apoiar iniciativas e estimular a coleta seletiva de lixo em conjunto com AMAM e Secretaria Municipal de Educação;
- Estimular e apoiar a continuidade da implantação de DEAS pela AMAM, promovendo a certificação desta atividade como modelo, bem como de reconhecida utilidade pública para a recuperação da produtividade pesqueira da região;
- Promover o repovoamento das espécies florestais utilizadas para alimentação da fauna silvestre, principalmente o palmito Jussara (*Eutherpe edulis*)

¹² Confecção de canoas, remos, gamelas, cestaria, esteiras, construção em pau-a-pique, cobertura de sapê, fabrico de farinha etc

Controle Ambiental

- Tomar medidas urgentes articuladas entre IBAMA, Ministério Público e IEF-RJ para o encaminhamento de ações judiciais objetivando a demolição, celebração de termos de ajuste de conduta ou compensação ambiental para todas as obras ilegais erigidas na área de sobreposição da APA e REJ no Saco do Mamanguá. As penas para os infratores deverão ser definidas pela justiça com base nos laudos ambientais, mas recomendamos instalar Câmara Técnica especialmente para este fim, objetivando total transparência e uniformidade de critérios.
- Coibir efetivamente a atividade dos caranguejeiros e dos arrastões
- Interagir com moradores para que não transportem os caranguejeiros.
- Viabilizar o impedimento do acesso de veículos motorizados pelo acesso precário à fazenda Santa Maria para além da guarita existente, tendo em vista a fragilidade e riscos de depredação dos ecossistemas de manguezal, taboal e caixetal por onde passa a estrada. Qualquer intervenção nesta localidade deverá ser precedida da avaliação dos impactos ambientais e ser aprovada em ampla reunião pública contando com a participação dos órgãos ambientais, PMP e da comunidade local do Mamanguá.

Gerencia da APA

- Instalar uma base de pesquisa, fiscalização e educação ambiental na antiga escola do Currupira, em parceria com a Prefeitura de Paraty e o IEF-RJ;
- Elaborar um zoneamento e plano de gestão participativo de utilização sustentável dos recursos florestais e pesqueiros do Saco de Mamanguá;
- Mapear os caminhos tradicionais dos moradores locais para oficializar seu percurso e a garantia do seu uso;

Programa de Gestão Interinstitucional

- Estabelecer Convênios ou Termos de Cooperação Técnica com outras instituições locais, estaduais e regionais de natureza pública ou privada para viabilizar a realização das atividades propostas;

- Celebrar acordo com Capitania dos Portos e demais órgãos que respondem pela área para realização de divulgação das restrições marítimas, definindo modo de controle, fiscalização e punição de infratores;
- Celebrar parcerias com o NUPAUB/USP, AMAM e ONGs interessadas para a elaboração do zoneamento e plano de gestão participativo de utilização sustentável dos recursos florestais e pesqueiros do Saco de Mamanguá.
- Criar Câmara Técnica específica para integrar ações de licenciamento e controle nesta Área Estratégica;

Relações Públicas

- Promover reunião com moradores, veranistas e titulares de residências no Saco do Mamanguá, para divulgar o Plano de Manejo e estabelecer canais de comunicação, parceria e apoio à realização das atividades propostas;

Educação Ambiental

- Desenvolver campanhas junto à escola e associação de moradores para incentivar a proteção das espécies de fauna mais ameaçadas, como o camarão, caranguejos, o Mono Carvoeiro e o papagaio chauá;
- Desenvolver campanhas junto à escola e associação de moradores para incentivar a coleta seletiva de lixo e a construção de banheiros e fossas sépticas;

8. Cajaiba – Enseada do Pouso

Caracterização

Localizada entre a Ponta da Cajaíba e a Ponta da Mesa, a Cajaíba é o conjunto paisagístico que envolve a enseada do Pouso, composta pelos contrafortes do maciço do Cairuçu em sua face norte-nordeste, onde se destacam grandes paredões rochosos, e a península conhecida como costão da Deserta, que forma a Ponta da Cajaíba. Esta AE está totalmente inserida na Reserva Ecológica da Juatinga – REJ. Suas praias¹³ são habitadas por quase 200 famílias caiçaras, mas a venda de terrenos e casas para veranistas cresce assustadoramente.

A floresta predomina no costão da Deserta e nas maiores altitudes. As encostas que circundam as comunidades caiçaras, no entanto, encontram-se bastante degradadas devido à exaustiva utilização da terra para agricultura no passado.

A diminuição da produção pesqueira na região e nos cercos flutuantes da enseada do Pouso é um fato grave, pois a pesca é o principal meio de vida dos seus moradores. A escassez do pescado vem sendo motivo para venda de posses e mudança de várias famílias para a cidade de Paraty em busca de emprego.

Esta área fica a 2:30 horas de traneira a partir de Paraty. Mesmo assim, é o terceiro destino turístico de estudantes e mochileiros da APA de Cairuçu, atraindo cada vez mais visitantes nos feriados de fim de ano e carnaval.

Objetivos

- Preparar melhor a comunidade para lidar com o turismo crescente sem perder suas terras e sua cultura;
- Elaboração e implementação de um programa de capacitação profissional, educação ambiental e desenvolvimento sustentável para

¹³ Pouso, Ipanema, Calhaus, Itaoca, Grande e Deserta

- promover alternativas de renda e subsistência, fortalecer as comunidades locais e inibir a especulação imobiliária crescente;
- Realização de estudos objetivando a proposição de medidas localizadas para melhorar a produção pesqueira;
- Incentivo à recuperação da cobertura florestal nas encostas degradadas junto às comunidades caiçaras para aumentar a produção de água e conservar o solo, com prioridade para as matas ciliares;
- Elaboração do microzoneamento das áreas ocupadas e degradadas;
- Apoiar e incentivar a instalação de um centro comunitário de recepção ao turista na praia do Pouso e uma base de controle e pesquisa na praia Grande.
- Apoiar e capacitar lideranças comunitárias a implementar ações e projetos para conservar e melhorar a qualidade ambiental da região;

Programa de Conhecimento

Pesquisa e monitoramento

- Pesquisar e monitorar a produção pesqueira para proposição de medidas para aumentar a produção;
- Aprofundar estudos de fauna com prioridade para espécies marinhas e importância ecológica da laguna da praia Grande;
- Levantar as espécies de uso medicinal pela população;
- Promover com as escolas locais o monitoramento anual e divulgação da qualidade dos cursos d'água que correm nas comunidades para sensibilizar a população quanto à importância da construção de banheiros e fossas sépticas;
- Realizar o monitoramento e caracterização da visitação pública nesta AE para estabelecer capacidade de suporte e subsidiar atividades voltadas para o turismo sustentável na região;
- Incentivar e apoiar estudo sobre a produção de artesanato local;

Programa de Gestão Ambiental

Utilização Sustentável dos Recursos

- Articular e apoiar projetos e ações para iniciar a prática do turismo sustentável nesta AE:
 - ✓ Promover palestras e discussões na praia do Pouso sobre turismo sustentável, visando mostrar as vantagens em melhorar a qualidade ambiental e a sustentabilidade dos seus atrativos e da sua paisagem, bem como as conseqüências ambientais e turísticas da urbanização descontrolada;
 - ✓ Articular e apoiar a promoção de cursos de capacitação básica para serviços de bar e restaurante, bem como a recepção dos visitantes que alugam quartos ou residências, fazem passeios de barco e percorrem as trilhas locais;
 - ✓ Promover oficinas para confecção de placas de sinalização turística e ambiental, e mutirões para instalação das mesmas em conjunto com outras instituições gestoras e comunidades interessadas na gestão desta AR;
 - ✓ Estabelecer, em conjunto com os caiçaras e com o IEF, um roteiro ecológico/cultural para promover o turismo sustentável nesta AE, com ênfase para a vivência do cotidiano caiçara tradicional;
 - ✓ Articular ações para incentivar a operação de um roteiro que explore o potencial esportivo e turístico dos paredões rochosos desta AE;
- Apoiar atividades para implantar o manejo sustentável dos recursos marinhos e florestais nesta AE, tais como:
 - ✓ Implantar projeto demonstrativo de agrofloresta na Praia Grande
 - ✓ Mapear e propor o manejo sustentável do mexilhão já existente;;
 - ✓ Apoiar a criação de mexilhão por meio de palestras, reuniões e busca de apoio financeiro que inclua o acompanhamento de todo um ciclo produtivo junto às comunidades envolvidas;
 - ✓ Valorizar e incentivar a produção de artesanato local (esteiras de taboa e cestaria) por meio de oficinas nas comunidades locais, principalmente na Praia Grande;

- ✓ Incentivar a produção e troca de mudas para o cultivo de pomares de frutíferas nos quintais e nas áreas não ocupadas junto aos núcleos das comunidades locais;

Saneamento e Recuperação Ambiental

- Articular ações conjuntas com Horto Municipal e Secretaria Municipal de Educação para viabilizar a recomposição das populações de palmito Jussara e outras espécies vegetais de uso dos caiçaras utilizadas para a confecção de canoas, remos, samburás, cestos, balaies, esteiras e outros utensílios;
- Priorizar a articulação de ações integradas com Governo Estadual e Prefeitura Municipal objetivando a melhoria do saneamento básico e da qualidade dos cursos d'água nas comunidades locais;
- Fazer gestão junto a PMP para promover o tratamento da água consumida nestas comunidades;
- Promover a recuperação da cobertura florestal no percurso entre a praia do Pouso, praia Grande e Martim de Sá, em programação conjunta com as escolas e Horto Municipal;
- Articular e apoiar a continuidade das atividades de coleta seletiva e reciclagem de lixo em toda esta área;

Controle Ambiental

- Estabelecer um Plano Operacional de Controle em conjunto com o Ministério Público, PMP e IEF, priorizando o controle do adensamento urbano das vilas caiçaras nas Áreas de Preservação Permanente e sob os preceitos legais estabelecidos pela REJ;
- Fiscalizar e controlar em conjunto a PMP e IEF o adensamento das vilas caiçaras do Pouso e Calhaus;

Gerencia da APA

- Incentivar e apoiar a comunidade do Pouso a implementar e operacionalizar um pequeno Centro de Recepção ao Visitante, com informações ambientais e turísticas, bem como a venda do artesanato local;
- Definir ações conjuntas com a gerencia da Reserva Ecológica da Juatinga para viabilizar e operacionalizar a instalação de uma base de apoio à educação ambiental, estudos, pesquisas e fiscalização na praia Grande da Cajaíba.
- Quando da elaboração do zoneamento dos ambientes marinhos, garantir a conservação e manutenção dos pontos tradicionais da pesca de cerco na região;

Programa de Gestão Interinstitucional

Para a implementação das propostas desta AE, articular ações conjuntas com Prefeitura Municipal, Instituto Estadual de Florestas, Associações de Moradores e outras instituições interessadas;

Relações Públicas

- Promover reuniões na praia do Pouso para divulgar o Plano de Manejo, bem como definir prioridades, parcerias e um Plano Operativo Anual para a realização das atividades propostas;

Educação Ambiental

- Desenvolver campanhas junto às escolas para sensibilizar a comunidade em relação à proteção dos cursos d'água tanto do despejo de efluentes domésticos sem tratamento quanto à deposição de lixo e rejeitos em geral.
- Desenvolver campanhas junto às escolas para sensibilizar a comunidade em relação à proteção e manejo de espécies de animais consumidas ou ameaçadas, com prioridade para as lagostas, os primatas e aves com valor comercial;

- Incentivar e apoiar a realização de cursos de capacitação em artesanato e outras tecnologias patrimoniais¹⁴ para os jovens locais, ministrados pelos próprios mestres que habitam a região.
- Articular, promover e apoiar a capacitação dos barqueiros locais para prestar informações ambientais e culturais básicas sobre a área, bem como melhorar a recepção e atendimento aos visitantes;

¹⁴ Confeção de canoas, remos, gamelas, cestaria, esteiras, construção em pau-a-pique, cobertura de sapê, fabrico de farinha etc

9. Cairuçu das Pedras e Martim de Sá

Caracterização

Esta área, com mais de 95% de cobertura vegetal composta por mata primária ou secundária em estado avançado de regeneração, é a porção menos alterada pela ação antrópica e abriga, segundo relato de moradores, o mono carvoeiro. Seu relevo é bastante acidentado, formado pelos contrafortes do maciço do Cairuçu, onde se alternam paredões rochosos e mata fechada desde o divisor de águas com a Ponta Negra até o Costão das Araras.

Ali vivem as comunidades da Ponta da Juatinga, com cerca de 25 famílias, Martim de Sá, Saco das Enchovas e Cairuçu das Pedras, totalizando pouco mais de 50 famílias.

É uma área de acesso exclusivo por mar, distante tanto de Laranjeiras como de Paraty, toda ela voltada para mar aberto, castigada pelos ventos do quadrante sul, exceto nos assentamentos caiçaras da Juatinga e Costão das Araras, voltados para leste.

Apesar da mata relativamente bem conservada, a pressão de caça é intensa, tanto por parte das comunidades caiçaras, como por caçadores esportivos. A praia de Martim de Sá vem atraindo crescente visitação pública de mochileiros e surfistas atraídos pelo isolamento e beleza do local.

Objetivos

- Localizar e proteger as populações remanescentes de mono carvoeiro;
- Apoiar o desenvolvimento sustentável das comunidades caiçaras para fortalecer suas características culturais;
- Apoiar a recuperação da sustentabilidade das roças caiçaras;
- Impedir a construção de casas de veraneio nesta área, toda ela inserida na Reserva Ecológica da Juatinga e na ZPVS – Zona de Proteção da Vida Silvestre da APA;
- Apoiar o IEF na implantação de uma base de apoio para pesquisa, controle e educação ambiental na praia de Martim de Sá;

- Apoiar e capacitar lideranças comunitárias a implementar ações e projetos para conservar e melhorar a qualidade ambiental da região;

Programa de Conhecimento

- Priorizar os levantamentos de fauna com esforços concentrados na procura de grupos de mono carvoeiro, bem como no monitoramento de felinos, objetivando estabelecer projetos para a conservação destas espécies, altamente ameaçadas.
- Apoiar estudos e a documentação sobre o cotidiano, a linguagem e características culturais destas que são as comunidades caiçaras mais isoladas de toda a região;
- Levantar espécies e uso de plantas medicinais pela população local;
- Apoiar estudos históricos e arqueológicos junto às ruínas da antiga sede da fazenda Martim de Sá;

Monitoramento

- Realizar o monitoramento da produção pesqueira desta região, tanto artesanal quanto de mergulho;
- Apoiar o IEF no monitoramento da visitação pública na praia de Martim de Sá, para estabelecer sua capacidade de suporte;

Programa de Gestão Ambiental

Utilização Sustentável dos Recursos

- Apoiar a construção de um cais de madeira na comunidade da Juatinga, que não descaracterize a paisagem nem a configuração rochosa da costeira, facilitando o embarque e desembarque da população local, que tem no mar sua única via de acesso;
- Estabelecer, em conjunto com os caiçaras e com o IEF, um roteiro ecológico/cultural para promover o turismo sustentável nesta AE, com ênfase para a vivência do cotidiano caiçara tradicional;

- Implantar e organizar, em conjunto com IEF e comunidade, a sinalização e operação da trilha entre Ponta Negra, Martim de Sá e Pouso da Cajaíba, já utilizada por excursionistas;
- Valorizar e incentivar a produção de artesanato local por meio de oficinas na Ponta da Juatinga e em Martim de Sá;
- Apoiar iniciativas e projetos para a criação de mexilhão por meio de palestras, reuniões e busca de apoio financeiro que inclua o acompanhamento de todo um ciclo produtivo junto às comunidades envolvidas;

Saneamento e Recuperação Ambiental

- Articular ações para viabilizar a implantação de banheiros e fossas sépticas nas residências locais;
- Articular ações para viabilizar a implantação da coleta seletiva de lixo nestas comunidades, priorizando o apoio à comunidade da Juatinga e Martim de Sá;
- Articular ações conjuntas com Horto Municipal e Secretaria Municipal de Educação para viabilizar a recomposição das populações de palmito Jussara e outras espécies vegetais de uso dos caiçaras para instrumentos de trabalho e utensílios, principalmente para a confecção de canoas;

Controle Ambiental e Gerencia da APA

- Apoiar a instalação e operação, pelo IEF, de base de controle, pesquisa e educação ambiental na praia de Martim de Sá, em parceria com o “Seu” Maneco, chefe da única família que vive no local e recebe os visitantes.

Programa de Gestão Interinstitucional

Educação Ambiental

- Promover campanha de proteção à fauna junto às crianças e jovens destas comunidades, com ênfase para a proteção do ciclo reprodutivo das espécies de maior valor comercial ou consumo¹⁵, e para a proteção das populações de primatas, felinos, quelônios (tartarugas) e aves silvestres;
- Articular e apoiar a capacitação de jovens interessados no monitoramento de trilhas e recepção de visitantes em Martim de Sá e Juatinga;

¹⁵ Lagosta, paca, cotia, porco do mato

10.Trindade, Laranjeiras, Vila Oratório, Sono e Ponta Negra

Caracterização

Esta é a área mais complexa da APA, onde cada comunidade vive situações bastante diversas do ponto de vista sócio ambiental, bem como do seu desenvolvimento urbano, turístico e comunitário.

Sendo uma das mais belas e procuradas pelos visitantes, vem perdendo rapidamente sua qualidade ambiental devido ao total descontrole do adensamento urbano das vilas de Trindade e Oratório, bem como do adensamento de edificações nas comunidades caiçaras do Sono e Ponta Negra;

Nesta área a APA sobrepõe o Parque Nacional da Serra da Bocaina na Trindade, e é sobreposta pela Reserva Ecológica da Juatinga nas praias do Sono e Ponta Negra.

Sua orientação para sul e o relevo escarpado que separa esta região das águas que vertem para a baía da Ilha Grande são responsáveis pela mais alta pluviosidade e rigor climático de toda a APA, com picos anuais que chegam a 3500 mm de precipitação. Varrida pelo vento sudoeste, que traz as frentes frias, esta região situa-se fora da baía da Ilha Grande, voltada para mar aberto, sujeita a fortes ressacas.

Recoberta pela floresta ombrófila densa primária e secundária na maior parte do seu território, é também a região mais urbanizada da APA, onde se localizam as vilas de Trindade e Oratório, bem como o Condomínio Laranjeiras.

Na porção inserida no maciço do Cairuçu, onde se concentra a maior área de remanescentes florestais da APA, há registro da ocorrência do muriqui ou mono carvoeiro (*brachyteles aracnóides*) e freqüente avistagem de felinos de grande porte, que também ocorrem na divisa entre Trindade e Camburi (Parque Estadual da Serra do Mar – SP). Entre Laranjeiras e Trindade também foi avistado o papagaio Chauá.

Objetivos

- Contribuir para a implantação e operação de estruturas de apoio à visitação pública, pesquisa, monitoramento e controle da APA, do Parque Nacional da Serra da Bocaina e Reserva Ecológica da Juatinga
- Promover o fortalecimento sócio cultural das comunidades caiçaras para conservar o patrimônio paisagístico, ambiental e cultural da região;
- Incentivar e capacitar as comunidades locais, os pequenos empresários e comerciantes locais a adotarem práticas compatíveis com o turismo sustentável;
- Evitar a expansão do crescimento urbano desordenado em Trindade e Vila Oratório;
- Evitar a descaracterização espacial do assentamento caiçara nas comunidades do Sono e Ponta Negra;
- Garantir o acesso aos moradores das comunidades do Sono e Ponta Negra, a partir da marina de Laranjeiras;
- Possibilitar o livre acesso dos visitantes das praias do Sono e Ponta Negra por via marítima com a construção de um cais alternativo no costão norte da praia do Sobrado, em acordo com as respectivas comunidades;
- Melhorar o acesso terrestre para a praia do Sono, sem que isto implique na descaracterização social, ambiental e cultural da comunidade;
- Coibir a abertura ou manutenção de estrada para o Saco do Mamangá a partir do acesso entre a rodovia BR 101 e Laranjeiras no interior da Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS) da APA;
- Articular ações para melhorar as condições de saneamento em Trindade, Sono e Ponta Negra;
- Apoiar e capacitar lideranças comunitárias a implementar ações e projetos para conservar e melhorar a qualidade ambiental da região;

Programa de Conhecimento

Pesquisa

- Aprofundar estudos sobre os estágios sucessionais da Mata Atlântica nesta AE;
- Aprofundar estudos sobre o estado de conservação e áreas de ocorrência das populações de felinos, primatas e piscitacídeos;
- Desenvolver estudos sobre o estado de conservação e áreas de ocorrência da lagosta, outrora bastante abundante nesta AE;
- Incentivar estudos sobre a utilização de ervas medicinais com prioridade para as comunidades do Sono e Ponta Negra;
- Realizar estudos objetivando definir a capacidade de suporte nas trilhas, praias e cachoeiras desta AE, bem como ações necessárias para a recepção de visitantes na vila de Trindade e comunidades do Sono e Ponta Negra dentro de preceitos do turismo sustentável;
- Realizar estudos para definir o número máximo de veículos para entrada, circulação e estacionamento em Trindade e na Vila Oratório;
- Realizar periodicamente pesquisas de demanda turística junto aos visitantes de Trindade, Sono e Ponta Negra, cujos resultados devem direcionar ações para aprimorar as atividades de recepção, hospedagem, monitoria e programação do turismo na região.
- Realizar periodicamente pesquisas sobre o perfil sócio econômico dos moradores destas comunidades, cujos resultados podem orientar programas e projetos para o desenvolvimento sustentável e organização comunitária na região;

Monitoramento

- Desenvolver programa de monitoramento da qualidade dos cursos d'água e da água consumida para conscientização da comunidade em relação ao saneamento;
- Sinalizar a poluição da barra dos rios que atravessam a Vila de Trindade e comunidade do Sono para incentivar sua despoluição;

- Desenvolver programa de monitoramento da produção pesqueira para subsidiar medidas de conservação de espécies de valor comercial;
- Monitorar anualmente a visitação pública nas comunidades de Trindade, Sono e Ponta Negra para subsidiar a melhoria da organização e estruturação da atividade turística nesta AE;
- Apoiar atualização dos mapas de ocupação do Sono e Ponta Negra;
- Apoiar atualização periódica das informações sócio econômicas de Trindade, Vila Oratório, Sono e Ponta Negra, para subsidiar as ações voltadas para o desenvolvimento sustentável nesta área;

Programa de Gestão Ambiental

Utilização Sustentável dos Recursos

- Apoiar atividades para implantar o Turismo Sustentável nesta AE:
 - ✓ Incentivar e apoiar realização de Workshop sobre turismo sustentável em Trindade, no Sono e na Ponta Negra para mostrar bons exemplos de gestão do turismo e estabelecer parâmetros e normas de uso dos espaços públicos e privados, visando melhorar a qualidade ambiental e a sustentabilidade dos seus atrativos e da sua paisagem;
 - ✓ Reunir, divulgar e disponibilizar para as comunidades de Trindade, Sono e Ponta Negra bons exemplos e informações sobre regras existentes para campings no país;
 - ✓ Definir parâmetros e buscar parceiro para promover a certificação dos serviços de turismo como campings, pousadas, bares e restaurantes da região, conforme a qualidade ambiental dos serviços oferecidos, desde as condições de saneamento (qualidade da água, tratamento do esgoto, separação do lixo) e observação da legislação na própria construção do estabelecimento, até as condições sanitárias do preparo de alimentos e limpeza das instalações, a harmonia da edificação em relação ao ambiente cultural e sua paisagem, bem como a qualidade dos serviços prestados;

- ✓ Apoiar articulações para instalar Portal de entrada no entroncamento Trindade/ Laranjeiras, que poderá ser utilizado para o monitoramento e orientação dos visitantes, bem como para o controle da entrada de material de construção.
 - ✓ Apoiar, desde que em acordo com a gerencia do PNSB, a construção de centro de cultura caiçara na praia do Caxadaço;
 - ✓ Mapear o percurso, levantar atrativos, intervenções necessárias para recuperação e operação, sinalização e capacidade de suporte para a implantação da trilha da Praia do Meio até a Cabeça do Índio, na Trindade, e da trilha entre a Vila Oratório, Sono e Ponta Negra;
 - ✓ Apoiar e certificar iniciativa de formação de monitores ambientais pela Associação Cairuçu;
 - ✓ Promover oficinas para confecção de placas de sinalização turística e ambiental, e mutirões para instalação das mesmas em conjunto com outras instituições gestoras e comunidades interessadas na gestão desta AR;
 - ✓ Promover reunião para definir, em conjunto com PMP, IEF, comunidade do Sono, Vila Oratório, Associação Cairuçu e outros interessados, parâmetros e normas operacionais para a recuperação da parte inicial do caminho de acesso para a praia do Sono a partir da Vila Oratório, com cerca de 1200m, objetivando a viabilização do acesso exclusivo a veículos de emergência médica, fiscalização ambiental, segurança pública e apoio comunitário para a comunidade do Sono, bem como a recepção e o controle de visitantes à REJ;
- Viabilizar, junto ao Condomínio Laranjeiras, passagem entre o campo de futebol da Vila Oratório e a costeira da praia do Sobrado, para operação de cais alternativo para embarque e desembarque de moradores, veranistas e visitantes na temporada de verão e quando o mar estiver calmo, desde que em acordo com os barqueiros da Praia do Sono e condôminos, para facilitar o acesso àquela praia.
 - Apoiar atividades para implantar o manejo sustentável dos recursos marinhos e florestais nesta AE:

- ✓ Implantar projeto demonstrativo de agrofloresta na Ponta Negra e Praia do Sono;
 - ✓ Mapear e propor o manejo sustentável do mexilhão já existente, bem como incentivar sua criação pelas comunidades de Trindade, Sono e Ponta Negra;
 - ✓ Definir áreas para o manejo do sapê;
 - ✓ Incentivar o manejo de palmito e de outras espécies utilizadas para a confecção de canoas, remos e outros utensílios;
 - ✓ Promover e apoiar oficinas para a produção de artesanato local;
- Incentivar a produção e troca de mudas para o cultivo de pomares de frutíferas nos quintais e nas áreas não ocupadas junto às vilas e núcleos das comunidades locais;

Saneamento e Recuperação Ambiental

- Priorizar a articulação de ações integradas com Governo Estadual, Associação Cairuçu, Condomínio Laranjeiras e Prefeitura Municipal objetivando a melhoria do saneamento básico e da qualidade dos cursos d'água na Vila de Trindade e comunidades do Sono e Ponta Negra;
- Fazer gestão junto a PMP para promover o tratamento da água consumida nestas comunidades;
- Promover a recuperação da trilha e da cobertura florestal no morro entre a praia do Sono e praia dos Antigos;
- Articular e apoiar a continuidade das atividades de coleta seletiva e reciclagem de lixo em toda esta área;
- Promover o plantio de espécies nativas ao longo das estradas, caminhos e trilhas, em programação conjunta com as escolas e Horto Municipal;

Controle Ambiental

- Estabelecer um Plano Operacional de Controle Mensal em conjunto com o Ministério Público, PMP e IEF, apoiado por outras instituições que tenham interesse na matéria, para que as medidas de controle ambiental nesta área sejam de fato efetivas;
- Fiscalizar e controlar em conjunto a PMP e IEF (na Reserva Ecológica da Juatinga - REJ) o adensamento urbano e a subdivisão de lotes em área menores do que estabelece o Zoneamento da APA e o Plano Diretor de Paraty;
- Orientar e controlar a ocupação do “morrão” da Trindade em conformidade com o próprio projeto elaborado por técnicos contratados pelos trindadeiros, incentivando a criação de um condomínio para gerir esta área em comum acordo com seus ocupantes;
- Coibir, em conjunto com PMP e IEF (na REJ), a construção de edificações fora das zonas de Zona de expansão das vilas caiçaras (ZEVC) e Zona de expansão residencial e turística (ZERT), bem como aquelas que estejam em desacordo com as Medidas de regulamentação geral para todo o território da APA de Cairuçu¹⁶.

Gerencia da APA

- Garantir o acesso público a todas as praias desta AE, em conformidade com a legislação vigente;
- Definir ações conjuntas com a gerencia do PNSB para viabilizar e operacionalizar a instalação de uma base de educação ambiental, estudos, pesquisas e fiscalização em Trindade, na Zona de Uso Comunitário, Cultural, Esportivo e de Lazer (ZUCCEL) da APA ou na Praia do Meio, em sistema de co-gestão com instituições interessadas;
- Solicitar à gerencia do PNSB a definição e demarcação dos limites do Parque Nacional na Praia do Meio, em Trindade ;

¹⁶ Capítulo de Zoneamento da APA

- Promover, em conjunto com a gerencia do PNSB, proposta para disciplinar o uso e ocupação da praia do Meio objetivando a manutenção, das atividades de subsistência e uso público de baixo impacto exercidas pela comunidade caiçara, possíveis de regulamentação pelo IBAMA tendo em vista o SNUC, condicionada à não construção de mais nenhuma edificação comercial nem residencial naquela área;
- Selecionar, capacitar e credenciar alguns dos monitores ambientais em formação pela Associação Cairuçu para apoiar ações de controle e monitoramento da APA;
- Definir ações conjuntas com a gerencia da Reserva Ecológica da Juatinga para viabilizar e operacionalizar a instalação de uma base de educação ambiental, estudos, pesquisas e fiscalização na praia do Sono, em sistema de co-gestão com instituições interessadas;
- Quando da elaboração do zoneamento dos ambientes marinhos, garantir a conservação e manutenção dos pontos tradicionais da pesca de cerco em Trindade: Ponta das Galhetas, Ponta do Meio, Saco do Oratório, Pedra Preta, Cachadaço, Saco da Ponta e Ingaieiro, Saco da Preguiça e Ponta de Leste;

Programa de Gestão Interinstitucional

Para a implementação das propostas desta AE, articular ações conjuntas com a gerência do Parque Nacional, Prefeitura Municipal, Instituto Estadual de Florestas, Associações de Moradores, Caxadaço Bocaina Mar, Ecofort, Condomínio Laranjeiras, Associação Cairuçu, Fundação SOS Mata Atlântica e outras instituições interessadas;

Relações Públicas

- Promover reunião em cada uma das comunidades, incluindo o Condomínio Laranjeiras e instituições locais para divulgar o Plano de Manejo, bem como definir prioridades, parcerias e um Plano Operativo Anual para a realização das atividades propostas;

Educação Ambiental

- Desenvolver campanhas junto às escolas para sensibilizar a comunidade em relação à proteção e manejo de espécies consumidas ou ameaçadas, como as tartarugas, os guaiá-mu, a lagosta, os mexilhões e aves em geral;
- Incentivar e apoiar a realização de cursos de capacitação em artesanato e outras tecnologias patrimoniais¹⁷ para os jovens locais, ministrados pelos próprios mestres que habitam a região.

¹⁷ Confeção de canoas, remos, gamelas, cestaria, esteiras, construção em pau-a-pique, cobertura de sapê, fabrico de farinha etc

III. Ações Gerenciais Gerais

Este item engloba as ações cuja realização e articulação é de competência do IBAMA, para assegurar o bom funcionamento da administração da APA.

Estas ações se aplicam ao conjunto de todas as Áreas Estratégicas da Unidade de Conservação. Dizem respeito ao gerenciamento da unidade, ao conhecimento e monitoramento, à proteção, conservação e recuperação dos seus ecossistemas e paisagem, ao manejo, desenvolvimento sustentável e fortalecimento da identidade cultural das comunidades locais, bem como à comunicação, educação e capacitação das comunidades e visitantes da APA.

As propostas que seguem são coincidentes ou complementares àquelas das Áreas Estratégicas e da Matriz de Planejamento, com a diferença de estabelecerem ações que devem ser articuladas, conduzidas, lideradas ou cobradas pela equipe da APA e IBAMA em geral.

As ações estão contempladas nos seguintes programas:

1. **Programa de Conhecimento** - contempla ações de pesquisa e monitoramento.
2. **Programa de Gestão Ambiental** - contempla ações de Utilização Sustentável dos Recursos, Saneamento e Recuperação Ambiental, Controle Ambiental e Gerencia da APA.
3. **Programa de Gestão Interinstitucional** – contempla ações de Integração Regional, Relações Públicas, Educação Ambiental e Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento Sustentável.

Objetivos Específicos

- Garantir a conservação da biodiversidade no território e ambientes marinhos da APA, por meio da aplicação da legislação existente e do apoio a projetos e atividades que resultem no seu desenvolvimento sustentado;
- Elaborar um Plano Operativo Anual para cada exercício, com base nas propostas deste Plano de Manejo;

- Analisar projetos e licenciar os empreendimentos e obras propostas para o interior da APA, desde que estejam de acordo com a legislação pertinente;
- Promover e apoiar atividades que resultem no desenvolvimento sustentável das comunidades locais – implantação de sistemas agroflorestais, maricultura, valorização e fortalecimento cultural.
- Promover e apoiar atividades que resultem nas práticas de turismo sustentável.
- Articular ações para aumentar o conhecimento sobre a APA, especialmente sobre a cobertura vegetal, a fauna, os ambientes costeiros, insulares e marinhos, os valores culturais e as alternativas de desenvolvimento sustentável para os seus moradores.
- Divulgar amplamente o Plano de Manejo e as informações disponíveis sobre a APA;
- Conquistar apoio da comunidade científica e das instituições de pesquisa para o desenvolvimento de pesquisas de interesse da APA.
- Estabelecer um programa de monitoramento, envolvendo os aspectos centrais para a proteção ambiental da unidade, como crescimento urbano desordenado, caça, pesca ilegal, tráfico de animais silvestres, retirada clandestina de produtos florestais e plantas ornamentais.
- Desenvolver e manter um sistema de informações geográficas (SIG) para monitorar a qualidade ambiental, bem como um sistema de informações gerenciais, com parâmetros definidos para o bom funcionamento da UC.
- Estabelecer parcerias e convênios para viabilizar a implementação dos programas de manejo da APA.
- Valorizar e certificar os produtos e serviços com qualidade ambiental, originados no território da APA.
- Dotar a APA de pessoal necessário para a gestão da unidade;
- Adquirir material e equipamento necessário para a realização das atividades propostas neste Plano;

- Viabilizar o aumento de pessoal envolvido com a implantação do Plano de Manejo da APA por meio de parcerias e cooperação com instituições locais, universidades, ONGs, associações de moradores, governo estadual e municipal.
- Capacitar a equipe da APA, os membros do Conselho Gestor, das comunidades locais e das instituições envolvidas com o gerenciamento do território da APA para atuar de acordo com os objetivos da unidade e do Plano de Manejo.
- Divulgar amplamente o Plano de Manejo da APA, distribuindo seu Resumo Executivo nas comunidades, instituições de ensino, bibliotecas, instituições locais e regionais, bem como nos centros de informação turística do município.
- Desenvolver projetos para obtenção de recursos necessários para a implantação do Plano de Manejo, seja por meio das possibilidades oferecidas pelo IBAMA, ou de outros agentes financiadores, locais, regionais, nacionais e internacionais.
- Divulgar e sinalizar os limites da APA, deixando claros os objetivos da unidade e a forma de ação do controle do IBAMA.
- Mobilizar todos os atores que possam contribuir para que o plano de manejo seja implantado e que a APA atinja seus objetivos.
- Elaborar um programa de educação ambiental integrado, envolvendo a população e os órgãos responsáveis pela educação, nos municípios e no Estado, visando à informação da população, a capacitação pela busca de melhor qualidade de vida na baía de Ilha Grande e a proteção dos recursos ambientais e culturais da APA.
- Promover a valorização da unidade por meio do melhoramento do saneamento básico, da proteção dos recursos naturais e da conservação da paisagem cultural da região;
- Desenvolver programas e projetos que coloquem a APA de Caiuru como referência de um modelo de desenvolvimento sustentável na região da baía de Ilha Grande.
- Buscar parceria para viabilizar a implementação de um Centro de Referência Ambiental e Cultural da APA de Caiuru junto a instituições cujo objetivo seja

compatível com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

- Apoiar e capacitar lideranças comunitárias a implementar ações e projetos para conservar e melhorar a qualidade ambiental da região;

1. Programa de conhecimento

1.1 – Atividades de Pesquisa

- Compor uma câmara técnica de pesquisa científica com o objetivo de auxiliar o Conselho Gestor na decisão sobre a priorização e articulação das pesquisas e sua utilidade prática para o gerenciamento da APA;
- Realizar convênios ou termos de cooperação técnica com Universidades locais para priorizar inicialmente a elaboração de estudos e levantamentos:
 - ⇒ das trilhas existentes na APA, suas condições de percurso, infra estrutura disponível, intervenções necessárias e condições de visitação pública em acordo com seus ocupantes;
 - ⇒ sobre os impactos ambientais causados pelo lixo da Boa Vista nos caixetais, manguezais e saco do Funil;
 - ⇒ que subsidiem o zoneamento e manejo sustentado dos ambientes marinhos da APA,
 - ⇒ as pesquisas que subsidiem projetos para a proteção da fauna, principalmente marinha, bem como possibilitem o desenvolvimento de atividades de manejo agroflorestal e de maricultura;
 - ⇒ dos sambaquis e sítios arqueológicos no interior da APA de Cairuçu
 - ⇒ da ocorrência do palmito jussara em todo o território da APA.
- Normas para o desenvolvimento de projetos de pesquisa na APA Cairuçu:
 - ⇒ Elaborar projeto e obter anuência da chefia da unidade, que deverá informar ao Conselho Gestor;
 - ⇒ Ter autorização do proprietário da área onde será feito o estudo (se esta estiver em áreas de propriedade particular);
 - ⇒ Ter autorização do Setor de Pesquisas da DIREC se a pesquisa envolver coleta de material biológico, de acordo com a Instrução Normativa no 109/97 do IBAMA, que trata do assunto, bem como ao disposto na Lei 9.985/2000;\

- ⇒ Ter autorização do órgão competente se a pesquisa for referente a sítios arqueológicos;
 - ⇒ Entregar semestralmente um relatório técnico ao conselho gestor da APA;
 - ⇒ Promover anualmente a apresentação das pesquisas concluídas ou em andamento para o Conselho
 - ⇒ Transformar seus resultados em uma linguagem acessível, para que técnicos e a população local possam conhecer, usar e discutir os resultados;
 - ⇒ Entregar relatório técnico final (duas cópias impressas escrita e uma em meio digital, com programas compatíveis com os softwares utilizados no momento pela APA) em até três meses do final da última visita de campo, para que possa compor o banco de dados da APA;
 - ⇒ Entregar à chefia da APA uma cópia dos relatórios envolvendo os dados obtidos na APA que sejam enviados às agências financiadoras ou à universidade;
 - ⇒ Entregar à chefia da APA cópia de publicações científicas produzidas com resultados obtidos na APA Cairuçu;
 - ⇒ Os pesquisadores que estiverem desenvolvendo pesquisas de interesse da Unidade, previstas neste Plano de Manejo, terão prioridade na ocupação do alojamento da APA;
 - ⇒ Citar nos créditos à pesquisa os apoios (pessoais e institucionais)
 - ⇒ Pesquisas envolvendo pesquisadores estrangeiros deverão estar de acordo com as normas de recebimento de pesquisador estrangeiro, definidas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.
 - ⇒ Zelar para que os pesquisadores entreguem à APA/IBAMA os produtos de pesquisas e estudos, não se esquecendo da citação dos créditos devidos (pessoais e institucionais);
 - ⇒ Zelar para que todos os estudos e pesquisas autorizados sejam georeferenciados, de modo a serem incorporados no SIG da APA;
- Buscar apoio e parcerias para a realização de pesquisas na Unidade;
 - Incentivar as Universidades do Rio de Janeiro e São Paulo a incluírem a APA de Cairuçu nos seus roteiros de aulas de campo;

- Contatar universidades, centros e instituições de pesquisas para desenvolver estudos, teses e pesquisas na APA;
- Buscar a realização de convênios e/ou termos de cooperação técnica com estas instituições, e apoio logístico junto à comunidade local para apoiar o aumento do conhecimento sobre a área;
- Divulgar na INTERNET as linhas de pesquisas necessárias à Unidade, bem como as parcerias, atividades e pesquisas em andamento;
- Levantar e cadastrar, junto à Administração da APA, pesquisadores, grupos e instituições de pesquisa que já elaboraram ou desejam elaborar estudos e atividades dentro da APA Caiuruçu;
- Buscar apoio para implantar o Jardim Botânico da APA de Caiuruçu junto à sua sede.

1.2 – Atividades de Monitoramento

Entrar em contato com o SIMBIO¹/DIREC, para planejar um programa de monitoramento da APA de Caiuruçu, em consonância com o escopo do Plano de Manejo.

- ✓ Consultar o SIMBIO, visando definir os indicadores sócio-econômicos, ambientais e institucionais, adaptados para aplicação também na APA;
- ✓ Incluir, nos estudos acima, dentro do possível, outros indicadores adotados pelo SIMBIO, objetivando contribuir para o seu aperfeiçoamento;
- Estruturar, com outras instituições atuantes na região, um sistema de informação geográfica associado a um banco de dados, tendo como base as informações geradas pelo Plano de Manejo, para monitorar o gerenciamento da APA e sua situação sócio ambiental e cultural, tais como:
 - ✓ **Proteção ambiental** – registrar vistorias, embargos, autuações, ações conjuntas com outras equipes, denúncias ao Ministério Público, Boletins de Ocorrência, Ações de Dano Ambiental, Termos de Ajuste de Conduta. Os registros devem indicar o local (georeferenciado), o autor, o vistoriador, o tipo de dano, as providências tomadas e a evolução dos procedimentos, bem como seus resultados.

¹ Sistema de Monitoramento da Biodiversidade

- ✓ **Licenciamento** – Registrar os pedidos, o nome do interessado, o local (georeferenciado), o tipo de atividade proposta, numero e data dos processos gerados e monitorar mensalmente seu andamento no IBAMA e outras instituições competentes, até a outorga da licença ou sua negativa;
- ✓ **Pesquisa** – Registrar o autor, área temática, objetivo academico. local (georeferenciado), resultado esperado, instituição proponente, tempo de duração, instituição financiadora, data de início, estágio de desenvolvimento, data da entrega do trabalho para o IBAMA.
- ✓ **Desembarque de pescado** – sistematizar os dados coletados e procurar obter dados de novos pontos de desembarque no município.
- ✓ **Desenvolvimento Sustentável** – Georeferenciar as iniciativas de desenvolvimento sustentado em desenvolvimento na APA, tanto projetos em campo como programas, cursos e eventos promovidos na região, bem como instituições e numero de pessoas envolvidas, com atualização semestral ou anual nas áreas de sistemas agroflorestais, maricultura, turismo sustentável, artesanato, etc.
- ✓ **Cobertura Vegetal e uso do solo** – buscar parcerias para documentar a evolução da cobertura vegetal e uso do solo no território da APA, com atualização de 5 em 5 anos.
- ✓ **Fauna** – registrar todo o tipo de ocorrência envolvendo a fauna e avifauna local, terrestre e marinha, como avistagem de mamíferos marinhos, apreensão de animais silvestres, presença ocasional de espécies que não ocorrem na região (como pingüins, lobos marinhos), cuja informação venha a ser do conhecimento da equipe da APA, do seu Conselho Gestor ou de colaboradores eventuais, desde que devidamente confirmadas.
- ✓ **Eventos culturais** – registrar e localizar as principais manifestações culturais que ocorrem na região da APA - tipo de manifestação, quem promove, quando e onde, participantes, instituições envolvidas e outros dados de interesse;
- ✓ **Artesões** - registrar, por meio de informações que venham a ser do conhecimento da equipe da APA, do seu Conselho Gestor ou de colaboradores eventuais, o nome e tipo de atividade dos artesões e artistas que vivem na APA, objetivando a promoção de encontros,

eventos, visitas temáticas, apoio à comercialização e até mesmo a capacitação das comunidades e outros interessados.

- ✓ **Instituições** – registrar o nome, responsável, área temática, endereço, objetivos principais e atividades em desenvolvimento na região da APA, de todas as instituições governamentais e de caráter privado cuja atuação esteja relacionada com a gestão do território da APA de Cairuçu.
- Monitorar, em parceria com instituições compatíveis, as condições climáticas e da qualidade das águas nos rios, nas praias onde habitam comunidades e junto aos manguezais;
- Monitorar os principais atrativos da APA, infra estrutura disponível, número de visitantes e impactos negativos e positivos decorrentes da visitação;
- Monitorar as atividades de mergulho autônomo desenvolvidas na APA;
- Monitorar os estabelecimentos comerciais e indivíduos titulares de posses ou propriedades na APA que desenvolvam atividades compatíveis com os seus objetivos e podem contribuir para a realização dos mesmos;
- Monitorar os estabelecimentos comerciais e indivíduos titulares de posses ou propriedades na APA que desenvolvam atividades incompatíveis com os seus objetivos e podem dificultar a realização dos mesmos;
 - ✓ Manter contato contínuo com a COBIO, de forma a estar atualizado com as questões de monitoramento da Convenção da Diversidade Biológica e de modo a conseguir que temas de interesse da pesquisa e do monitoramento da APA sejam objeto de financiamento dos programas do FUNBIO e do PRONABIO;

2. Programa de Gestão Ambiental

2.1- Gerencia da APA

- Implantar um Centro de Visitantes e um Horto Botânico junto à sede da APA;
- Conselho Gestor
 - ✓ Garantir a representatividade de todas as instituições governamentais, comunidades e grupos de interesse específico e atuante da APA no Conselho;
 - ✓ Submeter os planos, programas e projetos a serem implementadas na APA de Cairuçu à consideração do Conselho Gestor;

- ✓ Elaborar o planejamento semestral da unidade e definir atribuições e metas para o Conselho Gestor;
- ✓ Priorizar, com o Conselho Gestor, as propostas do Plano de Manejo, definindo as parcerias mais viáveis para a realização das metas estabelecidas para cada semestre;
- ✓ Divulgar junto ao Conselho Gestor as oportunidades de financiamento para projetos de interesse da APA, prestando apoio para a elaboração de projetos e obtenção de recursos por parte das instituições que compõe o Conselho, em parceria com os órgãos gestores do território da APA;
- ✓ Criar Câmaras Técnicas específicas para licenciamento, monitoramento, educação ambiental, turismo e desenvolvimento sustentável;
- Estabelecer bases para a realização de parcerias objetivando a realização das atividades priorizadas. (Convênios, termos de referência, voluntariado, etc)
- gerenciamento dos recursos materiais e humanos
 - ✓ Avaliar a situação atual da infra-estrutura e criar uma estratégia de manutenção e aquisição de materiais indispensáveis;
 - ✓ Listar os equipamentos e materiais necessários para a realização das ações propostas no Plano de Manejo;
 - ✓ Definir os recursos financeiros, materiais e humanos mínimos necessários para o funcionamento da estrutura gerencial da APA, para disponibilização mensal e anual.
 - ✓ Adquirir, materiais e equipamentos de informática necessário para montar e operar um Sistema de Informações Geográficas com os seguintes equipamentos e materiais: CPU com memória de 80 GB e processador Pentium 4, com 1 MB de memória RAM; monitor de 20"; CD-ROM e gravador de CD; aplicativo ARCGIS 9.0 e scanner de alta definição; impressora A3; placa fax Modem; Windows XP Professional e OFFICE/2003 para a sua operação e a continuidade dos trabalhos iniciados no Plano de Manejo, bem como apoiar todos os programas de monitoramento e controle ambiental.
 - ✓ Estabelecer um sistema de comunicação permanente das informações disponíveis e atividades em andamento pela gerencia da APA;

- ✓ Garantir o pagamento das contas de telefone e o acesso à internet de banda larga;
 - ✓ Mobilizar todos os atores que possam contribuir para que o plano de manejo seja implantado e que a APA atinja seus objetivos.
 - ✓ Disponibilizar as acomodações da sede da APA prioritariamente para profissionais que estiverem em viagem, desenvolvendo atividades de interesse da unidade;
- Articular a criação de mecanismos que viabilizem o retorno de recursos provenientes de ações de dano ambiental na unidade.
 - Articular recursos e oferecer vagas para estagiários e voluntários colaboradores para atuar em todos os programas de gestão da APA;
 - ✓ Divulgar junto às universidades a disponibilidade de vagas para estagiários;
 - ✓ A contratação de estagiários será feita após uma entrevista para pré-seleção com o Gerente da Unidade e da apresentação da proposta de trabalho, incluindo objetivos e o período solicitado para o estágio;
 - Quadro de Pessoal Necessário:

Cargo/Função	Quantidade	Área de Atuação	Vínculo Institucional/ Procedência
Gerente da Unidade Nível Superior	1	Administração e gestão unidade de conservação	IBAMA
Gerente Substituto Nível Superior	1	Apoio à administração e gestão da unidade de conservação	IBAMA
Analista ambiental	2	Técnico de nível superior – TNS, para atuar no controle e monitoramento ambiental da unidade – um na terra e outro na região	IBAMA / Concessão de Serviços / Convênio/parceria

		costeira e marinha	
Analista ambiental	2	TNS para atuar na Comunicação, Educação Ambiental e Mobilização Social	IBAMA /convênio/parceria
Técnico de Nível Superior	1	TNS para atuar no apoio ao manejo e desenvolvimento sustentado das comunidades da APA	IBAMA /convênio/parceria
Técnico de Nível Superior	1	TNS para estruturar e alimentar o Sistema Geográfico de Informações	IBAMA /parceria
Técnico de Nível Superior	1	TNS para atuar nas atividades de articulação, organização e acompanhamento da pesquisa e monitoramento ambiental	IBAMA /parceria
Técnico de Nível Superior	1	TNS para atuar na área de Turismo Sustentável	
Técnico de Nível Médio	1	Escritório da Administração	IBAMA/parceria
Auxiliar administrativo	1	Escritório da Administração	IBAMA/parceria
Agente de Fiscalização	5	Atuar na fiscalização	IBAMA
Estagiário	1	Atuar nas atividades de Educação Ambiental e capacitação	Parceria
Estagiário	1	Atuar no SIG e banco de dados	Parceria

Serviços Gerais	1	Atuar na limpeza e organização da sede	Concessão / Contratação de Serviços
Vigilância	4	Atuar na vigilância patrimonial da sede	Concessão / Contratação de Serviços

2.2 - Controle Ambiental

- Garantir agentes de fiscalização do IBAMA lotados em Paraty;
- Criação de mecanismos legais ou procedimentos de rotina visando a Integração dos órgãos para ações de licenciamento de atividades, obras e empreendimentos: PMP, IEF, FEEMA, IBAMA, IPHAN, Marinha
- Adquirir equipamentos necessários à fiscalização diurna e noturna: lanternas, maquinas fotograficas digitais, binóculo, GPS, capas de chuva, botas, equipamento de acampamento, de radio comunicação fixa e móvel;
- Organizar o esquema de fiscalização da APA por meio da elaboração e coordenação de um Plano Operacional de Controle – POC, organizando esquema para a definição de procedimentos e competências, capacitação, priorização e programação da fiscalização da APA em conjunto com IEF, FEEMA e SERLA; equipe de fiscalização do IBAMA em Angra dos Reis, do Parque Nacional da Serra da Bocaina, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Priorizar fiscalização contra obras ilegais nas ilhas, costões rochosos, manguezais e às margens dos cursos d'água, bem como o parcelamento ilegal de sítios na zona rural, atividades que resultam em danos irreversíveis para a paisagem da APA de maneira irreversível;
- Na zona rural e nos manguezais, priorizar a prevenção e penalização dos responsáveis pela extração ilegal de palmito e plantas ornamentais, caça e tráfico de animais silvestres, principalmente a retirada de caranguejos para comercialização, bem como a pesca ilegal de arrasto na APA municipal da baía de Paraty, Paraty Mirim, Saco do Mamanguá e Tarituba, que destrói os

recursos pesqueiros dos quais depende a população caiçara que vive na APA de Caiuru;

- Promover a atuação dos órgãos responsáveis pela retirada de terra nas caixas de empréstimos existentes ao longo da Rodovia BR 101 e estradas de acesso aos bairros de Trindade, Paraty Mirim, Corisco e Corisquinho, iniciando procedimentos que levem à recuperação das encostas, mitigação dos danos ambientais e minimização de riscos de desabamento das mesmas.
- Zelar para que funcionários e agentes florestais, quando em trabalho, preencham o boletim de ocorrência, para anotações de dados ambientais e arqueológicos, em que constem a descrição do local, a natureza do material observado, a data e o nome do informante; dentro do possível, tais informações devem ser georreferenciadas e inseridas no SIG da APA;
- Intensificar a fiscalização no período do defeso do caranguejo, da sardinha e do camarão;
- Criar um canal de comunicação para o recebimento de denúncias, assinadas e anônimas, as quais devem ter prioridade no atendimento da fiscalização;
- Desenvolver campanha para sensibilizar a população para colaborar com a APA, denunciando crimes ambientais, tais como: pesca predatória, implantação de loteamentos clandestinos, desmatamentos, aterros, loteamentos, caça, tráfico de animais silvestres, focos de incêndios;
- Coibir o desenvolvimento de pequeno depósito de lixo no início da estrada do Corisco que se inicia com a deposição de entulhos junto ao porto de areia na planície do rio Mateus Nunes, logo a montante da Rodovia Rio Santos, o qual, se não for inibido, poderá se tornar um novo lixão.

2.3 - Saneamento e Recuperação Ambiental

- Articular, promover e apoiar a recuperação e conservação da biodiversidade
 - ✓ A equipe da APA de Caiuru deverá, com base no mapeamento da cobertura vegetal, estabelecer áreas prioritárias para recuperação de manguezais e caixetais.
 - ✓ Com base no mapeamento constante neste Plano de Manejo, definir áreas prioritárias para recuperação da cobertura vegetal, utilizando como critérios a priorização da recuperação de manguezais, matas ciliares e a

- prevenção a queimadas, principalmente às margens das vias de acesso no interior da APA;
- ✓ Apoiar e Integrar as atividades desenvolvidas pela prefeitura no Horto Municipal, EMATER, Rede Nacional de Sementes Florestais, COMAMP e ONGs neste sentido;
 - ✓ Promover, em conjunto com as Prefeituras e outras instituições, programas que contemplem a conservação de solos, a agricultura orgânica, os cuidados com a aplicação de agrotóxicos, o controle de desmatamentos, a implantação de reservas legais, a importância da manutenção de matas ciliares, e os cuidados com achados paleontológicos e arqueológicos; (está citado lá em cima antes de ambientes marinhos);
 - ✓ Promover , apoiar e incentivar a produção de mudas e sementes para o plantio do palmito Jussara em toda a APA;
- Recuperação do Lixão da Boa Vista
 - ✓ Articular e exigir a recuperação do Lixão da Boa Vista para utilização da área no máximo como centro de triagem e compostagem de resíduos sólidos previamente separados em orgânicos e inorgânicos destinados para reciclagem.
 - ✓ Apoiar articulação para elaboração de um Plano concebido por empresas especializadas, avaliando com métodos diretos e indiretos os impactos causados e indicando os métodos e procedimentos de remediação e recuperação.
 - ✓ Como forma de controle indica-se a necessidade da utilização de equipamentos especializados para medir a concentração de gás no solo e avaliar o risco de explosão no local aterrado, como por exemplo o GASTECH.
 - Incentivar a continuidade do Projeto “Jogue Limpo Cairuçu”, de estímulo à coleta seletiva de lixo nas comunidades da APA.
 - Articular apoio técnico para orientar a estabilização de encostas em áreas de “caixas de empréstimo” existentes ao longo da rodovia Br 101 junto à fazenda Itatinga e ao Campinho, bem como nas estradas de acesso a Paraty Mirim,

Corisco e Corisquinho por meio de termos de ajuste de conduta firmados com os responsáveis pelo dano ou até mesmo com o DNER, responsável pela manutenção da rodovia.

- ✓ Solicitar a realização do retaludamento a partir das bermas superiores, e não pela base, como está ocorrendo, conformando uma inclinação adequada e com reestabelecimento das bermas e canaletas de drenagem, além de dissipadores de energia (escadas hidráulicas).
- ✓ Solicitar a promoção da proteção do solo através de plantio de gramíneas e árvores imediatamente após a reconformação do talude, mantendo o mínimo tempo possível o solo exposto.

2.4 - Manejo e Utilização Sustentável dos Recursos

As atividades de manejo florestal devem ser consideradas como prioritárias para o desenvolvimento das comunidades locais em consonância com suas atividades tradicionais de subsistência.

- manter contato com instituições que desenvolvem projetos compatíveis com o manejo e desenvolvimento sustentado dos recursos renováveis da Mata Atlântica e ecossistemas associados, a fim de inventariar e disponibilizar, para o seu Conselho Gestor, lideranças comunitárias, ONGs e outras entidades atuantes na área, experiências bem sucedidas e oportunidades de capacitação e suporte financeiro.
- Definir normas para utilização de árvores de grande porte na confecção de canoas, bem como medidas mitigatórias a serem adotadas pelos beneficiados;
- Avaliar e discutir com os moradores das comunidades os princípios e critérios para a definição das áreas de uso agropecuário, roças e quintais, recursos florestais, bem como as restrições e recomendações, considerando os levantamentos já existentes e os conhecimentos locais.
- Estimular em cada comunidade o mapeamento participativo do uso atual e futuro dos ecossistemas para orientar a definição das áreas de uso sustentável, conjugando informações e recursos técnicos, como fotografias aéreas e imagens de satélite, com os conhecimentos locais.

- Elaborar os Planos de Utilização em cada comunidade com base nas informações geradas no mapeamento participativo, com recomendações técnicas voltadas para o manejo florestal, sistemas agrícolas e agroflorestais.
- Priorizar o incentivo e apoio ao cultivo de plantas ornamentais e do palmito jussara, como fonte alternativa de renda e de prevenção à extração ilegal e intensa destes produtos, de grande aceitação no mercado.
- Promover e apoiar o manejo de florestas de encosta
 - ✓ Definir entre técnicos e população local, um sistema de manejo florestal para as espécies utilizadas, com base nos grupos ecológicos;
 - ✓ Inventariar as espécies madeireiras utilizadas pelos caiçaras para diversos usos, incluindo o artesanato, e definir princípios e critérios para o seu manejo;
 - ✓ Realizar o inventário florestal das áreas definidas como passíveis de manejo para a determinação do potencial produtivo e planejamento das atividades de manejo²;
 - ✓ Regulamentar o manejo florestal do palmito Jussara, espécies ornamentais e outras de uso local.
- Promover e apoiar o manejo de caixeta em todo o território da APA
 - ✓ Articular a regulamentação e legalização do manejo de caixetais pelo IEF/RJ e IBAMA/RJ, com base na legislação já existente para os estados de São Paulo e Paraná;
 - ✓ Apoiar a organização da produção em parceria com a AMAM (Associação de Amigos e Moradores do Mamangá);
 - ✓ Definir um sistema de monitoramento local das atividades de manejo elaborado e implementado pelos próprios artesãos;
 - ✓ Monitorar o crescimento dos caixetais, em função das práticas silviculturais e condições ambientais de cada caixetal, para a determinação do ciclo de corte para a região, visando a sustentabilidade da atividade;

² Detalhar os levantamentos existentes sobre as espécies utilizadas pelos caiçaras, para padronização das espécies citadas, nomes científicos e usos;

- ✓ Levantar outras espécies potenciais para manejo nos caixetais, como bromélias e cipós, visando à diversificação da produção e incremento de rendimento;
- ✓ Definir e implantar um sistema de fiscalização do manejo de caixetais pelos órgãos ambientais (IBAMA e IEF) em conjunto com os artesãos locais.
- Promover e apoiar o manejo dos roçados tradicionais
 - ✓ Deve-se incentivar a implantação de sistemas agroflorestais em áreas de roçados e em áreas degradadas recuperadas, evitando o uso de fogo, a exemplo do sistema de cultivo de banana “bate jangada”³, praticado entre alguns caiçaras e quilombolas da região de Paraty.
 - ✓ Em áreas de roçados, quando o uso do fogo for necessário, deve-se acordar nos planos de utilização algumas regras e procedimentos para orientar as queimadas, como a realização de aceiros, dia e horário, participação de vizinhos etc.
 - ✓ Nas áreas destinadas a implantação de roçados (vegetação em estágio inicial de regeneração) deve-se incentivar o enriquecimento das mesmas com o plantio de espécies leguminosas de crescimento rápido e vigoroso, como feijão guandu, puerária, feijão fava, feijão de corda, crotalária.
 - ✓ Informar as comunidades que em áreas muito declivosas (acima de 45 graus) e próximas aos riachos (áreas de preservação permanente) não devem ser implantados roçados.
 - ✓ Planejar o manejo de áreas de roçados na região da trilha de acesso do Mamanguá à Paraty-Mirim, a fim de evitar a fragmentação das florestas adjacentes.
- Promover e apoiar o manejo dos quintais dos moradores da zona costeira e rural

³ O sistema de cultivo de banana “bate jangada” constitui em quatro etapas: (i) broca da mata; (ii) corte seletivo de algumas árvores para aumentar a luminosidade, conservando as árvores de interesse, como ipê, canela, sapucaia, palmito; (iii) plantio do bananal a meia sombra e (iv) seis meses após o plantio do bananal, na fase de brotação, realizar o corte de outras árvores (“bater jangada”) para favorecer o crescimento do bananal.

- ✓ Aproveitando a característica peculiar dos quintais, que reúnem espécies arbóreas em consórcio com outras espécies perenes e anuais, deve-se estimular o manejo dos quintais segundo os conceitos de agroecologia.
- ✓ Estimular a conservação de espécies e variedades locais a partir da formação de bancos de sementes, trocas de mudas e sementes e informações etnoecológicas nos quintais e nos roçados.
- ✓ Incentivar o uso dos produtos dos quintais em programas de educação alimentar e fitoterápicos.
- ✓ Apoiar programas de saúde pública que promovam discussões sobre os problemas observados e recorrentes nos quintais, como lixo, água e esgoto e suas implicações para a saúde humana e o meio ambiente.

3. Programa de Gestão Interinstitucional – contempla ações de integração Regional, Relações Públicas, Educação Ambiental e Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento Sustentável.

3.1 – Integração Regional

- Contribuir para o estabelecimento de um Mosaico de Unidades de Conservação com outras Unidades de Conservação da Baía da Ilha Grande, Serra da Bocaina e Serra do Mar, conforme previsto no SNUC, a fim de integrar atividades e procedimentos, trocar experiências e criar programas de desenvolvimento conjunto;
- Articular e propor parcerias e convênios para o gerenciamento dos programas de gestão e viabilização financeira das metas prioritizadas do Plano de Gestão da APA para cada exercício.
- Apoiar e participar de atividades e eventos relacionados com o planejamento, a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentado da região.

3.2 - Relações Públicas

- Criar uma página na internet para disponibilizar informações, dirigir interessados para links de legislação ambiental e entidades financiadoras de projetos, bem como manter um canal de contato com parceiros e público interessado em processos em andamento e usuários do sistema de

informações (banco de dados), a fim de reunir e disponibilizar os resultados das pesquisas científicas e atividades realizadas na APA.

- Desenvolver campanhas junto às instituições, escolas e universidades da região para formar e divulgar imagem positiva da APA, esclarecendo às comunidades locais sobre a importância da existência desta Unidade de Conservação;
- Formar e manter um cadastro atualizado contendo: membros dos poderes judiciário, legislativo e executivo dos Municípios, do Estado e da União; doadores e potenciais doadores; diversas ONG; lideranças e segmentos organizados da sociedade de interesse para a APA de Cairuçu;
- Buscar formas de captação de recursos e apoio junto ao governo, à iniciativa privada e a outras instituições para realizar as atividades programadas ;
- Fomentar atos dos congressistas que possam contribuir com a APA e as comunidades locais ;
- Incentivar o interesse dos meios de comunicação locais em apoiar a divulgação de informações sobre a APA e o apoio à sua implantação ;
- Veicular informações sobre o papel da APA de Cairuçu na proteção dos manguezais, na qualidade da água da Baía de Ilha Grande, no controle do assoreamento, na manutenção da qualidade de vida, etc.;
- Divulgar e distribuir exemplares da Lei do SNUC como legislação que garante ao IBAMA o controle ambiental em toda a área compreendida pela APA, bem como as demais relacionadas com o controle ambiental;
- Reunir a legislação básica de proteção ambiental e disponibilizar para os interessados nas prefeituras, órgãos oficiais, sindicatos, associações e ONGs ambientalistas, dentre outros;
- Arquivar as notícias veiculadas pela mídia sobre a APA e, quando necessário e pertinente, responder aos questionamentos feitos através da imprensa ;
- Divulgar iniciativas demonstrativas locais visando a prática de atividades sustentáveis (a pesca, os passeios turísticos, etc.) ;
- Divulgar a filosofia, a criação e a adoção de selo verde para a comercialização de produtos orgânicos produzidos e industrializados na APA, assim como para produtos de ecoturismo, uma vez que a adoção do selo agrega valor aos produtos.

- Promover a divulgação do Plano de Manejo da APA de Cairuçu
- Disponibilizar a versão integral do Plano na sede da APA, nas instituições parceiras e instituições locais e regionais, nos principais estabelecimentos de ensino e bibliotecas da região;
 - ✓ Promover seminários anuais para avaliar a implantação do Plano de Manejo da APA ;
- Realizar apresentações para as comunidades com o objetivo de esclarecer e divulgar o Plano de Manejo e, em especial:
 - ✓ Evidenciar que a maioria das propostas feitas pelas comunidades durante os encontros preparatórios foi acatada e está registrada no Plano;
 - ✓ Discutir prioridades e mecanismos apontados no Plano de Manejo para a implantação das propostas apresentadas;
 - ✓ Apontar e debater as relações custo/benefício e a consequência das propostas apresentadas para as comunidades;
- Divulgar as possibilidades de captação de recursos para a implantação do plano, dando ênfase às atividades de desenvolvimento sustentável e ecoturismo ;
- Elaborar e implantar projeto de sinalização para a APA
- Este projeto contemplará as áreas estratégicas , os limites da APA e os recursos especiais existentes em cada zona;
 - ✓ O projeto de sinalização deverá seguir as orientações do manual de sinalização da DIREC / IBAMA
 - ✓ Promover periodicamente a manutenção e a reposição das placas de sinalização da APA;

3.3– Educação Ambiental

Associar a programação de educação ambiental à qualificação profissional e preparo dos habitantes da APA de Cairuçu e seu entorno, visando atender a um mercado de trabalho a ser gerado com a implantação do Plano de Gestão da APA de Cairuçu, bem como com o desenvolvimento da consciência ambiental que começa a ocorrer nesta região da Baía de Ilha Grande;

- Desenvolver um sub programa de Capacitação para a APA de Cairuçu :

- ✓ Capacitar o pessoal da APA e do seu Conselho Gestor para atuar de acordo com os objetivos da unidade e metas do seu Plano de Manejo.
 - ✓ Treinar e capacitar pessoal para o monitoramento ambiental da UC;
 - ✓ Criar um programa de capacitação dos membros do conselho gestor, e dos funcionários do IBAMA, para que possam atuar de maneira participativa, de acordo com a Lei 9.985/2000 e suas regulamentações;
 - ✓ Articular com outras instituições a realização de cursos profissionalizantes para o desenvolvimento de atividades compatíveis com o desenvolvimento sustentável da APA de Caiuru, com prioridade para a gestão sustentável do turismo, dos recursos florestais e marinhos;
 - ✓ Identificar, estimular e articular a capacitação e treinamento em gestão ambiental para professores, moradores, pescadores e profissionais ligados à gestão do município;
 - ✓ Articular a realização de cursos, palestras e treinamentos sobre ecoturismo em manguezais junto às universidades ligadas a essa temática, para serem ministrados na região;
 - ✓ Realizar cursos de divulgação da biodiversidade da APA, com especial ênfase sobre os ambientes naturais da APA de Caiuru e seu patrimônio cultural, visando preparar profissionais que possam dar informações consistentes sobre a APA e participar do processo de implantação do ecoturismo no local;
- Desenvolver um programa de Educação Ambiental para a APA, com base nas propostas deste Plano de Manejo
 - ✓ Elaborar um “kit” básico de educação ambiental para a APA de Caiuru, contendo cartaz, mapas, informações sócio ambientais, atrativos, recomendações e até mesmo folhetos temáticos sobre a cultura caiçara, aves terrestres e marinhas, cetáceos da baía de Ilha Grande, peixes e animais silvestres que podem ser observados durante visita à área. Estes kits seriam distribuídos para exposição nas escolas e outros locais públicos, e disponibilizados para venda no comércio local.
 - ✓ Buscar parcerias e patrocínios para produção e distribuição deste material;

- ✓ Firmar parcerias para a estruturação de sistemas de recepção de visitantes, alunos das escolas e universidades na sede da APA ou em local mais apropriado, a fim de divulgar a APA, seus recursos e sua importância, como já vem ocorrendo no Centro de Informações da Associação Cairuçu.
- ✓ Apoiar a implantação de um Centro de Visitantes da APA nos edifícios históricos de Paraty Mirim, em parceria com o IEF-RJ e outras instituições;
- ✓ Articular com a prefeitura atividades de educação ambiental junto aos alunos e comunidades locais nas escolas da APA;
- ✓ Distribuir material informativo básico sobre a APA de Cairuçu para ser exposto nas escolas das comunidades interessadas durante finais de semana, feriados e temporadas de férias, com grande utilidade para integração entre as comunidades e as atividades de educação ambiental da APA.
- ✓ Desenvolver atividades de educação ambiental relacionadas ao ambiente marinho e à pesca, nas escolas das comunidades pesqueiras. Cursos de capacitação para guias de pesca e de turismo marítimo também devem ser realizados.
- ✓ Envolver, entre os alunos da rede formal de ensino, alunos de cursos diversos relativos à área ambiental, segmentos organizados da sociedade, ONGs e instituições formadoras de opinião pública, os quais poderão participar como voluntários em etapas de implantação do programa de Educação Ambiental;
- ✓ Incluir na programação, a realização de oficinas de valorização cultural e artesanato visando a criação de produtos que possam ser expostos, valorizados e vendidos no comércio local ;
- ✓ Envolver nas ações de Educação Ambiental da APA as escolas municipais e estaduais, as Secretarias de Educação, Turismo e Cultura e a de Meio Ambiente, as Associações de Moradores interessadas e ONGs ambientalistas que atuem na região ;
- Definir e implementar, em conjunto com a população da APA, projetos-piloto que reforcem e acelerem os resultados das atividades de educação ambiental.

- Envolver os alunos das escolas locais em um sistema de monitoramento da qualidade da água e vazão dos rios, possível de ser utilizado por alunos das escolas locais;
 - ✓ Criar um sistema que torne disponível os resultados anuais do monitoramento da qualidade da água e da vazão dos rios, comparando-os com os disponíveis para décadas e anos anteriores, para a população da APA e as escolas e universidades da região;

- Desenvolver um programa de Visitação Pública para a APA, com base nas propostas deste Plano de Manejo
 - ✓ Embora a visitação pública na APA não seja tema de envolvimento prioritário por parte do IBAMA, pelo fato de Paraty ser um município cuja economia é principalmente baseada no turismo, cabe ao IBAMA buscar subsídios, participar, apoiar, promover e estimular o envolvimento das instituições estaduais, prefeitura municipal e comunidades na regulamentação e implementação da visitação pública nas comunidades da APA

- Articular com prefeitura, IEF, comunidades e proprietários e cobrança de ingresso para o acesso a algumas localidades de interesse ambiental, cultural e paisagístico de intensa visitação pública, mediante decreto federal, estadual e municipal, com regulamentação aprovada pelo Conselho Gestor da APA e pelo proprietário da área ou comunidade envolvida. Os recursos angariados pela associação de moradores ou pelo proprietário do atrativo deverão ser integralmente aplicados na área em questão.

- Estabelecer os critérios para a certificação de serviços e produtos prestados na região da APA, como instrumento de educação ambiental para os comerciantes e operadores locais de turismo, e mesmo dos artesões, pois poderá garantir ao consumidor produtos e serviços ambientalmente corretos.
 - ✓ A fiscalização do atendimento aos parâmetros que viabilizaram a certificação poderá ser feita por instituições competentes e reconhecidas caso o IBAMA não possa exercer diretamente esta função.

- ✓ Criar um diploma, placa ou ícone de certificação com prazo de validade anual, cuja renovação deverá ser resultado de reuniões entre a instituição certificadora, IBAMA e respectiva comunidade ou associação de classe.

IV . Planejamento Participativo - Propostas da Oficina de Planejamento

Estas propostas foram transcritas fielmente dos resultados da Oficina de Planejamento Participativo realizada entre 3 e 5 de abril de 2001, com a participação de cerca de 40 pessoas, entre representantes das instituições gestoras da APA e REJ no âmbito federal, estadual e municipal, bem como representantes das comunidades, técnicos e demais interessados.

Estas propostas refletem o ponto de vista da comunidade como um todo, que não separa as competências das instituições gestoras do território onde está inserida a APA de Cairuçu.

Como muitas delas não se enquadram nas atividades de competência direta do IBAMA, elas ficam aqui registradas como reivindicações para melhoria da qualidade de vida das comunidades da APA como um todo.

As propostas que se enquadram nas atividades consideradas pelo IBAMA como de sua competência foram incluídas nas Ações Gerenciais Gerais e nas atividades previstas para as Áreas Estratégicas da APA.

As propostas registradas nas reuniões com as comunidades, que não se enquadram naquelas consideradas pelo IBAMA como de sua competência, estão no capítulo “Diagnóstico Sócio-Econômico – Autodiagnóstico e Recomendações das Comunidades”.

Qualidade de Vida

- **Saúde:** Postos de saúde funcionando, Formação de agentes comunitários de saúde, Implantação do programa médico de família;
- **Saneamento :** Apoiar a construção de fossas e banheiros e rede de captação e tratamento de água e esgoto
- **Coleta de lixo:** Fortalecer e ampliar programa de coleta seletiva de lixo junto ao maior número possível de comunidades, promovendo educação ambiental junto aos moradores e turistas; retirada do Lixão da Boa Vista e recuperação da área afetada.

Educação / Capacitação / Mobilização Social

- Promover cursos profissionalizantes e a complementação do ensino fundamental (de 5ª a 8ª) nas próprias comunidades;
- implantar programas de informação, conscientização, mediação de conflitos, educação ambiental e cidadania, estímulo à participação por meio de palestras, folhetos e manuais informativos com a escola e junto às Associações de Moradores;
- Formação e fortalecimento de agentes comunitários, lideranças e Associações de Moradores;
- Cobrar a presença dos vereadores nas comunidades, assim como o apoio e sua participação efetiva nos projetos comunitários;
- convidar ONGs e universidades para formular e efetivar cursos, workshops e palestras sobre assuntos de interesse para o desenvolvimento da comunidade.

Cultura: Preservação, valorização e resgate dos conhecimentos e da cultura tradicional caiçara, negra e indígena

- Resgate e incentivo à cultura tradicional : convidar artesãos caiçaras a dar cursos;
- Estudo antropológico sobre a presença da cultura caiçara
- Levantamento do patrimônio arqueológico da região
- Criar o Fórum da Cultura Caiçara, a Casa da Cultura Caiçara e de referências ambientais
- Construir centros comunitários, galpões, oficinas e casas de farinha comunitárias
- Criar o Museu da Pinga na fazenda Itatinga

Meio Ambiente

Reserva Ecológica da Juatinga

- Alterar a categoria, de acordo com o SNUC, para permitir o desenvolvimento sustentável da comunidade.

OBS: O órgão gestor da unidade, IEF-RJ, necessita aprofundar estudos na área para melhor avaliar a questão.

Integração dos órgãos e ações de fiscalização e licenciamento

- Presença e integração dos vários órgãos de licenciamento no município, para viabilizar uma ação integrada, presença ostensiva da fiscalização, agentes de defesa do IBAMA e do IEF lotados em Paraty;
- Criação da brigada ambiental;
- Cobrar maior participação e entrosamento da representação do IBAMA de Angra dos Reis com os escritórios da APA de Cairuçu e Parque da Bocaina. Melhorar o relacionamento entre a comunidade, órgãos e Capitania dos Portos
- Contatos com o Ministério Público para melhorar fiscalização na área

Evitar desmatamentos e queimadas

- Fortalecer projetos de educação ambiental junto aos órgãos competentes: PMP, IBAMA, Polícia Florestal e Associações de Moradores
- Incentivar a agricultura orgânica, promover alternativas agroecológicas para conter as queimadas e o desmatamento
- Promover a arborização da Rio-Santos

Sustentabilidade

- Estimular alternativas econômicas ambientalmente sustentáveis: agroecologia, maricultura, ecoturismo, artesanato e cultura local, ervas medicinais, plantas ornamentais, apicultura, alambiques, por meio de escolas/associações, parcerias com ONGs e voluntariado (apoio técnico)

Educação Ambiental

- Coleta seletiva
- Capacitação de professores para que efetivem aulas de educação ambiental e patrimonial dentro do curriculum escolar (PCN/MEC)
- educação ambiental dos pescadores, junto aos órgãos e às comunidades
- Implantar um programa de Comunicação Comunitária para informar a comunidade sobre a legislação em vigor

Parque Nacional da Serra da Bocaina

- Instalação de base do Parque Nacional em Paraty (Trindade), para viabilizar educação ambiental, estudos, pesquisas e fiscalização
- Definição e delimitação dos limites do Parque Nacional na Praia do Meio, em Trindade
- Definição, para manutenção, das atividades de subsistência e uso público de baixo impacto exercidas pelas comunidades caiçaras na Praia do Meio e Caxadaço, possíveis de regulamentação pelo IBAMA tendo em vista o seu Plano de Manejo

Garantir a qualidade das águas marinhas e coibir a pesca predatória

- Fiscalização na APA Municipal da baía de Paraty, Saco do Mamanguá, Paraty Mirim e Tarituba, junto com IBAMA, PMP, Polícia Federal, Capitania dos Portos, Associações de Moradores e ONGs;
- Articulação de ações, órgãos, comunidade e capitania dos portos para impedir a pesca de arrasto: apoiar a instalação de DEAs - Dispositivos Excluidores de Arrasto ou recifes artificiais, de forma integrada com maricultura;
- Criação de dispositivos para a destinação do óleo queimado nas embarcações
- Promover a realização de estudos de dinâmica de sedimentos das bacias hidrográficas contribuintes, principalmente nos Mateus Nunes, Perequê Açu e Carapitanga (Parati Mirim)

Turismo

Definição de uma política dirigida para o ecoturismo

- Incentivo à formação de comissões de Ecoturismo nas comunidades;
- Criar calendário de eventos integrado entre as comunidades e a cidade;
- Buscar maior integração com órgãos oficiais de turismo;
- Implantação das trilhas Pouso/Laranjeiras e Quilombo do Campinho;
- Propor ao Parque Nacional da Serra da Bocaina a implantação de um posto de educação ambiental e da trilha da cabeça do índio na Trindade;

Estudos de capacidade de suporte ambiental e de infra estrutura

- Fazer levantamento coordenado do potencial de cada comunidade, sua capacidade de hospedagem e atendimento e de infra estrutura, para definir a criação de destinos ecoturísticos e definir o público alvo.

Postos de Informação e controle de acesso de turistas, com central de reservas

- Sistema integrado entre os Centros de Patrimônio e Paraty Mirim;
- Propostas de cobrança de taxas de acesso aos turistas para manutenção de trilhas, cachoeiras, etc - buscar amparo legal;
- Cadastramento das embarcações de turismo dentro da REJ

Conscientização e capacitação das comunidades e dos órgãos para o Ecoturismo

Uso do Solo

Caminhos tradicionais, terrestres e marinhos

- Recuperar e garantir o direito de uso, com o apoio das instituições competentes, dos caminhos tradicionais e os espaços de uso coletivo,
- Iniciar pelo levantamento e implantação das trilhas

Locomoção e acessos

- Estrada do Sono – acesso de veículos particulares não deve chegar na vila
- Viabilização de acesso ao transporte coletivo marítimo e terrestre, por estradas ou trilhas, buscando alternativas como ciclovias, tração animal, barcos

Zoneamento

- Elaboração de critérios de ocupação específica para cada área com o envolvimento das comunidades, a fim de realizar o zoneamento da APA, disciplinando o uso do solo junto ao IBAMA, IEF e PMP, de forma integrada com o Plano Diretor;
- Estabelecer áreas para reserva de sapê

Esclarecimentos sobre o uso do solo na área da APA/REJ

- Mobilização comunitária para conscientização da população local visando fazer cumprir as leis (Plano Diretor e de Manejo) : palestras, reuniões, visitas domiciliares, crianças na escola;

- Capacitação de técnicos da prefeitura para o entendimento das normas estabelecidas com a finalidade de orientar e fiscalizar;
- Publicar o Plano de Gestão em forma de cartilha para o entendimento de todos anexando a legislação ambiental básica que incide sobre o município;

Criar um selo de qualidade da APA

- Criar legislação tributária de incentivo e/ou isenção fiscal para as ações de preservação e da tecnologia construtiva caiçara

Obras

- Orientação para construção ordenada, uso da tradição popular e histórica, definição de áreas de lazer, de trabalho e de circulação;
- Impedir a favelização
- comunidade apoiar o respeito às normatizações do Plano Diretor e de Gestão e a fiscalização, por meio de denúncias ao Ministério Público e órgãos competentes;
- Elaborar manual com subsídios para a construção compatível com a paisagem e tradição cultural da APA/Paraty;
- Minimizar cortes e aterros na APA;
- Tentar garantir telhados com telhas para evitar lajes aparentes
- Utilizar normas da CECA para a regulamentação das estruturas de atracação
- Incentivo à adoção de cais flutuantes, minimizando área ocupada por embarcações atracadas, evitando enrocamentos, aterros e construções fixas.

Questão Fundiária

Regularização Fundiária , principalmente na área da REJ

- Levantamento de posses e titulação
- Esclarecimentos à comunidade sobre sua situação fundiária
- Assessoria jurídica para as comunidades
- Adequação do estatuto da terra

Expectativas dos participantes da Oficina de Planejamento Participativo

Expectativas da reunião

- ◆ Tornar realidade a reserva e a APA
- ◆ Cooperar com a qualidade da APA/Município
- ◆ Preservar, recuperar, proteger
- ◆ Organizando, repensando o futuro
- ◆ Ajudar a comunidade
- ◆ Meio ambiente, homem, vida
- ◆ Recuperar, preservar, homem/natureza
- ◆ Integração
- ◆ Enumerar as questões já conhecidas da região
- ◆ Vim para defender o meio ambiente e moradores de Paraty Mirim
- ◆ Vim porque Paraty é a arca de Noé da Biodiversidade
- ◆ Cuidar desse patrimônio
- ◆ Queremos ajuda para a Reserva
- ◆ Buscando solução para questões ambientais
- ◆ Espero que todos sejam objetivos nas falas
- ◆ Planejamento da Reserva
- ◆ Estou aqui para ajudar a defender o meio ambiente e minha permanência nele
- ◆ Ajudar a preservação do meio ambiente
- ◆ Levantar problemas e dividir responsabilidades
- ◆ Resolver problemas
- ◆ Solução para o desenvolvimento econômico e preservação
- ◆ Planejamento participativo sobre as ações a serem adotadas para melhoria da qualidade de vida
- ◆ Para complementar a implantação do Plano
- ◆ Comprometimento com a cidade e com o meio ambiente
- ◆ Plano para proteger a APA de Cairuçu
- ◆ Solução, preservação, participação
- ◆ Participação, comunidade, parceria
- ◆ Como usar o território sem agredi-lo
- ◆ Preservar mais o nosso meio ambiente
- ◆ Conter o crescimento desordenado exige Plano de Gestão

- ◆ Esclarecimento instituições e nativos
- ◆ Difundir a questão da conservação ambiental de Paraty junto às comunidades
- ◆ Ajudar a comunidade a resolver os problemas
- ◆ Parceria, organização das comunidades
- ◆ Mobilizar as comunidades (e os cidadãos em particular) para apoiar ações em prol da melhor qualidade de vida

Expectativas de cada um

1. Alecyr – Mamanguá – melhorar qualidade de vida/proteção do meio ambiente
2. Cibele – Guia de Turismo – conseguir o equilíbrio e fixação dos caiçaras com melhoria da qualidade de vida
3. João Bee – IEF - Preservação do Meio Ambiente / ordenação do uso do solo
4. Ricardo – IEF – definir o que é nativo e o que é caiçara
5. Gilda – IEF – consolidação da APA
6. Ana Cecília – Universidade Rural – que o plano contenha o desejo do povo
7. Grazielle – Grupo Araçari – Desenvolvimento sustentado
8. Amaury – Sindicato dos Guias/ Secretaria da Educação / Pedra Azuis – desenvolvimento planejado e sustentabilidade da comunidade
9. Jesus – Paraty Mirim – apoia a APA desde que apoie os caiçaras
10. Vilma – Atelier Araribá – melhora da qualidade de vida
11. Rondon – Parque Nacional da Serra da Bocaina – ajudar a APA como entorno do Parque Nacional
12. Eduardo – Laranjeiras – ordenar o desenvolvimento, preservar o que a região tem
13. Almir – Ilha do Araújo – artesão/pescador – preservar a conservação do caiçara
14. Nelza – educadora ambiental da prefeitura / bairro do Patrimônio - preservação do meio ambiente
15. Lindalva – Sono – melhorar a qualidade de vida do caiçara, para que ele permaneça no seu local
16. Careca – Ponta Negra – Uso do solo organizado e comunidade organizada para o turismo
17. Armando – Sindicato dos Guias de Turismo de Paraty – preservação
18. Waguinho – Campinho – integração comunidade e governo na resolução dos problemas da comunidade

19. Badia – Instituto Náutico – definir o que pode e o que não pode em Paraty Mirim / a questão da terra versus Estado
20. Suely – Paraty Mirim – democratização da questão ambiental em Paraty
21. Beatriz – IPHAC – Instituto de Preservação Histórica e Ambiental Cairuçu – maior integração entre Mamanguá/Paraty Mirim, Paraty e outras comunidades
22. Cirille – Porto Paraty – preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico
23. Nélia terra – IHAP – Instituto Histórico e Artístico de Paraty – responsabilidade com a comunidade caiçara
24. Pedro – COOPARATY – preservar comunidades e meio ambiente
25. Rosaly – Corisco – integração homem/natureza/melhorar qualidade de vida e associar preservação com produção e manejo de espécies vegetais
26. Isabelita – Projeto da Borda D'água – ouvir e democratizar o conhecimento para as comunidades
27. Emily – ONG Olhos Verdes / Sono – educação ambiental, resgate da cultura caiçara
28. Dalva – Ponte Branca – Organização do uso do solo/ preservação da natureza/ preservação cultural / turismo sustentável
29. Mauro – Projeto Revitalização dos espaços públicos da borda d'água – importância do espaço coletivo
30. Nena – Paraty. Com – implantação efetiva das Unidades de Conservação
31. Lya – Paraty.com – divulgar no site
32. Themis – CELAVI / Patrimônio – espera mais ações
33. Ney – IBAMA – processo participativo – que coloquem seus anseios
34. Célia – IBAMA – que o progresso não ultrapasse e preservação
35. Adriana – SOS – que o Plano se torne realidade

Descrição da Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS)

Descrição

1. Todas as Áreas de Preservação Permanente, estabelecidas pelo Código Florestal – Lei 4771/65 fazem parte da ZPVS¹.
2. Todas as ilhas e ilhotes da APA, à exceção das ilhas do Araújo, Algodão (do sul) e Bexiga;
3. Toda a área do Parque Nacional da Serra da Bocaina superposta pela APA, respeitando as particularidades do seu zoneamento.

Na **Trindade**, compreende ainda a área situada entre os limites do Parque Nacional da Serra da Bocaina – PNSB, no divisor de águas entre o Caxadaço e a Trindade, e o Córrego da Trindade. No ponto onde o limite do PNSB cruza este córrego e sobe a NO até a cota altimétrica de 200 m, a Zona de Proteção da Vida Silvestre – ZPVS tem seu limite acompanhando esta cota para NE, até encontrar o segundo córrego que forma o rio que desemboca no canto sul da Praia Brava, descendo por este até a cota 40, seguindo por este limite até cruzar o rio que desemboca no meio da praia, quando segue pela cota 20 até o final da praia. A ZPVS compreende também o morro situado entre a praia do Cepilho e a Brava, a partir da cota 100 até o topo.

A partir do final da praia Brava a ZPVS segue pela linha da costa até o início da praia Vermelha, já em **Laranjeiras**, de onde sobe na direção Oeste até a cota 40, seguindo por esta até encontrar o córrego tributário daquele que deságua na praia. O limite da ZPVS acompanha o córrego até a praia de onde segue pela linha da costa até encontrar a foz do córrego da Toca do Boi, que deságua na praia das Laranjeiras, subindo por este até o encontro com a estrada de Laranjeiras e curso d'água tributário na sua margem direita, subindo pelo mesmo até o ponto de encontro do seu primeiro tributário à direita com a cota

¹ Art. 2º. - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

60, seguindo por esta cota no sentido inicial oeste e em seguida Leste até encontrar o ramal da estrada de acesso à Fazenda Santa Maria que vem para a **Vila Oratório**.

A partir deste ponto o limite da ZPVS acompanha uma linha de 60 m para cada lado da estrada, seguindo da mesma forma para oeste quando encontra a estrada de acesso à Fazenda Santa Maria, até o encontro da cota 100 com o primeiro córrego formador do Toca do Boi. O limite da ZPVS volta a acompanhar esta linha a 60 m da estrada da Vila Oratório até encontrar a cota 80, de onde desce na direção sul até a cota 20, seguindo por esta na direção Leste até encontrar e seguir o córrego das Laranjeiras, até o seu encontro novamente com a cota 20, descendo por esta no sentido Sudoeste até encontrar a linha de coordenadas UTM 535 000 (eixo X), no costão da **praia do Sobrado**, de onde segue pelo costão até encontrar a praia do Sono. Ainda em Laranjeiras, a ZPVS está delimitada por uma linha reta que começa no final da praia das Laranjeiras na direção sul até encontrar a cota 40, de onde na direção Leste até encontrar o divisor de águas entre a prainha do Sobrado e o costão rochoso, por onde segue em linha reta na direção leste até a cota 20, seguindo por esta até o ponto onde toma a direção norte em linha reta para encontrar o final da prainha do Sobrado, por onde segue pela linha da costa na direção Oeste até encontrar o final da praia das Laranjeiras.

Na **praia do Sono**, a ZPVS continua desde a linha da costa que vem do costão da praia do Sobrado até encontrar a praia do Sono. Daí sobe em linha reta na direção Norte até encontrar a cota 200, por onde segue até encontrar o córrego que deságua na **praia dos Antigos**, descendo por ele até a praia, de onde continua pela linha da costa até a foz do córrego da Ponta Negra, conhecido localmente como cachoeira das Galhetas. No morro que separa o Sono da praia dos antigos a ZPVS compreende os dois pequenos topos, sendo o mais próximo da Ponta do Sono a partir da cota 80, e aquele cortado pela trilha a partir da cota 60 até o topo. O limite da ZPVS na praia das Galhetas acompanha o córrego da **Ponta Negra** por seu tributário da margem esquerda até encontrar a cota 200, por onde segue na direção SE até encontrar o córrego tributário mais ao sul do córrego do

Caju, descendo por este até encontrar a cota 80, por onde segue até encontrar o pequeno córrego que por aí nasce e desce até a linha da costa.

O limite da ZPVS segue pela costa do **Cairuçu** até encontrar o córrego do Cairuçu, subindo por este até a cota 40, linha que acompanha até encontrar o córrego que deságua na praia de Cairuçu das Pedras, por onde segue até a linha da costa, que acompanha até encontrar o córrego mais ao sul do **Saco das Enchovas**, por onde sobe até encontrar a cota 60, seguindo por esta até o próximo córrego, cuja linha acompanha até a linha da costa, por onde segue até encontrar o início da **Praia de Martim de Sá**. O limite da ZPVS segue para Norte até a cota 20, que acompanha até o próximo córrego na direção Leste, descendo por este novamente até a linha da costa, de onde segue até a **Ponta da Juatinga**, na ponta do Respingador. Daí segue em linha seca para sul até a cota 60, por onde segue até encontrar o único córrego ali permanente, que acompanha até a linha da costa, por onde segue até encontrar a praia do **Pouso da Cajaíba**.

Do encontro do costão rochoso com a areia da **praia do Pouso** segue uma linha seca na direção Leste até a cota 200, de onde vai para sul até a cota 300, seguindo por esta na direção SO até encontrar o segundo córrego tributário da margem leste do principal curso d'água do Pouso, de onde segue em linha reta na direção Oeste até encontrar novamente a linha de cota 300, seguindo nesta mesma direção até encontrar o rio da Itaoca, na **praia Grande**, por onde desce até encontrar a cota 200, seguindo por esta na direção geral NE até encontrar o córrego que deságua logo após o final desta praia.

Deste ponto o limite da ZPVS segue pela linha da costa até o segundo córrego ao sul da **Ponta do Buraco**, já no **Saco do Mamanguá**, por onde segue até a cota 100, que acompanha até o sexto córrego ao sul a partir deste último, antes da **Ponta da Romana**, por onde sobe até a cota 200, seguindo por esta até o córrego principal que deságua no **Baixio**, descendo por este até a linha de cota 120, por onde segue no sentido SO até o divisor das águas que vertem para o córrego Cairuçu, conhecido como rio Grande,

seguindo em linha reta no sentido Oeste até a cota 20, por onde segue até o ponto mais próximo desta cota com a Ponta do Bananal. Daí desce em linha reta no sentido Leste até a linha da costa, por onde segue pelo fundo do Saco do Mamanguá até o final da praia situada entre o rio Iriró e o bairro do **Regate**. Daí segue em linha reta no sentido Oeste até encontrar a cota 40, por onde segue até encontrar o rio Mamanguá, subindo por este até a cota 100, por onde segue até encontrar o primeiro córrego que deságua no manguezal do **Curupira**, subindo por este até a cota 400, por onde segue até encontrar o córrego principal do Cuurupira, descendo por este até a cota 100, por onde segue até o primeiro córrego que deságua na **praia Grande**, subindo por este até a cota 300, para encontrar o próximo córrego mais ao norte da mesma praia, quando desce até a cota 100, que acompanha até o divisor de águas, que acompanha até a **Ponta do Descalvado**.

Da Ponta do Descalvado, já no bairro de **Paraty Mirim**, a ZPVS segue pela linha da costa no sentido SO até, após o segundo córrego, o ponto de maior declividade entre a cota 20 e a cota 0, de coordenadas UTM 538.031,77 Sul e 7.430.102,90 Oeste. Daí segue em linha reta para Sul até encontrar a linha de cota 190, que acompanha no sentido Oeste até o primeiro afluente do rio Paraty Mirim, quando sobe por este até a cota 200, que acompanha até encontrar o último córrego afluente do Paraty Mirim antes da Rodovia BR 101.

O limite da ZPVS segue o córrego na direção sul até encontrar a cota 300, por onde segue em direção a **Pedras Azuis** até encontrar o córrego tributário do afluente mais a Sudoeste do córrego das Pedras Azuis, por onde desce até a cota 190, seguindo na direção Sul até o córrego das Carneiras, já na região do **Campinho**, por onde sobe na direção NE até encontrar seu único afluente, que acompanha para Sul até encontrar a cota 300, por onde segue até encontrar o único afluente o córrego da Olaria, que acompanha até encontrar a cota 200, por onde segue até encontrar o primeiro afluente do córrego da Limeira. Neste ponto segue em linha reta na direção SE até encontrar a cota 300, por onde segue até encontrar o limite do Parque Nacional , no ponto de coordenadas UTM 526.375,69 e 7.418.179,96, próximo ao córrego do Fojo, na região do

Patrimônio conhecida como “Corte 70”. A ZPVS segue o limite do parque na direção NO até encontrar novamente a cota 300, próximo ao córrego da Pavao, quando passa a acompanhar esta linha de cota, encontrando novamente os limites do parque nacional, que seguem até o encontro do rio da Forquilha com o rio Carapitanga, seguindo na direção NE até encontrar a cota 400, por onde segue até encontrar novamente o limite do parque, seguindo na mesma direção até a cota 500, onde segue para a cota 300 pelo afluente do rio Carapitanga que é o primeiro a se transpor pela estrada que sai do Patrimônio após atravessar a ponte sobre este último.

A ZPVS segue então por esta cota 300 pelo sertão entre Patrimônio e **Córrego dos Micos**, no sentido NE, contornando o morro do Mico e seguindo no sentido Oeste até encontrar o primeiro formador do córrego da Caçada, já no sertão do **Cabral**, quando desce por ele até a cota 200, seguindo por esta cota até encontrar seu próximo tributário. Neste ponto segue em linha reta na direção NE até encontrar a cota 160, por onde segue em direção ao sertão dos **Meros**, até encontrar o segundo tributário do rio dos Meros, que nasce no Morro da Caçada, pelo qual desce até a cota 100, que acompanha na direção SO até encontrar seu próximo tributário, por onde sobe até a cota 120, que segue até encontrar um dos principais afluentes da margem esquerda do rio dos Meros, aquele que cruza a estrada logo acima do antigo engenho.

A ZPVS sobe este córrego até a cota 200, que acompanha até o seu quarto tributário na direção geral Oeste, quando sobe por este para a cota 300 em direção ao bairro da **Olaria, Corisco e Corisquinho**, até encontrar o tributário do rio Corisquinho que nasce junto ao platô situado entre as cotas 360, no ponto mais próximo entre o sertão do Corisquinho e o sertão do rio dos Meros. Deste ponto o limite da ZPVS segue na direção SO até encontrar a cota 400, seguindo por esta linha na mesma direção até encontrar o limite do parque nacional, próximo ao rio do Corisquinho, no ponto de coordenadas UTM 523.141,88 com 742.440,25.

Deste ponto em direção NO a ZPVS segue os limites do parque até encontrar a linha de cota 600, que acompanha até encontrar novamente os limites do

parque nacional, já no sertão do **Coriscão**, seguindo a direção geral Oeste, até encontrar novamente a cota 500, pela qual segue até o limite norte da APA de Cairuçu, junto ao rio do Corisco, formador do Mateus Nunes.

Na zona costeira ainda temos outras áreas inseridas na ZPVS:

Enseada de Paraty Mirim

Partindo do córrego situado na margem norte do Saco de Santa Cruz, o limite da ZPVS começa no encontro deste córrego com a cota 40, no sentido inicial SO em direção ao Saco Grande, até encontrar o córrego do meio que deságua na praia situada na sua margem NE, quando o acompanha até encontrar a cota 80, por onde segue no sentido geral norte até encontrar o córrego que desemboca no final da praia do Baré, subindo por este até encontrar a cota 100, que acompanha em direção à Ponta da Cruz, do Arpoar e da Aguada, em direção ao Saco de Santa Cruz, onde desce para a cota 60 ao encontrar o córrego mais a noroeste que deságua no fundo deste mesmo saco, até encontrar o córrego inicial na sua margem NO, que acompanha até a cota 40, completando os limites da ZPVS nesta área.

Na região do morro do Canhoneiro, entre os sacos do Bom Jardim, Grande e Paraty Mirim, o limite da ZPVS se inicia no encontro do córrego do meio que deságua na praia do engenho Boa Vista, com a cota 60, seguindo por esta cota em direção ao Saco do Bom Jardim, ponta do Jurumirim, Ponta do Castelo e Saco do Fundão, até encontrar o primeiro afluente da margem direita do córrego que deságua junto da fazenda do Fundão, quando desce seguindo seu percurso até encontrar a cota 20, acompanhando esta linha até encontrar o segundo tributário, seguindo seu percurso na direção Oeste até encontrar novamente a cota 60, por onde segue até encontrar o tributário mais a oeste do córrego que deságua no saco dos Barreiros, subindo por este até a cota 100, de onde segue em direção ao engenho Boa Vista, até encontrar o córrego que deságua na praia do engenho Boa Vista, completando os limites da ZPVS nesta área. O morro situado na ponta dos Barreiros está inserido na ZPVS a partir da cota 60, bem como toda a área de manguezal e vegetação associada existente entre o saco dos Barreiros, a ponta do Rangel, a fazenda Itatinga e a região da foz do rio dos Meros.